

ROSÂNGELA MORELLO

A LÍNGUA PORTUGUESA PELO BRASIL

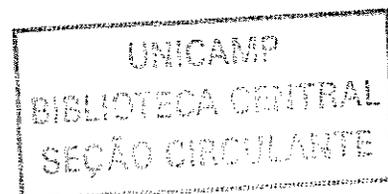
DIFERENÇA E AUTORIA

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Profª Drª Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2001

i
UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL



UNIDADE	B2
Nº CHAMADA	T/UNICAMP M815L
V	EX
TOMADA DE	48485
	16.837/02
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	
Nº CPD	

CM00166492-1

3 ID 237847

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M815L	<p>Morello, Rosângela</p> <p>A Língua Portuguesa pelo Brasil: Diferença e Autoria / Rosângela Morello - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.</p> <p>Orientador: Eni Puccinelli Orlandi</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Análise do discurso. 2. Linguística – História e Crítica. 3. Língua Portuguesa – Gramática - Brasil. 4. Autoria. I. Orlandi, Eni Puccinelli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

BANCA EXAMINADORA

1108.

Profª . Drª Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi - Orientadora

Profª . Drª Carmen Zink Bolognini

Profª . Drª Freda Indursky

Profª . Drª Maria Bernadete Marques Abaurre

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Resângela mouço

e aprovada pela Comissão Julgadora em
11/03/2002.

ARR

Em 18 de dezembro de 2001.

Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

10561200

*À Lúcia e Waldir, meus pais,
ao Val, Evandro, Martha e Warley,
e a todos da família, companheiros queridos,
que compreendem o que vou fazendo,
sem que eu precise explicar.*

*Ao Camilo, Caracol e Isa,
meus esteios de riso e doçura.*

*Ao Edvar, em memória,
que me ensinou a urgência do afeto,
e porque, se tivesse recebido este texto, teria dito, rindo:
- vamos fotografar e revelar "com margem"?*

*E a todos os que, com sua presença e trabalho,
me animam a procurar,
nos sentidos que ficam,
a possibilidade do novo.*

A vocês dedico este trabalho.

Agradecimentos

Na trajetória de escrita deste trabalho, foram muitos os encontros, as alegrias e as dificuldades. Por tudo, quero especialmente agradecer:

À Eni, minha querida mestra.

Aos Labeurbeanos, companheiros de todo dia: Abadia, Alex, Carolina, Carmen, Cláudia P., Cláudia Pink, Cláudia W., Carlos, Dagmar, Dirce, Eni, Esmet, Lecy, Mônica N., Priscila e Sandra. E aos que se juntam a nós vez em quando para partilhar trabalho, afeto, vida.

Aos queridos colegas de trabalho e professores, pela amizade, pela troca do que vamos aprendendo e pelas discussões e sugestões feitas a esta pesquisa: Carmen Zink, Cláudia P., Cláudia W., Ceci, Eduardo Guimarães, José Horta e Suzi Lagazzi.

Aos professores Sylvain Auroux, Francine Mazière e Jacqueline Authier, pelo acolhimento afetuoso e orientação de meus estudos na França, durante o doutorado-sanduíche.

Agradeço também à Bernadete, Carmem, Freda e Luiz Francisco, pela leitura respeitosa e enriquecedora em sua participação na banca examinadora.

E à Rose, pelo cuidado com que organizou minha passagem pelo IEL.

Ao CNPq e à CAPES, pelo financiamento concedido.

E, com todo meu coração, agradeço:

À Ione, Sandra G., Pité, Adriana, Paulo, Claupfe, Ana Targina, ClauWil, Saulo, Fátima, Edmar, Barbarina e Joci: pela amizade certa.

De modo especial, sou grata a minha querida amiga Ana, pelo carinho no dia-a-dia e pela convivência generosa, e ao Saulo, pela constância de seu afeto sem igual.

Não tenho palavras para minha mãe, meu pai, Marta e Bolo, Val, Evandro e Eliane, Warley e Má, Isabelle, Carol, Camilo, tia Nega, João, e todos os meus amigos do Morello: vocês são minha âncora! Nem as tenho para Edvar, que foi companheiro em tantas viagens: na lente da Pentax velhinha, na tela de todos os cinemas, no almoço que não acabava mais... Fundamental, para mim, é sentir a presença de vocês. Ainda que feita de ausência.

SUMÁRIO

Resumo	8
Sobre este estudo	9
I. O Saber Lingüístico no Brasil: entre Línguas, Instrumentos e Autores	15
1. Teoria/Norma: ligações pre-visíveis	26
2. A produção do saber lingüístico no Brasil: no movimento das idéias	33
3. Diferenciação lingüística e Gramatização do Português no Brasil	43
4. O corpus	51
5. Saber a língua, saber sobre a língua e a posição do sujeito	56
6. Processos de diferenciação X diversidade lingüística	63
7. Designação e definição	65
II. Significando a Diferença na Diferença	67
1. Quando se nomeia a língua do Brasil: em nome de quem?	71
1. Dos brasileirismos às modalidades da língua: O funcionamento das designações nos textos analisados	75
ANÁLISE I	
Brasileirismo, regionalismo, provincianismo: o falado, o diverso, o bárbaro	81
ANÁLISE II	
O-culto da língua: Culto, Coloquial, Padrão, Popular	92
III. O <i>Diverso</i> como <i>Outro</i>, o <i>Um</i> como <i>Centro</i>	108
1. Embates que vêm de longe: o real da língua e suas fronteiras	109
Cena I: Língua una e diversa: “em que uma língua é ela mesma?”	110
Cena 2: O real das designações da língua	117
2. O <i>diverso</i> como <i>outro</i> , o <i>um</i> como <i>centro</i> : da não-coincidência da língua consigo mesma aos processos de alterização	120
3. O <i>diverso</i> como <i>outro</i> o <i>um</i> como <i>centro</i> : movimentos restritivos	127
4. Pontos e Nós: a língua que me (se) realiza	131
IV. A Escrita da Autoria : Quando o conhecimento nos transporta	139
E os sentidos refluem	155
Bibliografia	160

RESUMO

A constituição do discurso do saber sobre a língua portuguesa do e no Brasil se apresenta, de meu ponto de vista, inseparável dos modos de se compreender e nomear historicamente os processos de sua diferenciação. Mas quais são esses modos de significar essa diferença? E se é diferença, o é em relação a que *unidade* de língua? É disso que trata esta tese.

Tomando como *corpus* textos de gramáticas, monografias e trabalhos historiográficos sobre a língua portuguesa no Brasil, abordo um conjunto de designações que organizam em grande medida os sentidos da diferenciação da e na língua – *brasileirismos, regionalismos, provincianismos, popular, culto, regional,...*,- observando sua articulação a mecanismos discursivos que, ao se formularem na relação com os processos de diferenciação lingüísticos, sustentam a produção de sentidos sobre o saber lingüístico e sobre aquele que o produz, ou seja, o sujeito do conhecimento, no Brasil.

Logo se mostrará, em minhas análises, a contundência com que o vínculo histórico-ideológico da língua portuguesa brasileira com a língua portuguesa de Portugal atinge os modos de constituição do saber sobre a língua e a configuração da posição de autoria. A relação de diferença/igualdade com a língua portuguesa de Portugal implica uma injunção a uma dupla interpretação do sentido de unidade para a língua do Brasil que submete o autor e seus modos de (se) significar nessa diferença. Esse fato será particularmente visível na construção do texto normativo. Mas, ao mesmo tempo, ele determinará os sentidos mobilizados nas polêmicas de defesa ou não de uma língua brasileira, assim como entretecerá evidências a partir das quais se produzirá uma historiografia das idéias lingüísticas no Brasil. Veremos se potencializar, nesse trajeto de sentidos, discursos que deslegitimam o saber (de) brasileiro estabilizando-o numa *relação de defasagem* face a um ideal de ciência, atualizada em processos discursivos que contrapõem regularmente o imaginário de *um saber* - de brasileiros - *impreciso, em vias de se fazer*, a um outro *estabilizado, pronto*. Por meios dessas relações de sentido, constato a figuração de uma discursividade específica – o *comentário* – que constitui os sentidos do saber sobre a língua no Brasil, objetivando e qualificando a posição do sujeito que o produz. A essa discursividade chamo de *escrita da autoria*.

Palavras-chaves: gramática; lingüística; história; autoria; discurso

SOBRE ESTE ESTUDO

Quando o desejo resistiu às primeiras investidas do bom senso (senso do consenso, juízo, entendimento), busquei razões para ancorar este estudo. Mas logo descobri que nada valiam, porque não saberia *nomear isso* que me impulsionou a esta viagem. Sim, é uma viagem que faço, que fiz: “alguma coisa cresceu e desatou as amarras, até que um dia, não muito segura de mim, fui assim mesmo” (Bouvier, 1985). Se o desejo que me constitui é o que me escapa, minha escrita guarda essa relação inaugural com a falta. Ela é o que se tornou possível dizer, com todas as tentativas de retomadas e fechamentos que essa possibilidade me fez vislumbrar. Quando agora retorno sobre ela para criar um percurso de leitura, vejo que só me resta, como possibilidade, deixar indicados alguns pontos do trajeto, pontos de parada que são também de partida, encontros imprevistos, roteiros possíveis, encruzilhadas.

O que está em foco nesse meu estudo é o discurso da produção de conhecimento sobre a língua portuguesa pelo Brasil tal como historicamente ele será ancorado no jogo de designação e definição dos processos de diferenciação lingüísticos – *brasileirismos, regionalismos, regional, culto...* No primeiro ajuste desse foco, enquadrei o vácuo que se parecia produzir entre os processos de diferenciação e os de normatização da língua imediatamente circunscrito pelos textos gramaticais. Mas logo esse vácuo se preencheu por muitas considerações em torno da constituição de uma unidade da língua, da relação *um/não-um* que atravessa a configuração da língua como objeto de saber e a-saber, daquilo que se projeta como sendo *um próprio da língua brasileira* em sua relação com o Estado Nacional, de sua relação com a diferença do Português de Portugal, com os processos de institucionalização dos saberes, sua disciplinarização (a gramática, a filologia, a lingüística) e legitimação. Eu me deparava, então, com a questão da estabilização de *fronteiras* entre línguas e sobre elas. Não tardou e me vi investigando os modos em que essas fronteiras surgiam e significavam a relação entre línguas no Brasil face à constituição da unidade do Português. A esse percurso veio se juntar a necessidade

de compreender o jogo (teórico-histórico-ideológico) de descrição e interpretação dessas fronteiras, por meio do qual se anunciava uma *regionalização* dos saberes, porque a questão da língua portuguesa do e no Brasil freqüentemente significava em meio a processos discursivos que ancorava seus sentidos (desta língua) em contrapontos imaginários recorrentes entre *um saber* - de brasileiros - *impreciso*, em *vias de se fazer*, e um outro *estabilizado, pronto*.

A cada rodada de discussões no Projeto da História das Idéias Lingüísticas¹, a cada seminário em que problematizamos as relações entre línguas praticadas no Brasil no trabalho de elaboração da Enciclopédia das Línguas do/no Brasil, meu projeto de pesquisa se densificava e se deslocava de suas próprias evidências. Isso significa que minha discussão se faz no meio dessas outras, se mistura com elas, é mergulho e emersão, se refaz, recorta, propõe limites. Minha escuta do que se disse é absolutamente antropofágica.

Mas fui fazendo um percurso, sabendo simplesmente que meu texto tem a forma desses deslocamentos, desse movimento. Como prumo, uma exploração possível das múltiplas faces da problemática que é, para os estudos lingüísticos no Brasil, abordar a língua portuguesa em seus processos de diferenciação.

Logo de início, a própria configuração dos processos de diferenciação da língua como objeto de investigação em sua relação com o *corpus* analisado é problematizada. Três eixos de formulações inevitáveis se confluem e distendem, afetando meu trabalho: um eixo em que me deparo com os modos históricos de estruturação e funcionamento das designações dos processos de diferenciação da língua portuguesa no Brasil; um outro eixo em que se explicitam tensões nas abordagens teóricas desses processos resultantes do fato da língua portuguesa se configurar como a língua nacional do país – o que implica um trabalho de institucionalização do saber produzido -, e se inscrever numa relação

¹ Projeto internacional coordenado por Eni Orlandi (IEL/LABEUB-UNICAMP) e Diana Luz Pessoa (USP) no Brasil e Sylvain Auroux (ENS-Lyon/PARIS 7) na França, e que envolve pesquisadores de várias universidades. Este projeto tem suscitado e proporcionado base para outras investigações, entre elas a da ELB (Enciclopédia das Línguas do/no Brasil), que tematiza as línguas praticadas no Brasil e tem por objetivo reunir, produzir e divulgar conhecimento sobre elas, tendo por alvo principal o ensino de 2º. Grau. A ELB faz parte do projeto Jornalismo Científico (PRONEX), coordenado por Eduardo Guimarães e se constitui com uma oficina da qual participam C. Zink, E. Guimarães, G. Shummm, M. A. Honório, M. Onice Payer, Vandarsi S. Castro e eu, cujos trabalhos específicos estão sob coordenação de E. Guimarães e minha.

histórica com outras línguas brasileiras e com a língua portuguesa de Portugal; um outro eixo em que se trabalham as relações de filiação do conhecimento produzido no Brasil no domínio das teorias mobilizadas pelo discurso sobre a diferenciação lingüística: atravessando essas relações, uma demanda se manifestava – a da produção de um saber científico; entram em cena, nesse sentido, os *discursos do saber sobre o saber* que vão estabilizando interpretações, conformando autorias, delineando para o saber brasileiro, uma *escrita*.

A consideração desses três eixos deu forma ao texto.

Na parte I, situo a discussão cruzando esses eixos, formulo hipóteses, propondo objetivos e trajetos. Problematizo, na parte II, o funcionamento de um conjunto de designações dos processos de diferenciação da língua - *brasileirismos, regionalismos, popular, culto, etc.* - em textos de gramáticas, observando os modos em que, face ao real da diferenciação e da demanda de unidade da língua, seus sentidos se retomam e se recobrem e assim organizam diferentes discursividades sobre a língua. As partes III e IV são ensaios dedicados a compreender alguns efeitos dessas discursividades. Na III, falo de modos de interferência dessas discursividades na compreensão da língua como objeto de teoria e suas determinações históricas, mostrando que há um processo de *alterização* da língua em que o *diverso* significa como *outro* e o *um* como *centro*. Passo para a IV propondo explicitar que há gestos de interpretação das idéias produzidas no Brasil que se *repetem* em seus sentidos e, com isso, funcionam como mecanismos discursivos que *historio-grafam* e qualificam a produção do saber em terras brasileiras. Procuo mostrar a constituição de *um certo sentido de conhecimento* que nos transporta implicando uma escrita de autoria que nos significa na história, enquanto sujeitos do conhecimento.

Resta, por fim, explicitar que desenvolvo este trabalho em perspectiva discursiva. E se é um trabalho de reflexão sobre os processos de diferenciação da língua, sobre o que se projeta e se mantém como *uma língua* e suas fronteiras, é antes a historicidade dos sentidos desses possíveis e impossíveis limites que procuro considerar, implicando tomar uma posição histórica para tratar do conhecimento que “faz com que nos ocupemos dos processos de sua produção e daquilo que resulta como seu produto. Ou seja, não se toma a questão do conhecimento como lógica, nem em uma relação de causa e efeito, mas como prática que deixou e deixa resultados na história do homem” (Orlandi 1999).

Uma história de relação entre sentidos: o sentido que transborda na evidência do fato que fala por si e assim se desdobra, por repetições e deslocamentos, nos dizeres que hoje circulam sobre as línguas no Brasil, sobre os sujeitos que as falam e os instrumentos que produzem; o sentido que fica sempre por dizer, como se já estivesse desde sempre dito; o sentido que não se diz, desalojado do espaço de significação pela evidência de outros e que assim se fixa no espaço do silenciado. E antes de tudo, o silêncio. Persigo, desse modo, a historicidade tecida na linguagem pelo modo como os sentidos vão se estabilizando, se deslocando e nos enredando.

Entre o que veio fazendo sentido, me deparo, ainda, com uma série de questionamentos não previstos no início da pesquisa. E não esgotados ao final desse texto. Por isso escolho inserir, a seguir, algumas cenas de abertura de sentidos: para que assim permaneçam entre nós desencadeando questões e articulações diversa das que aqui abordo, fornecendo alguns pontos de ancoragem, suscitando outras formulações.

A idéia de que a produção dos conhecimentos consistiria no puro e simples desenvolvimento (empírico-dedutivo) das propriedades dos objetos é, pois, um mito idealista, que identifica ciência e lógica e, ao colocar esta última como princípio de toda ciência, concebe inelutavelmente a prática científica como uma atividade de triagem entre enunciados verdadeiros e enunciados falsos, repelindo tudo o que diz respeito às condições próprias de aparição desses enunciados, isto é, às questões que lhes são correspondentes no interior de uma problemática historicamente determinada. O processo de produção dos conhecimentos está, pois, indissociavelmente ligado a uma luta a propósito de nomes e expressões para aquilo que eles designam [...] e a propósito da formulação de questões

M. Pêcheux, 1988: 197

Cena 1

Xe naiupotári biã,
Karaíba moabaitébo,
memé ñe moxý jandébo,
marã e~y memoãmemoã
Ndaéi memé jepí,
Jandé repiáka serã:
“Iporangeté Kunumí
Miausubambuéri, mã”?

Poesias, de José de Anchieta. *Manuscrito do séc. XVI*, em português, castelhano, latim e tupi. Transcrição, tradução e notas de M. de Paula Martins, 1954.

Eu não queria vir,
temendo os brancos,
sempre maus para nós,
mesmo sem guerra triçoeiros
Não dizem tôdas as vêzes,
se nos vêem:
“Ai, que bonitos meninos
para serem escravizadozinhos”?

Cena 2

Descoberto o Brasil em 1500, só em 1600, quando os primeiros centros povoados começaram a ter certa vida social, foi que se iniciaram os choques entre a língua portuguesa, invasora, e o substratum indígena, a que chamaremos, de modo largo, tupi-guarani. Como é natural e tem sido a norma comum dos países bilingües, os primeiros tempos foram de completa resistência e vitória da fala natural do país: os missionários, os primeiros colonos, todos tiveram de aprender a expressão dos selvícolas a fim de trazê-los à civilização cristã ou de com êles entabular negociações. À medida, porém, que as novas idéias penetravam na inteligência dos convertidos e se alargavam os círculos da influência lusitana, restringia-se a resistência do idioma imperfeito e difícil de nossos antepassados.

Francisco da Silveira Bueno, *Estudos de Filologia Portuguesa*, Vol. I, 1946.

Cena 3

A nossa língua é a portuguêsã. Realmente, foi ela que nos ensinaram. Foi com ela que aprendemos. Com ela entramos em contato com o mundo culto, o que não seria possível com o tupi, nem com o banto. Êsse contato com o mundo culto ocidentalizou a nossa alma. Tivemos um império parlamentarista à moda inglesa e uma república positivista ao gosto francês. A nossa civilização pegou de galho, disse-o Nabuco. De galho, não negamos; mas pegou. E, ainda aqui isto é que é o essencial. O sentido da nossa política civilizadora será, pois, - já a frase se tornou famosa - a marcha para o Oeste. E quem caminha para o Oeste é o litoral, é a costa, é a cultura do Ocidente. (...) Daí compreendermos a marcha para o Oeste como a do Ocidente para o sertão. Aquêles como têm maior quantidade de meios técnicos, pode facilitar e até provocar, a eclosão incipiente da nossa vida sertanista. Assim, por exemplo, deixar que a alma dos violeiros e cantadores se espelhe em livros e na imprensa; permitir que as iniciativas dos nossos imaginosos caboclos encontrem mais facilmente meios de se realizar; pôr em contato pessoas distantes, de modo que se conjuguem idéias e esforços, etc. Tudo isso a civilização ocidental pode dar ao Oeste e muito mais. Dar à sua cultura, para que ela se REALIZE, se CIVILIZE. Daí a língua, como instrumento social organizado, ser um órgão da civilização e não da cultura. De forma que, avançando para o Oeste seria trair a nossa missão abandonarmos a língua e assimilarmos as suas variedades regionais. A língua deve ser um elemento de unidade e não de dissociação. (grifo do autor).

Silvio Edmundo Elia, *O Problema da Língua Brasileira*, 1961.

Cena 4

Os estudos lingüísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a portuguesa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio. Ainda mais, êsses estudos, à proporção que se ampliam e se aprofundam, reduzem a lista dos brasileirismos, mostrando que alguns dêles existem em dialetos portugueses (parecendo que de Portugal nos vieram) e que, se outros podem ser admitidos como inovações nossas, podem também considerar-se relíquias brasileiras de arcaísmos portugueses.

Souza da Silveira, “Denominação do Idioma Nacional do Brasil”, *Lições de Português*, 1960.

Cena 5

Então o nome das línguas é *nome*, enquanto instituição coletiva e sentimento individual, mas também, e sobretudo em nossos tempos e nossas terras, é - *denominação* científica, filosoficamente desentranhada do conjunto das ciências particulares em que se repartiu o estudo das línguas históricas. E como a historicidade humana continua criando história, é justo e digno quererem as nações novas do nosso continente que lhes aproveite tanta experiência e saber, para fim semelhante. (grifo do autor).

Herbert Parente Fortes, *A Questão da Língua Brasileira*, 1957.

Cena 6

Com referência à situação lingüística do Brasil, escreveu o saudoso filólogo Serafim da Silva Neto: “É preciso ter na devida conta que *unidade não é igualdade*; no tecido lingüístico brasileiro há, decerto, gradações de cores. Minucioso estudo de campo determinaria, com segurança, várias áreas. O que é certo, porém, é que o conjunto dos falares brasileiros se coaduna com o princípio da *unidade na diversidade* e da *diversidade na unidade*” (introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil, 1963). Essa reconhecida unidade superior da língua portuguesa no Brasil e no Portugal não impede que haja sensíveis diferenças de pronúncia, de vocabulário e de construções de região para região dos dois domínios, pois em lingüística a unidade nem sempre é incompatível com a variedade. Por vezes, até a pressupõe, como é o caso das relações entre uma língua nacional e seus dialetos, falares e subfalares. (grifo do autor).

Celso Ferreira Cunha, “Noções Históricas”, *Gramática da Língua Portuguesa*, 1975.

Cena 7

Consideramos pois a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em “nossa” língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga no entanto um “outro”, um “diferente” histórico que o constitui embora na aparência da “mesmidade”: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos diferentes. Significam diferentemente. Discursivamente é possível vislumbrar esse jogo de prestidigitação pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Nós, brasileiros, ao falarmos o português estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada. A nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas se filiam a interdiscursividades distintas como se fosse uma só. Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização.

Eni P. Orlandi, “A Língua Brasileira”, *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, 23, 1994.

O SABER LINGÜÍSTICO NO BRASIL

ENTRE LÍNGUAS, INSTRUMENTOS E AUTORES

Falar de conhecimento é falar de sentidos em movimento, de sujeitos e idéias que circulam e como circulam; é considerar os modos de dizer e as relações entre eles, os instrumentos que lhes estão concernidos e os processos de sua institucionalização. É falar, na terminologia própria da Análise do Discurso, de condições históricas de produção do saber e do sujeito do conhecimento como parte dessas condições.

Essa perspectiva de um saber que circula e nessa circulação pode ser tomado como objeto de estudo, ou seja, como objeto de um certo saber, estrutura minha investigação. E a estrutura de um duplo ponto de vista:

Primeiro, porque me leva a produzir um estudo que é, ele mesmo, inevitavelmente, um saber deste tipo, ou seja: movente e provisório. Segundo, porque o objeto deste estudo é a constituição do saber sobre a língua no Brasil, considerado justamente nessa relação de determinação com condições de produção históricas. De modo específico, a questão geral a ser compreendida ao longo desta minha tese diz respeito à constituição do discurso sobre a língua portuguesa no e do Brasil quando nesse discurso vem se marcar a necessidade teórica e histórica de considerar os processos de sua diferenciação. Essa questão se sustenta no fato de que, em meu entender, a constituição desse discurso do saber sobre a língua o Brasil se apresenta inseparável dos modos de se compreender e nomear os processos de sua diferenciação. Assim sendo, pergunto sobre os sentidos dessa diferenciação, os modos com que aparece designada, sua dimensão *real* e os vieses que a atravessam pelo fato de, historicamente, a língua brasileira estar vinculada à língua portuguesa de Portugal. Pergunto, também, sobre os modos de produção histórica e

teórica das designações em sua articulação aos processos de institucionalização e legitimação de um saber sobre a língua portuguesa como língua nacional e oficial e sua relação com a escrita de uma autoria no campo do saber lingüístico, no Brasil.

Questões intrincadas umas na outras. Resta-me, como possibilidade imediata, indicar a partir delas as linhas gerais do debate que proponho.

De início, tomar em conta o discurso do saber sobre a língua brasileira em articulação aos processos de diferenciação lingüísticos significa estender a compreensão destes processos ao confronto entre brasileiros e europeus desencadeado pela colonização do Brasil por Portugal. O nunca visto e o sem-sentido (Orlandi, 1990, 1993)¹ produzem uma demanda particular de significação, atingindo a língua como diferença radical na medida em que se apresenta como o outro *real*² sócio-histórico. O diferente é também o novo, o estranho e o estrangeiro, o a ser de algum modo significado e nomeado. Assim é que o gesto de nomear converte (ou deve converter) na materialidade de uma dada língua esse espanto dos olhares - dos da terra e dos de fora.

No entanto, a possibilidade de reconhecer e significar a diferença (da natureza, das línguas e seus falantes) repousa na conjunção de sons/sentidos tomados em relações aproximativas com o já ouvido e o já escrito. Menos que relações estabilizadas entre nomes e coisas e entre nomes e nomes, o que se tem é a configuração de uma zona difusa, de relações de sentido instáveis. Como mostra Horta (1996), no processo de constituição da lexicografia brasileira não serão pouco comuns os casos de “dublês lexicais”, imprimindo a imagem de um léxico confuso (idem).

Se tomo em consideração os processos de diferenciação da língua portuguesa do Brasil, no Brasil, na articulação com o *real* desse encontro com o sem-sentido, entro no

¹ Pensando o sentido que acontece nesses momentos em que se defronta com o desconhecido, e que configura o *discurso fundador*, diz a autora: “O que não era visível era mortal. Era então preciso dar nomes, tornar visível, esclarecer (clarear) e domesticar o acontecimento que era esse encontro com o desconhecido, o Novo Mundo. (...) Porque dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios de significância*, é tornar possíveis *gestos de interpretação*” (1993:15). Sobre o processo de significação que envolve a relação nome/coisa e depois nome/nome, no discurso da descoberta, conferir, de modo particular, os trabalhos de J. Horta Nunes.

² Tomo o Real como “pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’” (Pêcheux, 1990: 29). Seus sentidos retornarão constantemente ao corpo deste meu texto, adquirindo maior visibilidade.

constitutivos daquilo que faz *um*, da fronteira que se estabiliza. A possibilidade de abordar esses processos não prevê, dessa maneira, no plano lingüístico, nenhum ponto fixo e certo, ainda menos original, entre um som e um sentido uno e unívoco. Para falar daquilo que se diferencia é preciso, então, perguntar sobre os modos de estabilização das fronteiras, condição para que a diferenciação adquira visibilidade. Para tanto, proponho situar os processos de diferenciação lingüísticos em relação às condições históricas que os engendram e ao aparato jurídico-administrativo que os sustenta, pondo-lhes direções, marcando limites.

Quero com isso dizer que, nos confrontos de sentidos instaurados pelo fato da colonização, se traduz nos primeiros relatos de viajantes, nas primeiras gramáticas, nas listas de palavras, todo tipo de disputa que domina o espaço (e as espécies), planta instituições, converte a moral e o espírito, realiza rituais antropofágicos, desmancha e estabelece fronteiras no território. Assim se prosseguirá todo um trabalho de legitimação do Brasil como nação ocidental, requerendo uma sociedade cristã e civilizada, que encontrará no século XIX condições específicas de enunciação.

Em sintonia ao conjunto de fatos que configuram essa legitimação, conforme retomarei adiante, importa para minha reflexão que é fundamentalmente nesse momento de *estabilização* de uma unidade político-administrativa do Brasil e do Português como língua oficial brasileira que se forja um discurso sobre o que se diversifica na língua brasileira³. Colocam-se, então, em funcionamento, designações como *brasileirismos*, *provincianismos*, *regionalismos*, *popular*, *etc...* para marcar, em recortes equívocos, ora um interior e um exterior à língua portuguesa como língua do Brasil e como língua da metrópole (Portugal), ora um desnivelamento dessa língua portuguesa internamente praticada em terras brasileiras. Por sobre essa fronteirização se erige, simultaneamente, uma outra série de distinções que hierarquizam o falado e o escrito em níveis, vinculando-os a índices como popular, erudito, culto, literário,... A questão dos estrangeirismos fica concernida nesse crivo, não se apresentando como questão à parte.

³ O mais antigo texto conhecido que estuda a diferenciação da língua do Brasil é de Visconde Pedra Branca e faz parte da *Introdução ao Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi. Este texto remonta a 1824-25, mas só foi publicado um século depois. A discussão em torno dessa diferenciação ganha força no

Se essas são as linhas gerais do debate, procurarei ir deslindando alguns pontos de suas articulações, baseando minhas análises numa abordagem discursiva das designações e enunciados que a elas se vinculam, e que vão, desde o final do século XIX, estruturando sentidos para se saber que se sabe a língua portuguesa no Brasil.

Específico, agora, em recortes, essa abordagem possível.

A partir das considerações feitas, a busca por compreender as múltiplas faces significativas das designações dos processos de diferenciação da língua portuguesa no Brasil constitui, como disse, o eixo que sustenta a escrita deste meu texto. Para guiar-me, parto de uma análise primeira que me permite focalizar uma dupla forma de significação destas designações. Por um lado, elas trabalham a relação das diferentes línguas entre si e de uma língua consigo mesma; por outro, elas organizam, estabilizando, uma memória histórica (social) de saber sobre as línguas e seus sujeitos, ou seja, formam uma rede de sentidos estabilizados que jogam como implícitos, não-ditos, estereótipos, evidências enfim, nas práticas institucionalizadas de ensino/pesquisa de um lado, e no cotidiano das relações sociais, de outro. Falo de memória discursiva, compreendida não como acúmulo de conteúdos, mas como “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização...de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1983:267).

Através das designações dos processos de diferenciação da língua se organiza, portanto, o discurso sobre a língua portuguesa no Brasil, cuja especificidade é se dar como um discurso sobre esta língua que mostra aquilo que nela varia. Desse modo, elas incidem sobre a questão das fronteiras lingüísticas no Brasil combinando, de modo complexo, teorias sobre a linguagem e as línguas então em voga, as “realidades” das mudanças lingüísticas visíveis e os mecanismos de institucionalização dos saberes.

Se assim é, podemos tomar os modos de significação dessas designações como indícios de processos discursivos que, estruturando o discurso do saber sobre a língua,

final de 1800 quando, no rastro do movimento romântico e de um conjunto de acontecimentos políticos, se enuncia a gramatização brasileira do Português (cf. mais adiante).

sustentam a relação do sujeito brasileiro com a prática do conhecimento lingüístico, de modo específico, e com a produção do conhecimento nas mais diferentes áreas, de maneira mais geral.

Se por esses vieses entrevejo e procuro compreender a problemática da constituição do discurso sobre o saber lingüístico no Brasil, tomo em consideração uma realização complexa daquilo que chamamos *discurso sobre*.

Especificamente, localizo a configuração de três espaços discursivos interdependentes e habitados por múltiplas formações discursivas que, de meu ponto de vista, são estruturantes do discurso do saber sobre a língua e dos seus modos de significar historicamente:

O discurso sobre a língua no qual situo, de modo geral, o aparecimento de um saber lingüístico qualquer produzido sobre a linguagem humana, como propõe Auroux (1989:15).

O discurso do saber sobre a língua que, recortando o espaço anteriormente descrito, se instala por meio de uma ordem investigativa qualquer, organizando a língua como fato de conhecimento, passível de generalizações e investido de uma metalinguagem, alçada, portanto, ao estatuto das coisas-a-saber de que fala Pêcheux (1990) e que retomarei abaixo. Nesse espaço se engendram instrumentos lingüísticos como gramáticas, dicionários, manuais impressos e eletrônicos, etc. A ele se articulam as instituições em sua função produtora, propagadora e legitimadora do saber. Os “discursos sobre” - diz Orlandi (1990:37) - “são uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos. É no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)”.

O discurso do saber sobre o saber lingüístico: espaço da crítica do conhecimento, da historiografia (discurso que historiciza grafando), instância de promoção e validação de saberes. Espaço das maquinações que imprimem e fazem circular produtos de conhecimento e o próprio conhecimento como produto (o a ser divulgado); que regulam e restringem também as condições de sua produção. Penso esse espaço como aquele de constituição de uma memória discursiva sobre o conhecimento e seus sujeitos que,

inseparável dos outros dois, sobre eles incide, no entanto, sob a forma de *refluxo* de sentidos que afloram entre o que neles se torna ou não possível dizer. Ou seja, esse é um espaço de legitimação dos discursos sobre o saber, de sua forma e temas, e das condições básicas para sua validação; ao mesmo tempo, é o espaço por meio do qual se *representam* as relações de força e de dominação que caracterizam as práticas políticas institucionalizadas de produção do saber. Cabe marcar, no domínio do saber lingüístico, as múltiplas injunções à discursividade de um saber científico, objetivo e a-histórico, como forma modelar.

Importa enfatizar que esses espaços são estreitamente articulados, e o modo como os compreendo reconhece a heterogeneidade das relações entre os distintos domínios das ciências e deles com seus objetos, como é o caso das ciências exatas, da natureza, do homem. Falo, principalmente, da natureza dos saberes que se disciplinam em nome das ciências exatas, de um lado, e das ciências interpretativas ou histórico-sociais, de outro, como analisa Pêcheux. Essa disciplinarização, conforme o autor, separa e opõe, de um lado, todas técnicas materiais que visam a produzir transformações físicas ou biofísicas numa rede de proposições lógicas e estáveis, técnicas que são processadas como coisas-a-saber, ou seja, “tudo o que arrisca faltar à felicidade” (Pêcheux, 34); de outro, todas as práticas de leitura - sintomáticas, arqueológicas, etc. -, processadas como técnicas de adivinhação, e que perguntam por objetos de talhe instável.

O que funciona no contra-ponto destas técnicas diz respeito, segundo Pêcheux, a filiações históricas plurais e contraditórias, organizadas em redes de memória que constituem espaços transferenciais⁴ de identificação. Esses espaços e suas contradições são aqui pensados como entretecendo tanto os mecanismos que organizam o cotidiano do sujeito em suas diferentes necessidades (uma chave, uma senha, um remédio, por exemplo) como os que o afetam em seu desejo, fazendo-o funcionar na evidência de certos sentidos e de si mesmo.

⁴ “As ‘coisas-a-saber’ que questionamos mais acima não são jamais visíveis em desvio, como transcendentais históricos ou epistemes no sentido de Foucault, mas sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma ‘interação’, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são ‘máquinas de aprender’” (Pêcheux, 1990:54).

Na perspectiva discursiva, essa evidência se produz na dependência constitutiva do sentido, em seu caráter material (todo mundo sabe o que é uma chave!), ao todo complexo das formações ideológicas, sendo determinada sócio-historicamente por sua inscrição em uma formação discursiva determinada. Vale lembrar que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições (...). Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux, 1988:160).

Mas será preciso também lembrar que, enquanto sentidos e objetos estáveis atendem, numa formação discursiva determinada, à demanda pragmática do sujeito em sua necessidade de reconhecer-se e ao seu redor, outros, imprevistos, vêm a eles se ligar desestabilizando suas evidências. Não há ritual sem falhas, ensina mais uma vez Pêcheux.

Retomando, entre aspas, os termos de Pêcheux, proponho aqui considerar que é em uma ordem histórica, política e administrativa dos saberes, supondo uma “falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo”, que o conhecimento se transveste, transcendendo-se, de um caráter de técnica, ou seja, de “relações reguladas combinando a construção de escritas conceptuais e a de montagens experimentais”. É função da ideologia apagar a história de produção dessas relações, produzindo a impressão de um conhecimento autônomo, garantido pela precisão (da) técnica que ele mesmo engendrou ao se constituir.

Nos processos de constituição do campo do saber lingüístico, como de qualquer outro, a produção das técnicas e seus objetos não se separa do gesto que os interpreta (Orlandi, 1996a), e este requer sempre um sujeito aí posicionado, que o produza, numa dependência contraditória àquilo que socio-historicamente se lhe é dado ver, compreender, temer, esperar, etc. Os diferentes domínios do saber têm, portanto, a espessura daquilo que é significado através de interpretações produzidas a partir de posições legitimadas, reguladas pelo confronto próprio às diferentes formações discursivas. Se tomamos em conta a imbricação dos espaços discursivos a que fiz referência – o do saber a língua, o do

saber sobre e o do saber sobre o saber – vemos que será na contradição/dependência do que em cada um deles se exclui e nas múltiplas relações entre aquilo que neles adquire estabilidade que se constituem os sentidos dos discursos sobre a diferença na e da língua portuguesa brasileira. Forjar um modo de compreendê-los implica ocupar-se do que se passa entre estes espaços.

Na medida em que se representa ideologicamente uma ciência da língua, postula-se uma forma de saber que administra uma divisão na relação do sujeito com o que ele sabe (saber uma língua não é suficiente para conhecer a língua) e que interfere na posição da autoria (conhecê-la não é suficiente para *legitimar* sobre ela um saber). A forma do conhecimento lingüístico requerida pela ciência da língua requer que esta esteja *acima* da história. Ou fora dela.

E na medida em que esse conhecimento se historiciza no Brasil na e pela relação com a língua portuguesa de Portugal - língua do colonizador, instrumentalizada, possuidora de uma tradição escrita ocidental latina - a divisão saber/conhecer, conhecer/legitimar será multiplamente significada nos processos de legitimação de um saber brasileiro que, para se darem, deverão primeiramente transgredir os sentidos dessa língua do outro. Por essa articulação se conduzirá o sujeito desse saber – o sujeito brasileiro - a uma posição inaugural de ilegitimidade. Quero com isso dizer que, por meio dessa divisão, a diferença da língua instaurada pelo real da história representa um desvio da língua primeira (ideologicamente sustentada como original). Como conseqüência, produzir saber em e sobre essa língua desviada não escapa ao embate com uma posição de ilegitimidade forçada. Embate inevitável, porque se faz como contra-identificação, isto é, requer que se fale dele, ainda que para negá-lo. Essa tensão, como mostrarei, marca de modo particular os processos de constituição de uma posição de sujeito de conhecimento no Brasil, sobredeterminando seu funcionamento em diferentes práticas do saber.

Mas ainda aqui, quase nada do enunciado “os processos de constituição de uma posição de sujeito de conhecimento no Brasil” parece evidente. Não poderei senão fornecer alguns pontos de ancoragem. Dizer **uma** posição, como especificarei mais ao fim deste texto, não supõe uma homogeneidade de formações discursivas, ou seja, não propõe cancelar as disputas e confrontos que caracterizam as relações sociais (históricas,

ideológicas, jurídicas, políticas) no Brasil e suas divisões internas (dominação, exclusão). Supõe somente um ponto de abstração que permite considerar traços de uma discursividade que determina e qualifica a relação do brasileiro com o seu saber, perscrutada em enunciados que generalizam o lugar de enunciação (os brasileiros, nós os brasileiros, etc.) e o qualificam também genericamente (somos, todos,...). Tenho em vista os múltiplos mecanismos discursivos por meio dos quais o sujeito é levado a *saber que sabe* e *o quê sabe* e que circunscrevem algumas evidências: *uma* posição, *um* sujeito (brasileiro), *um* saber (a ciência). Num sentido mais restrito, focalizo mecanismos discursivos que constituem as definições de língua, de conhecimento e de sujeito de conhecimento – uma sempre implicando a outra, constitutivamente - num jogo de oposições cujas formas mais “bem acabadas”, multiplamente tomadas e determinadas, são: o regional e o universal, o específico e o geral, o próprio e não-próprio. São mecanismos que dizem respeito à materialidade do conhecimento sobre a língua e que, tomando parte no discurso sobre a língua no Brasil, o investe de “particularidades” e especificidades, coordenando seus modos de inscrição e sua projeção no tempo/espaço.

Portanto, o estudo aqui proposto cruza (e é cruzado pelos) os espaços *do saber a língua, dos saber sobre a língua e do saber sobre o saber sobre a língua*. Ele se caracteriza como uma busca por interceptar os momentos em que estes espaços confluem e se afastam con-formando sentidos para *brasileirismos, regionalismos, popular, culto,....* Interessa-me, como disse, compreender e explicitar alguns processos de significação que engendram a produção de conhecimento sobre a língua portuguesa, de modo específico, e afetam a posição⁵ do sujeito do conhecimento, de modo geral, no Brasil. Importa ainda salientar que desenvolvo esse estudo retomando sentidos já estabilizados em reflexões sobre a História das Idéias Lingüísticas no Brasil; sentidos que serão trabalhados ao longo de toda esta tese, em função da discussão que proponho.

Se em meio a esses sentidos tematizo a língua em seus processos de diferenciação, não almejo, no entanto, a descrição ou explicitação de um aspecto qualquer de seus

mecanismos morfo-fonéticos, sintáticos ou semânticos, mas a forma do conhecimento como tal e seus efeitos sobre o sujeito. Proponho, para tanto, articular dois eixos de questões, estreitamente ligados: 1) o da forma específica do conhecimento sobre a língua portuguesa que se estabiliza por meio das designações dos processos de sua diferenciação, no Brasil, considerando que essa diferença remete necessariamente ao fato particular do encontro real de diversas línguas que fazem parte da história do Brasil. O que me interessa não é indicar os mecanismos lingüísticos que marcam esse encontro, mas compreender seus efeitos nos modos de constituição da unidade da língua e do país como questão de nacionalidade (uma nação-uma língua) que assume contornos teóricos e históricos; 2) o da separação/articulação entre língua e sujeito posta em andamento por essa forma de conhecimento, observando de que maneiras ela se dá e que efeitos produz sobre a configuração da posição do sujeito do conhecimento no Brasil.

Questões desdobradas de outras que têm estado no centro das atenções dos estudos do Projeto História das Idéias Lingüísticas, antes referido. Vale citar: “ao se definir que língua se fala, com que estatuto, onde, quando e os modos de acesso a ela – pelo ensino, pela produção de instrumentos lingüísticos, pela legitimação de acordos, pela construção de instituições lingüísticas, etc. – está-se praticando as várias formas das políticas da língua ao mesmo tempo em que, para identificá-la, se está produzindo seu conhecimento, sua análise, e está-se dando a ela uma configuração particular” (Orlandi&Guimarães, 1996:13) ⁶. Por aí se anunciam intrincadas relações entre Língua, Ciência e Política que determinam em larga medida a forma da sociedade brasileira, já que definir a língua é também estabelecer um sentido de nação e discriminar o lugar do cidadão.

⁵ A esta noção de posição, que será trabalhada ao longo de toda esta primeira parte, sendo considerada mais especificamente no item 5, articulo os sentidos de autoria no Brasil, ou seja, da função-sujeito-autor (do conhecimento, do saber) que se estrutura na relação com os discursos do saber como antes defini.

⁶ A discussão que proponho não aborda, embora não desconheça, a trama entre a descrição do saber lingüístico e a produção de uma literatura que o legitime. Vale aqui marcar, entre outras, as considerações de M. Lajolo (1994) quando relê a história da literatura brasileira (no espaço que ela considera como *de uma história da história da literatura*) e afirma que esta história “também faz parte das formulações necessárias para a construção de uma nação que combine com um Estado moderno como se acreditava ser aquele que Dom Pedro proclamou às margens plácidas do Ipiranga”.

É preciso ainda, neste início de conversa, considerar que as formulações em torno de “a” língua guardam uma complexidade que tem a extensão mesma de qualquer estudo que sobre ela (a língua) se faz. Afinal, que evidências se podem aferir para se delimitar ou fazer significar, no contínuo do sentido, da palavra que se diz, as fronteiras entre as línguas, uma língua, a língua? O corte teórico instala “a” língua como objeto imaginário próprio das lingüísticas⁷, numa separação incontornável das línguas históricas. Ao mesmo tempo, essas línguas históricas guardam entre si relações de difícil deslindamento, por sobre as quais o imaginário não deixa de insistir. Não há solução de discernimento possível, em meu entender. O real, a fluidez, não se deixam jamais reter, e isso determina a problemática da língua: tanto funda seus estudos, sobretudo no que tange aos processos de diferenciação, quanto evidencia os limites de sua compreensão.

Nesta minha investigação, compreender o que está em jogo na tecitura desses estudos e seus limites supõe compreender o que está em jogo no funcionamento das designações tal como por ele se organizam os imaginários limites da língua portuguesa como língua brasileira. Essa discussão atravessa essa primeira parte, sendo desenvolvida na parte II. Adianto, porém, a fim de orientar a leitura desta tese, que em sintonia com o conjunto de trabalhos dedicados à questão da língua no interior da Análise do Discurso, considero que as línguas se materializam, e essa materialidade é da ordem de uma estrutura simbólica realizada como uma combinação de significantes estável (não fixa), mas aberta, porque afetada pela história. Isso significa que no percurso de minha reflexão, os sentidos de “a” língua condensam (e explodem) pontos de cruzamento entre, de um lado, essa materialidade que imaginamos atingir quando observamos os processos discursivos que incidem sobre a língua portuguesa no Brasil em sua convivência constitutiva com todas as demais línguas históricas, e de outro, a materialidade simbólica, instância de constituição do sujeito (faz *um*), atravessada pelo real (equivoco) e pelo imaginário (um mesmo). Na parte III voltarei a esse ponto.

Continuo, portanto.

⁷ O plural indica a consideração de estudos sobre a língua em seus múltiplos recortes, que instituem atualmente diferentes escritas do próprio da língua: por exemplo, a informatização e a aquisição da linguagem.

Por certo, essa investigação é suscitada pela observação de um conjunto de fatos de linguagem que passo agora a dar visibilidade, indicando seus desdobramentos e as questões daí decorrentes, sobre as quais estarei refletindo.

Começarei por, adensando essas linhas gerais do recorte que faço do tema, ler alguns fatos que estruturam os movimentos das idéias lingüísticas no Brasil. Em seguida, teço algumas considerações de natureza teórico-analítica explorando sobretudo alguns conceitos da Análise do Discurso que intervêm no corpo do trabalho como um todo e sustentam sua escritura.

1. Teoria/Norma: ligações pre-visíveis

Considero que designar os processos de diferenciação lingüísticos coincide com estabelecer dicotomias entre o um e o diverso enquanto um procedimento básico de organização da língua como “objeto a conhecer”, implicando apresentá-la despregada das práticas de linguagem que a engendram. O trabalho de designar os processos de diferenciação se sustenta na possibilidade de reencontrar algum vínculo possível entre *uns* - um *um* de uma língua com outra, ou com um *um* do mundo. Mas buscar esse vínculo supõe necessariamente uma relação entre o que não coincide. Fundando-se nesse despregamento - mas desconhecendo-o na medida em que só toma em conta aquilo que “faz” vínculo - esse trabalho descreve a língua e dela realiza, necessariamente, uma abordagem normativa.

De modo mais detalhado, direi que, nos espaços discursivos dos *discursos sobre*, tomar a língua em seus processos de diferenciação e assim designá-la diz respeito a uma empreitada político-administrativa e normativa na qual se conjugam dois outros espaços discursivos que historicamente se cruzam, recobrem e distendem: a) o espaço da constituição das teorias que engendra o objeto e se estrutura, do ponto de vista discursivo, no jogo de uma repetição histórica de seus próprios princípios: a divisão histórica e ideológica dos saberes em científicos e não, a objetividade da técnica e do instrumento em suas claras funções descritivas e a pretendida neutralidade da língua e da posição do

sujeito que os produz se engendram nesse espaço, o atravessam e o regulam fortemente (Pêcheux, 1990); b) o espaço da norma, ou seja, da regulação da relação entre línguas e de uma língua consigo mesma instalado com e pelo processo de normatização. Esta normatização não fica restrita à aplicação corretiva das boas regras gramaticais. Ela é determinada, como sabemos, no intercuro das práticas da sociedade em seu conjunto e das instâncias de jurisdição e administração do poder político pelo Estado, porque ambos dispõem de aparelhagens - instituições, rituais, etc. - que incidem diretamente sobre a relação do sujeito com a língua, regulando-a. Esse modo de compreensão da norma sustenta-se na discussão sobre a “necessidade de um mundo semanticamente normal” que, como diz Pêcheux, coincide com a construção de “laços de dependências face às múltiplas coisas-a-saber, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas-de-saber contra as ameaças de toda espécie: o Estado e as instituições funcionam o mais freqüentemente – pelo menos em nossa sociedade - como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda” (idem: 34).

Transgrido, desse modo, qualquer leitura que proponha relações diretas e proporcionais entre gramática = normatização, lingüística = ciência.

Se as designações descrevem a língua em sua diversidade e a normatizam, é em articulação a espaços de saberes lingüísticos possíveis que elas emergem. Por isso, é possível dizer que tais designações se estruturam no cruzamento dos espaços de constituição da teoria e da norma, no sentido antes proposto, e realizam uma espécie de tradução entre eles, misturando-os e os indistinguindo. Ou seja: dos saberes feitos teorias elas derivam como conceitos e procedimentos metodológicos que *tomam* a língua - implicando *necessariamente* sua *abstração*⁸, porque requer apresentá-la como unidade -

⁸ O problema da abstração diz respeito, como sabemos, ao estatuto das relações entre objetos do mundo e objetos do conhecimento. Na perspectiva da Análise do Discurso, essa problemática se encontra enfrentada por Pêcheux no desenvolvimento da tese sobre a necessidade-real que, de seu ponto de vista, determina o real como pensamento ou a necessidade-pensada (cf. 1988). Essa tese sustenta a prática da Análise do Discurso, como a que aqui realizo, implicando diretamente a noção de interdiscurso, como será mostrado mais adiante. Uma outra abordagem da abstração que está funcionando na escritura desse texto, embora não seja tematizada de modo específico, é a de Aurox (1991), que a considera como problema de normatividade da lingüística e cuja solução, nas Ciências Humanas, depende da tese que o informa. O autor nomeia e descreve os desdobramentos da abstração face a três tipos de posições - hermenêutica, cientista e substancialista - que, segundo ele, conduzem a soluções distintas, mas sempre normativas.

ao mesmo tempo em que, como conceitos, instrumentalizam os processos de normatização e estabilização de sentidos sobre a língua e o sujeito no meio social. Quero com isso dizer que *regionalismo*, por exemplo, tanto descreve uma diferença morfofonológica e sintática de uma língua quanto inscreve essa diferença numa rede de significações que a tomam de modo geral como variante e desviante. De onde se tem um saber, uma língua, uma literatura..., *regionais*, produzidos a partir da evidência do *universal*, como se este fosse “desde sempre igual a si mesmo”. Coincidência-sobreposição-diferença de e entre fatos lingüísticos são, por isso, processos de significação que se engendram na tradutibilidade possível – e no que por ela se proíbe - entre a teoria e a norma, nos sentidos aqui propostos.

Essa tradutibilidade pode ser tomada como um dos modos de funcionamento do político no espaço discursivo do saber sobre a língua, sendo contemporânea à produção de toda a série de descrições/interpretações das línguas históricas, das instrumentalizações que lhes dão forma e de seus processos de institucionalização. Em outras palavras: uma língua e não outra, um conceito e não outro, um autor e não outro: alinham-se, nessas partições, sentidos científicos e políticos para as línguas históricas e seus sujeitos. E se estruturam, ao mesmo tempo, os vínculos entre as línguas e o Estado determinados em leis, programas, estatutos. Mas justamente porque teoria e norma se traduzem, ora se confundindo, ora se separando, as relações entre línguas e Estado se produzem em aderências e recuos.

No lastro destas partições, dos sentidos que nelas deslizam e se estabilizam, se enuncia um espaço particular de significação do saber lingüístico brasileiro e seus sujeitos, cujos indícios procurarei deslindar e explicitar na relação específica com o tema aqui estudado.

Observo, de início, que os sentidos de norma e teoria são geralmente tomados em função de uma articulação analítica já disciplinarizada nos estudos da língua que, no Brasil, coloca lado a lado: a norma (em que se resguarda a definição de língua e se padroniza suas práticas pelo viés da literatura cultivada, na tensão específica com a língua popular, conduzindo a uma dominância histórica do par norma-literatura); a teoria

gramatical/ lingüística (em que se tece a língua como objeto dos estudos gerais da linguagem humana em face das epistemologias dominantes e suas derivas: naturalismo/formalismo, evolucionismo, historicismo, estruturalismo, funcionalismo, etc.); e as pesquisas (que instalam e articulam multiplamente a língua em suas partes - fonéticas, fonológicas, sintáticas –, em distintas áreas – gramaticais, filológicas, dialetais, etc.).

Essa partição se põe constantemente como problemática a ser enfrentada e contornada nas práticas de pensar a língua por aqueles que aí se inscrevem. Matoso Câmara, em “Os estudos do Português no Brasil” (1968), ao propor uma divisão entre os estudos do passado e os do presente (a partir de 1940), diz que:

“Em ambos os períodos acima propostos – os do passado e os do presente – notam-se certos centros comuns de maior interesse. Tem relevo o problema de uma norma para a língua literária, entendida como língua geral escrita e estilo formal público da língua oral, em vez de limitadamente língua da literatura, de precípua finalidade estética. Ao mesmo tempo, vem a debate a teoria gramatical, da mesma sorte que procede a pesquisas filológicas. Por outro lado, a realidade da língua oral passa a se fazer sentir com intensidade. Daí resulta, como em Portugal, com Gonçalves Viana, o desenvolvimento dos estudos fonéticos, e também a atenção para a língua popular e sua diferenciação geográfica e social. Parece compensador distribuir o nosso estudo nesses cinco tópicos, para depreender até que ponto mudou em cada um a orientação doutrinária e a técnica de trabalho. Tal exame crítico nos levará, finalmente, a pôr em foco os três pontos cruciais da problemática lingüística no Brasil. Primeiro, a posição da língua literária em face da língua popular. Em seguida, a complexa e palpitante questão da unidade da língua portuguesa de um e de outro lado do Atlântico. Finalmente, na dependência íntima das conclusões daí decorrentes, as linhas diretrizes por que se deve pautar o estudo da língua materna no Brasil” (198-9).

A articulação/separação entre norma e teoria, tensionada fortemente pelo jogo entre pesquisa e “realidade lingüística”, não deixa, de fato, de caracterizar a reflexão sobre a língua desde seus primórdios. Toda a problemática da descrição gramatical e seu teor

normativo, explicitado ou não, sustenta-se nessa dicotomização. E se esta faz parte constitutiva da lingüística, abordá-la e qualificá-la constitui um procedimento de estudo corrente nos dias de hoje, respondendo particularmente à demanda crescente de especialização disciplinarizada do saber lingüístico e ao seu efeito principal, a saber: a necessária costura interdisciplinar. Uma abordagem gramatical da língua não deixará de se separar imaginariamente, nos dias atuais, de uma sua abordagem lingüística, por exemplo.

No entanto, a imbricação teoria/norma adquire outras facetas, algumas das quais são passíveis de serem percebidas nesse texto de Matoso Câmara. Segundo o autor, a questão da norma se liga à teoria gramatical e está determinada pela realidade da língua *oral* culminando em três pontos a serem focalizados criticamente: a *posição* da língua literária, a *unidade* lingüística com Portugal e as *diretrizes* dos estudos no Brasil.

Do ponto de vista de minha análise, é essa articulação que interessa. *Posição, unidade e diretriz* equivalem a modos de organização (divisão) política e administrativa dos saberes lingüísticos e ao mesmo tempo abrigam divisões (organizações) que funcionam, por sua vez, como recortes teóricos ou princípios metodológicos: língua literária ou popular, variação/mudança do Português do Brasil, abordagem lingüística, estruturalista ou funcional, por exemplo. Em seus funcionamentos, os sentidos dessa divisão não cessam de se recobrir e se distanciar na constrição normativa do sujeito e da língua.

Quero com isso dizer que, como fato de linguagem, a normatização se realiza multiplamente em diferentes domínios como o lingüístico, o administrativo, o jurídico e o religioso⁹. Correção, regulação, lei e conduta são termos que, em cada um desses domínios, regionalizam e ao mesmo tempo expandem os sentidos de norma. Regionalizam

⁹ Mostrar os mecanismos de articulação entre os espaços da língua e do jurídico constitui uma discussão recorrente nos trabalhos em Análise do Discurso. Pêcheux (1984) destrinça as articulações entre Direito e Gramática que estão na base da noção de regra e que implicam diferenças entre as práticas do direito/gramática/ensino Anglo-saxão (Inglês e Americano) e as da Europa continental. As pesquisas desenvolvidas por S. Lagazzi (1988, 1998), no Brasil, tem mostrado o funcionamento de um juridismo que domina as relações contíguas e discutem, em profundidade, as disputas dessa natureza que entrecem o movimento dos sujeitos pelos (seus) sentidos e (seus) territórios (a terra, o teto). Numa relação direta com esta minha formulação, confere Horta (1998), que analisa as derivas, no ensino escolar, de atos do domínio do jurídico – julgar, provar, interpretar – na constituição do leitor brasileiro e, mais amplamente, o conjunto dos trabalhos produzidos no interior do projeto Discurso, Significação e Brasilidade.

por seus sentidos se realizarem em articulação a procedimentos e instrumentos particulares a cada domínio; expandem porque por meio deles os sentidos de norma deslizarão de um domínio a outro, conduzindo a um alinhamento preponderante entre o correto, o bom, o legal (justo) e o bem. Assim alinhados, esses sentidos poderão ser tomados um pelo outro, redistribuindo a cada vez as fronteiras do que com eles não se alinha.

Num sentido mais amplo, a fixação dessas fronteiras assume formas históricas diferenciadas e dá origem a distintos processos de significação dos sujeitos conforme a predominância ideológica que, eventualmente, um dos domínios exercerá sobre os outros. O querer dizer (da língua (e) do sujeito) e o poder dizer não se desconhecem jamais, mostra C. Haroche (1984). Desse modo, a regência da Igreja por alguns séculos definiu a heresia e excluiu com ela qualquer deriva do sentido bíblico. No empreendimento colonizador e iluminista se circunscreveu, fortemente, a civilidade e a selvageria combinando sentidos do bom e do bem. Na forma de sociedade atual, um Estado Científico Positivo, visível, ciente de si e global parametra um sujeito livre para se exercer em seus direitos, se conectar ao mundo em rede e cumprir seus deveres submetido ao que lhe é destinado saber, pensar, desejar, como já explicava Pêcheux na década de 70.

Sutis são os mecanismos que instauram e regulam os limites. Entre eles situo as designações dos processos de diferenciação que conduzem a dialetologizar, regionalizar, provincianizar ... os sentidos de língua e dos que a praticam, fazendo-os funcionar, em suas diferenças históricas, no contraponto de um sentido “central”, não regional, capital.

Do ponto de vista do movimento das idéias lingüísticas que aqui me interessa, é possível mostrar que a permeabilidade entre os espaços da teoria e da *norma* marca de modo particular a relação do sujeito brasileiro com a língua, com o saber sobre ela, com as formas desse saber e os mecanismos que o institucionalizam, afetando, portanto, os modos de significação da produção de conhecimento de maneira geral.

É certo que a tensão/recobrimento entre os espaços da teoria e da norma determina de modo geral a produção de conhecimento em qualquer sociedade. Mas quando digo que elas se relacionam de modo particular em terras brasileiras e assim fazem significar de

coordenado por Orlandi, em que tais mecanismos de articulação foram detalhadamente explorados em relação ao Brasil.

maneira específica essa produção, tenho em vista os modos de produção de dois efeitos de sentidos que envolvem a produção e a circulação do conhecimento e nos atinge, nos dias atuais.

- 1) *assunção e naturalização de uma “defasagem”* face a um imaginário de ciência e de tradição científica, e que funciona internamente, como evidência, nas práticas de produção do conhecimento. Essa defasagem, dita em termos das teorias e seus instrumentos, re-produz uma ordem política de manutenção de desigualdades sócio-política-ideológicas. Apóio-me aqui nas análises de Pêcheux (1977) sobre a relação das pesquisas lingüísticas com essa ordem tal como ela se reproduz na relação com os países do dito 3º. mundo.
- 2) a instalação de uma discursividade específica - o *comentário* - que trabalha uma filiação para o sujeito do conhecimento no Brasil e que será ideologicamente contraposta à das especulações filosóficas dos *pensadores* enquanto posição universalizada pela relação com a constituição do discurso da ciência.

Cruzando (com) esses efeitos de sentido, outros os convertem nos espaços das relações sociais e da subjetivação do sujeito. E então temos funcionando “naturalmente”: o *inacabado* de uma *sociedade em desenvolvimento* e o *irracional* de um sujeito em estado “puro” (bruto?), ingênuo, cultural - contraponto estruturante da figura *régia daquele que pensa*, apontada por Wanderley (2001).

Será, então, necessário religar no fio da história do saber lingüístico os pontos que, em meu entender, sustentam essas trajetórias de sentidos para assim dar forma a esta minha tese.

Aprofundo essas considerações trazendo para este texto, a seguir, aspectos da trajetória dos estudos lingüísticos no Brasil que permitem dar visibilidade aos fatos mencionados.

2. A produção do saber lingüístico no Brasil: no movimento das idéias

Jogos de filiações teóricas e políticas, lutas constantes contra, pelos e em numerosos mecanismos de unificação do Brasil como nação e estado, combates travados a ferro e fogo (Orlandi, 1990), resistências silenciosas, sentidos desalojados: fatos, entre outros dizíveis, que constituem os sentidos de língua brasileira. Disso falarei nesse tópico.

Quando a lingüística entra em cena no Brasil, marcadamente a partir dos anos de 1960, vai-se *justa(o)*por a toda uma tradição ocidental de estudos gramaticais das línguas, desencadeada com a colonização portuguesa.

À maneira do que se passa em outros territórios - como mostra S. Auroux em sua discussão sobre a Gramatização das Línguas (1992), retomada adiante - e sendo ao mesmo tempo uma conseqüência da colonização, a análise gramatical inaugura no Brasil o campo dos estudos da linguagem, num complexo jogo de tradução de línguas, acomodação de olhares e apagamentos ou “adaptações” de sentidos nem sempre tradutíveis.

Da relação oral entre línguas se passa, sob o domínio português, à tradução de uma língua em outra, que desemboca na necessidade de uma primeira unificação das línguas indígenas e do que resulta, por exemplo, a instrumentalização do Tupi da costa como uma Língua Geral brasileira. Horta (1996) nos apresenta a historicidade dos sentidos que circulam na constituição da lexicografia brasileira analisando o “Colóquio”, anexo à *Viagem à terra do Brasil* (1585), de Jean de Léry, que expõe as primeiras reflexões gramaticais sobre o tupi e a *A Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na Costa do Brasil* (1ª. edição 1595, Coimbra, Portugal), escrita pelo Padre José de Anchieta, que instrumentaliza a forma dessa língua como *língua geral* em meio às práticas lingüísticas de então.

Para os objetivos de minha investigação, interessa-me que a prática do saber gramatical durante o período colonial responde, em grande escala, pela construção de um espaço de circulação dos dizeres instrumentalizando uma língua comum. Ao mesmo tempo ela sintomatiza o convívio – conflituoso sempre - das diferentes línguas e seus

falantes¹⁰. A pedagogia da língua, traço que determina de modo geral o aparecimento das gramáticas (Auroux, 1988), sustenta também o desejo de conversão da alma e de *civilização* do sujeito. Por isso é que, como se tem afirmado, a produção lingüística caminhou de braços dados com as demandas de expansão colonial de Portugal, auxiliando na tomada do território brasileiro e na domesticação e catequização de seus habitantes. Sintonizada à circulação das mercadorias e bens - regateava-se muito, comercializava-se tudo com todos, em línguas que possibilitavam esse franqueamento – a situação lingüística no Brasil, naquele momento, correspondia aos modos de Portugal gerir e explorar as riquezas “de sua colônia”, tendo como central a definição das fronteiras do novo território.

Essa situação lingüística e política sofrerá uma alteração significativa apenas na segunda metade do século XVIII, quando o governo Português de D. José I, tendo como Ministro de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, realiza uma série de intervenções no Brasil.

Desenvolvendo uma política de recomposição do modelo de administração do Governo Português, sobretudo no domínio das terras de além mar, Pombal dá impulso a uma série de medidas visando a controlar essas terras, explorar suas riquezas e delas alijar os inimigos.

No Brasil, em aplicação e posterior renegociação do Tratado de Madrid (1750), Pombal busca efetivar a demarcação dos limites territoriais¹¹. A historiografia lembra recorrentemente: a extinção das capitanias hereditárias, colocando-as sob administração da Coroa; a criação de Comarcas e Vilas; a transferência da Capital para o Rio de Janeiro e, ali, a instituição do Tribunal da Relação; a criação das Juntas de Justiça, etc.. A fundação

¹⁰ Cabe salientar que, se a estrutura da gramática de Anchieta é formatada pelo modelo das gramáticas ocidentais e se é nessa tradição que se configuram os estudos gramaticais produzidos no Brasil desde então, evidenciam-se problemas de “adaptação” que conduzem a novas teorizações, como as “línguas de incorporação” (Cf. J. H. Nunès, 1996). Esses problemas seguem produzindo seus efeitos. No recorte que analiso, notarei, de modo particular, sua interferência na *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel. Ao abordar a constituição do léxico, o autor apresenta um item denominado *Línguas subsidiárias* (pag. 259) e a partir dele descreve o que considera *elementos secundários*, inserindo aí uma lista de palavras *índigenas* e *africanas*.

¹¹ Esta matéria é estudada em minúcias por historiadores; aqui apenas retomo alguns pontos que permitem dar visibilidade à questão da língua, sustentando minhas análises principalmente em trabalhos que tratam

de Academias – entre as quais *Seletos* (1752), *Renascidos* (1759) e *Científica* (1772) – deixa visível o direcionamento da atuação da administração pombalina na área da instrução. No plano lingüístico, ele promulga o “Édito dos Índios” (1757), impondo aos habitantes do Brasil o uso da Língua Portuguesa, ou seja, a língua portuguesa unificada imaginariamente a partir de sua prática oficializada em Portugal. E esse é o ponto que aqui interessa.

Por certo, estabelecer a unidade do Estado requer, de seu ponto de vista, a instalação de mecanismos e procedimentos político-administrativos que a sustente, e que a língua passa a oferecer e garantir. Fixar as fronteiras do novo território naquele momento significa sobretudo fixar as fronteiras da língua do Estado e conter a fluidez das práticas das “outras” línguas. Ou de outras práticas simbólicas, como as que conduziam os jesuítas, contra quem Pombal investe com ferocidade. Em seu conjunto, as ações de Pombal promovem, então, a expansão da prática obrigada (porque feita lei) de uma única língua - a portuguesa -, que poucos conhecem, e silencia as *línguas gerais* - pelas quais quase todos circulam. A prática da escravatura, que terá lugar até finais de 1800, fragmenta e impede a circulação das línguas africanas. Considerando a instituição dessa *língua imaginária*, de um lado, e os pontos de resistência que no século XIX atravessam o discurso dos românticos, de outro, B. Mariani afirma que “o papel das academias e do diretório de Pombal, quando refletimos sobre a normatização e sobre a homogeneização da língua, foi o de fixar a história, com o sentido, determinada através de a língua e, desta forma, contribuir para a constituição de UMA memória histórica oficial sobre o Brasil” (1996:100).

É ampla a bibliografia no campo dos estudos das línguas que tematiza este conjunto de fatos e seus efeitos nos séculos subseqüentes. No que diz respeito ao Édito dos Índios, remeto aos trabalhos que mais recentemente¹² focalizam sua articulação ao problema da relação língua/nação, considerando o processo de formação da nacionalidade brasileira, ao que retornarei mais adiante.

das ações pombalinas no interior do movimento geral das idéias no Brasil, como os de B. Mariani (1996) sobre as Academias.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, a importância da performatividade da ação pombalina está no fato de, ao realizar a unidade da Língua Portuguesa como questão de Unidade do Estado - fato que é próprio aos Estados Nacionais em suas intrincadas relações com outros Estados (voltarei a esse ponto) - ter instalado um espaço de litígio em torno da relação entre as práticas lingüísticas brasileiras e destas com a língua Portuguesa. Em virtude da colonização do Brasil pelo Estado Português, submete-se as práticas das línguas no Brasil a uma relação de unidade (e coincidência) com as das línguas de Portugal, sem que isso seja, no entanto, historicamente possível. Instala-se, nesse intercurso, um espaço de litígio que será, a partir de então, multiplamente simbolizado e historicizado no campo do saber sobre a língua no Brasil.

O funcionamento desse espaço de litígio e seus efeitos consistem num primeiro fato discursivo que interessa compreender. A ele se articula, como afirma Orlandi (1994), uma *disjunção obrigada* em nossa relação com a Língua Portuguesa no Brasil, fato que será retomado adiante. E também interfere na configuração das relações de sentido que se dão entre os espaços discursivos da teoria e da norma.

Especifico um pouco mais este último ponto, observando dois modos históricos estreitamente relacionados dessa interferência.

Um deles se refere à reincidência histórica com que o Estado, a partir do Poder Central, decide (ou é convocado a decidir) sobre questões que se localizam no campo das discussões teóricas. Notarei, a esse respeito, dois fatos significativos, visíveis pela força com que instauram discursividades arregimentadoras de sentidos que incidem fortemente sobre nossas práticas de compreensão da questão da língua no Brasil.

O primeiro diz respeito justamente à questão da designação da língua brasileira. Com a independência do Brasil, a instalação da língua portuguesa como língua do Estado se desdobra, entre outras, em polêmicas sobre o específico da língua brasileira. São polêmicas que, no século XIX, colocam românticos e defensores da língua brasileira de um lado, e os “puristas” de outro, e adentram o século XX dividindo posições em torno do nome da língua. No entanto, designar a língua oficial do Brasil como Língua Portuguesa e

¹² Tomo por referência o conjunto dos trabalhos desenvolvidos no projeto da História das Idéias Lingüísticas, já mencionado. Sobre esse ponto específico, cf. *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*,

não Língua Brasileira é decisão tomada por uma comissão de estudiosos instalada pelo governo central e promulgada na Constituição de 1946¹³.

O segundo é aquele da promulgação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) que trabalha multiplamente, e equivocadamente, os sentidos sobre a língua em torno de *uma* unidade, como adiante aprofundarei. Nesse ponto importa que, como mostram Orlandi (1996) e Baldini (1999), esta nomenclatura, promulgada em 1959, regulamenta a terminologia que sustenta os modos de conhecimento da língua portuguesa, mas o que fica regulamentado não resulta de um trabalho de reflexão teórica e sim de uma decisão (de poder) projetada a partir da posição do Estado.

Se as problemáticas da designação da língua e da terminologia da gramática derivam (de) sentidos produzidos nos e pelos discursos do saber sobre a língua, é também na dobra dos discursos sobre estes discursos - ou seja, no jogo interpretativo dos estudos críticos da produção desse saber - que poderemos observar um outro modo de funcionamento do litígio que estrutura a aproximação/distinção dos sentidos das línguas no Brasil.

Falo, neste caso, de formulações que, comparecendo em textos que historiografam os estudos da língua no Brasil, no ponto preciso em que se deve tratar dos movimentos das idéias pelos quais se pleiteou a independência do Português do Brasil face a Portugal, acabam vinculando argumentativamente a historicidade do trabalho intelectual a um jogo equívoco entre *língua e política*. Explico.

Se a independência do Brasil demandou, para a constituição da Nação Brasileira, Uma Língua Nacional (Orlandi&Guimarães, 1996), os processos discursivos que trabalham os sentidos dessa língua se constituem no atravessamento de polêmicas sobre o estatuto da diferenciação lingüística brasileira comandadas pela necessidade de se marcar a

1996; *Langage*, 130, 1998.

¹³ No ano de 1946, por disposição governamental, forma-se uma comissão para tratar dessa questão. Após considerações de ordem histórica e lingüística, conclui que a denominação apropriada é Língua Portuguesa porque “além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar em duas palavras - língua portuguesa - a história de nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado” (Em “ Apêndice”, *Lições de Português*, Souza da Silveira, Livros de Portugal, RJ, 1960). Uma análise refinada do jogo argumentativo que sustenta essa nomeação no espaço discursivo do legislativo é encontrada em *Os Sentidos do Idioma Nacional*, de L.Dias (1996). Sobre os acordos políticos envolvendo a questão da ortografia, cf. B. Mariani e T. C. Souza (1996).

relação com a língua portuguesa da metrópole. Essa injunção é ela mesma a forma de funcionamento do litígio que funda a unidade da língua portuguesa no Brasil, de modo que sua significação rege os mecanismos de constituição de uma posição de autoria. Quer dizer, no corpus que analisei – e que será especificado mais adiante –, a discussão sobre os processos de diferenciação da língua no Brasil se estrutura sempre, e ao mesmo tempo, ainda que nem sempre explicitamente, como uma discussão a respeito da unidade/igualdade/diferença da língua portuguesa no Brasil com a língua portuguesa em Portugal. É nesse sentido que, de ponto de vista discursivo, consideramos que esse litígio marca o político e este funciona como divisão.

No entanto, de modo geral, os textos historiográficos analisados *desconhecem* essa injunção, passando diretamente para uma descrição das tendências que marcam as análises - abordagem purista da língua *versus* dialetistas nacionalistas – e das oposições entre autores/trabalhos. Por aí trabalham argumentativamente *uma certa* interpretação do movimento das idéias e sua determinação histórica. Para situar essa problemática, tomo em conta as situações discursivas a seguir, que fazem parte das considerações sobre os *neologismos* apresentadas em *O Português do Brasil*, por Edith P. Pinto.

“A discussão sobre a autonomia da língua brasileira, ou, como entendiam outros, sobre a autonomia brasileira em termos de língua, remete à velha questão do purismo e dos modelos clássicos, pois se trata de reconhecer ou não a legitimidade de um vocabulário específico do Brasil, para o qual inexistia abonação na história da língua portuguesa” (1981:XXIV).

Nesse período (1920-45), afirma a autora, vozes locais destinavam-se a configurar realidades lingüísticas típicas, sendo comum a realização de neologismos que, por sua ressonância com o regional, a literatura acolhia e divulgava. Essa literatura era tomada nas discussões sobre a língua como testemunho da fala local, mas ao mesmo tempo essa fala local se confundia com folclore (idem, XXIV). E se enuncia, então, conforme E. P. Pinto, uma distinção entre estes regionalismos, “que não eram de aceitação unânime”, e os brasileirismos que se legitimavam no movimento modernista pelas mãos de “hábeis manipuladores da língua”. Dessa discussão, interessa-me que, enquanto afirma que a

presença deste último fato “já bastaria para endossar a independência da variante da língua portuguesa”, a autora explica:

“Independência que significava autonomia na política da língua e não autonomia política da língua” (E. P. Pinto, 1979: Introdução XXV).

O comparecimento desse enunciado no texto e a necessidade de especificação do sentido de *independência* através de um certo sentido de autonomia - a saber: autonomia na política e não autonomia política - não ocorrem e nem seguem ao acaso. Eles significam o que historicamente esteve em litígio: a questão política unidade/diferença entre língua brasileira/línguas brasileiras/língua portuguesa. A especificação do sentido de autonomia não deixa de propor uma solução para o litígio que insiste. Haveria por certo muito a se dizer sobre esses fatos, mas para conduzir minha reflexão, reterei aqui dois pontos:

Primeiramente, do ponto de vista da sustentação argumentativa, deslocar os sentidos de *autonomia política* para *autonomia da política* retoma o confronto que marcou desde sempre o trabalho de pensar a língua portuguesa como língua brasileira em sua diferença com o português europeu, mas o afirma em consonância com uma idéia dominante na historiografia que interpreta esse trabalho na direção de um nacionalismo político. Explico: o nacionalismo, na perspectiva dominante da historiografia, se apresenta como questão que “turva” a análise da língua. Entre tantos, remeto o leitor ao debate, proposto com um *balanço* do problema da “*Língua Brasileira*, encaminhado por Houaiss (1960), e do qual participaram Celso F. da Cunha, Serafim da S. Neto e S. E. Elia. Entre as afirmações que aí lemos, cito a de Serafim da S. Neto, para quem o *problema* da língua brasileira “foi sempre um problema político e patriótico, nunca um problema de natureza científica, de natureza lingüística”.

Voltando ao enunciado de E. P. Pinto, *autonomia da política* reinterpreta a autonomia política da língua, fortemente significada no Brasil desde o final do século XVIII, no eixo da autonomia da política - da política como prática - como se fosse possível separar, a não ser ideologicamente, essas duas ordens. O que fica proposto, de meu ponto de vista, é que se deve tratar o político que funda o litígio das línguas no Brasil

como um problema de política, não político. Só assim, parece-me, este deixaria, para a autora, de ser um problema. Mas, então, seria preciso almejar o investimento em políticas desinvestidas do político... será?

Da perspectiva do discurso, o político investe a possibilidade mesma de tomada da palavra. (Orlandi:1990, Rancière:1995, Guimarães:1996). Quer dizer, ele tem a ver com o fato de que significar os processos de diferenciação da língua no Brasil implique designações como *brasileirismos* e que os sentidos dos fatos de língua aí descritos estejam desde sempre *divididos entre* línguas, ficando sua interpretação determinada *pela filiação* às diferentes *tradições* nas quais tais línguas se significam. Essa divisão significa a posição de autoria. Quer dizer: descrever e sustentar um fato de língua enquanto *diferença* ou *variação* numa relação com o português brasileiro (a língua portuguesa aqui historicizada) não equivale, sob nenhuma hipótese, a descrever esse mesmo fato na relação com a tradição européia. Como disse anteriormente, os sentidos legitimados se organizam politicamente a partir da filiação européia; fora dela, o esforço, apuro metodológico, condições de pesquisa, etc. não são jamais e puramente de natureza descritiva. É de legitimação do dizer – do querer e poder – que se trata. Numa escala interna ao Brasil, o mesmo acontece com as diferenças que marcam as práticas lingüísticas nos distintos recortes espaço-temporal ou sócio-cultural: o imaginário de unidade de língua que se repõe nesses recortes, qual é? E de que posição se quer e se pode dizer isso que diferencia?

A problemática aqui posta possui, bem o sei, muitas formas, e nenhuma delas pode ser considerada de fácil abordagem. Ocorre que, no modo como está sendo aqui compreendida, a relação língua/política propõe uma leitura desnivelada das que nos são propostas por meio de descrições que dão visibilidade às relações entre diferença lingüística e diferença social, regional, identitária. E que pretendem, via de regra, resolver a diferença tornando-a visível. Ora, a delimitação que essa visibilidade implica possui um dentro e um fora: é nisso que reside o político. Ele tem a ver com a divisão ideológica do sentido (com o fato de se falar a mesma língua e falar diferente, como diz Orlandi); ele tem a ver com a produção de evidências para o que é visível, e conseqüentemente, com o

apagamento de tudo o que escapa à rede do já significado. O político suporta (como meio e fim) a in-viabilidade das políticas.

É na ordenação dos sentidos pela língua, nas relações entre um enunciado e outro, na previsibilidade do sentido que chega sempre - e nos pré-enche até não mais caber - e, por fim, na espera daquele que não acontece, que podemos encontrar indícios para pensar o político, para falar de política. Na certeza de que encontrarei mais questões que respostas – o que não deixa de ser motivador – prossigo com minhas análises. Volto à situação discursiva em questão.

Ao se estruturar numa relação de significação que toma a política como “ação”, o enunciado “autonomia na política da língua” imprime aos sentidos de língua e de política uma única direção interpretativa: deixando de ser um fato político, a língua, assim como a política, são conduzidas ao estatuto de artefato, de uma ordem de eventos (ou artifícios) que se regula independentemente do político. E cuja execução demanda um sujeito “esclarecido”: aquele que *significava*. Não serão, de fato, estranhas aos textos historiográficos, menções às imprecisões nos argumentos de defesa da língua brasileira, ligando-as às atitudes mais ou menos impressionistas dos autores.

De onde resulta um outro deslocamento – o segundo ponto - , que incide agora sobre a posição do sujeito do conhecimento. Desalojado o político, tudo se passa como se a raiz do problema (aquele da defesa de uma língua brasileira, naquele momento, ou da defesa de não fixação de apenas uma língua no Brasil nos dias de hoje) fosse da ordem de uma “confusão” dos sujeitos desse saber que não estariam atentos ao equívoco de seus pensamentos-ações, *significando-os mal*. Toca-se, por aí, de um certo modo na posição do sujeito do conhecimento: tomar a discussão como problema de conhecimento, compreensão ou articulação do sujeito - um sujeito que *não significa como se deve ou se espera* – impede que se pergunte sobre as condições de produção de seu dizer, sobre a posição a partir da qual ele fala, e assim se homogeneizam trajetórias de embates internos, de disputas políticas e de tensão entre as relações de poder internas ao Brasil.

Assim afetados, os sentidos de língua, de política de língua e das práticas de pensá-los entram em funcionamento, em nossa sociedade, comandados por uma dupla injunção interpretativa:

- 1) Significam predominantemente como artefato, podendo ser, por isso, tomados como objeto: de controle por parte de estado; de objetivação prática por parte da Ciência.
- 2) Sendo artefato, significam predominantemente como fato a ser trabalhado na ordem da aquisição e subjetivação do sujeito. Uma questão pragmática¹⁴.

Ambas, se conjugando, engendrarão um processo histórico de fortalecimento do poder de decisão do Estado em detrimento da sociedade civil. E assistiremos, com isso, uma separação/combinção entre as instâncias de discussão (que compreende a sociedade) e deliberação (que compreende o Estado), que historicamente caracteriza a forma de relação entre Sociedade e Estado brasileiro. É sob essa dupla injunção interpretativa que o *discurso do saber sobre o saber* acolhe e sustenta, em meu entender, a política intervencionista do Estado¹⁵ como instância administrativa reguladora dos enfrentamentos históricos e sociais que atravessam o espaço teórico.

Estes são, resumidamente, os fatos discursivos que conduzem - e em torno dos quais organizo - a discussão ao longo de meu trabalho de escrita. A consideração de outros aspectos particulares da história do saber sobre a língua no Brasil permite aprofundar os questionamentos e especificar alguns de seus desdobramentos.

¹⁴ A atual tramitação do projeto de lei contra os estrangeirismos proposta por um membro do Legislativo, o Sr. Deputado Federal Aldo Rabello, pode ser compreendida como ressonância destes deslocamentos. Não será estranho, por isso, que sua argumentação refira a “ignorância” do povo, e seria, por outro lado, simplista, colocar em discussão esse argumento como se seu esclarecimento dependesse das competências retórico-pragmáticas do autor do projeto. A “memória” de saber que instaura este gesto merece ser pensada pelo modo como contraditoriamente Conhecimento e Estado se recobrem no Brasil.

¹⁵ O funcionamento autoritário do Estado Brasileiro está por demais já explicitado em muitos estudos. No que toca ao Ensino, e portanto, à disciplinarização do conhecimento, normalmente o Estado a regula na forma da lei, ou seja, por obrigatoriedade, ao que a sociedade e suas instituições ficam concernidas a cumprir. Cf. ainda, a esse respeito, a resolução do Conselho Federal de Educação de 1962 que implanta a lingüística nos cursos de letras. Em relação aos estudos e comentários que esse procedimento estatal gera, quero marcar a necessidade de se pensar as “vias” que, do interior mesmo das práticas de produção do conhecimento, tornam “disponíveis” (Orlandi, 1993) sentidos para que uma ação assim se exerça. Isso significa, de meu ponto de vista, a possibilidade de não se parar, como freqüentemente se observa, na avaliação de uma ação e suas reações (de espanto, revolta, conivência, qualquer que seja), mas dar visibilidade aos modos pelos quais se constitui uma relação histórica e positiva entre ciência e Estado brasileiro – e conseqüentemente, entre o cientista e o cidadão.

3. Diferenciação Lingüística e Gramatização do Português no Brasil.

Até fins do século XIX, um conjunto de acontecimentos político-administrativos intervém no espaço brasileiro: vinda da Família Real para o Brasil e abertura dos Portos Brasileiros ao comércio com outros países, sobretudo Inglaterra (1808); Independência do Brasil (1822); Abolição do tráfico de Africanos (1850); Abolição da Escravatura (1888); Proclamação da República (1889); Primeira Constituição Republicana (1891)¹⁶.

O processo de legitimação da sociedade brasileira, como suas próprias instituições, seu saber, e sua forma de poder político (a República) marca, portanto, o século XIX, desencadeando um processo de individualização do espaço de significação do Brasil (Orlandi, 1998).

No campo das idéias lingüísticas, o tráfico com idéias Evolucionistas geradas principalmente na Inglaterra e Alemanha (Max Müller, Schleicher), e com o Positivismo de cunho francês (Littré) - tráfico que engendra a série de acontecimentos pós-independência, impulsionado pela abertura dos portos brasileiros a outros países - desemboca no rompimento de uma filiação direta dos estudos da língua no Brasil aos autores Portugueses. Esse é o momento que marca o início do processo de *Gramatização Brasileira do Português*, conforme Orlandi (1994) e Guimarães (1996).

Mas o que vem a ser essa gramatização? Como ficou indicado, o conceito é estabelecido por Aurox (1992). Por gramatização, diz o autor, deve-se entender o “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (idem: 65)¹⁷.

¹⁶ Cf. a cronologia estabelecida por E. J. Guimarães, na referida revista *Langage*, 130, 1998. A ela acrescento o fato da abertura dos Portos Brasileiros que favorece de modo particular a circulação das idéias.

¹⁷ Para evitar o risco de uma interpretação redutora do uso que fazemos desses conceitos, importa salientar que as línguas ou as tecnologias que a elas se articulam são apresentadas por Aurox, como um campo de investigações filosóficas que implica atribuir à filosofia das ciências da linguagem um lugar central. Nessa perspectiva, o interesse do trabalho filosófico está justamente em refletir sobre o desenvolvimento do conhecimento tal como nele está implicada a resolução de problemas sob a forma do saber científico e da aplicação prática (Cf. Aurox, *La Philosophie du Langage*, PUF, 1996).

Engendrando a formalização do conhecimento das línguas, a gramática e o dicionário definirão para si uma função que, de acordo com Auroux, vai além de uma simples descrição das línguas naturais, configurando-se como um *instrumento lingüístico* porque “prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e formas que não figuram juntos na competência de um mesmo locutor” (idem, 69).

Desloca-se, no sentido proposto, a possibilidade de considerar a gramática e o dicionário como meros manuais que regulam as práticas de aprendizado da língua através das normas da “boa linguagem”. Na função tecnológica, eles organizam a língua e, no mesmo movimento, definem e determinam a relação do sujeito com ela.

Derivando essas noções para a compreensão da história das idéias lingüísticas no Brasil, Orlandi (1994) e Guimarães (1996) colocarão em discussão a gramatização brasileira do Português, querendo com isso atingir as condições de produção do conhecimento sobre as línguas, em especial sobre a Língua Portuguesa, do Brasil *no Brasil*¹⁸.

No centro dessa discussão, enuncia-se como fundamental compreender as condições de emergência de uma posição teórica brasileira. Essa posição demarcaria, no fio da história das línguas no Brasil e de seu conhecimento, um contraponto às determinações de ordem política e lingüística vinculadas ao fato incontornável da colonização do Brasil por Portugal. Na assunção de uma tal posição se marcaria, como tenho afirmado, a função de autoria dos brasileiros, e com ela, os modos com que os saberes se produzem e circulam. Retomo brevemente esta discussão.

O traço inicial que, de acordo com Orlandi e Guimarães (idem), permite delinear essa posição se instala justamente em finais do século XIX, quando autores brasileiros questionam a validade das análises gramaticais produzidas por autores Portugueses para a língua do Brasil, explicitando em seus textos novas filiações.

É esse desejo de ruptura teórica com os modelos de Portugal materializado por novas filiações que se encontra tematizado por alguns de nossos estudiosos, entre eles:

¹⁸A implantação do Português no Brasil produz, entre outros, um apagamento da história do Tupi como língua geral do Brasil até o século XVII. Esse fato é marcante porque o Tupi se gramatiza ao mesmo tempo que o português na Europa. Note-se que a publicação da gramática de Anchieta (1595) ocorre

Maximino Maciel, no seu *Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa*¹⁹, publicado como apêndice à sua *Grammatica Descriptiva*, em 1910, e Matoso Câmara, no texto sobre os estudos de Português no Brasil, publicado em 1968.

Nas palavras de M. Maciel, trata-se de um processo que culmina na “remodelação geral da gramática” (1918: 447). Matoso Câmara dirá que nessa época, a exemplo do que vinha acontecendo em outros países da Europa, assiste-se à implantação da ciência da linguagem, em contraposição à situação anterior que se resumia “numa literatura didática desambiciosamente pobre e sem curiosidade científica, procurando repetir os ditames que a tradição impunha, por mais de um século, no ensino da língua materna” (idem: 198).

Na efervescência dos acontecimentos políticos que marcam esse período, o trabalho intelectual adquire uma feição particular. Em todas as áreas então emergentes - medicina, direito, filosofia, gramática e lingüística - esse trabalho se traduzia por pensar o país, sua identidade e seus modos de organização política. Considerando o trabalho dos gramáticos, Orlandi diz que “ser autor de uma gramática nessas condições é ter uma posição como intelectual que trabalha a organização social do saber nacional e uma função de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil (ou “português brasileiro”) (idem:5). Esta nova posição de legitimação do conhecimento sobre a língua portuguesa, continua a autora, corresponde “a um gesto de apropriação, como se se tratasse de se tornar “autor” desta língua com suas particularidades (idem:6).

Esse gesto de apropriação, constitutivo da posição do sujeito do conhecimento, produz desde esse momento uma demanda específica de escrita da língua brasileira, não aquela que se escrevia em Portugal, mas a que se falava no Brasil, como argumentou Macedo Soares. No entanto, aos pontos de construção dessa escrita vinha se alinhar, polemicamente, o processo de *transferência* da língua (Orlandi, 1993). Ou seja, junto com o transporte da língua portuguesa já possuidora de escrita, se realiza o trabalho da memória do dizer no Brasil, estruturado na convivência entre *outros* (línguas e sujeitos) não traduzíveis entre si: o português, o índio, o africano, sem falar nos que aqui

pouco depois da publicação das primeiras gramáticas sobre a Língua Portuguesa de Portugal de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540).

aportavam em viagens de “descobertas” ou em busca das riquezas comerciáveis. Fatos que determinam o sentido de gramatização.

“A gramatização em um país colonizado trabalha segundo um duplo eixo: aquele da universalização e aquele dos deslocamentos. Ter uma gramática nessas condições, significa ter direito à universalidade, ter direito à unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade. De outro ponto de vista, falar de “usos variados” é defender uma “outra” língua. De fato, uma vez conquistado o direito à unidade, imediatamente se começa a reconhecer as variedades: a influência das línguas indígenas, das línguas africanas, etc. A ambivalência do processo de unificação do português brasileiro mostra bem, no jogo entre unidade e diversidade, os embates da relação entre a cultura ocidental, a ciência e suas instituições, e uma cultura não-ocidental, dita exótica” (Orlandi e Guimarães, 1998: 19).

A criação e o fortalecimento de instituições vão estar intrinsecamente ligados à escritura do saber produzido, demarcando e qualificando o exercício da função autor no Brasil. Em meados do século XIX, criam-se fóruns de discussão sobre a língua envolvendo brasileiros e estrangeiros, como o I Congresso de Língua Nacional Cantada (SP, 1936), o I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (Salvador, BA, 1956) e o I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia (RS, 1958); formam-se associações como a Sociedade Brasileira para a Pesquisa e a Ciência – SBPC (1948) e tomam forma instituições de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Pesquisa em Ciência e Tecnologia - CNPq (1951), a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (1960). O ensino superior, implementado a partir dos anos 1930, responde de modo particular à demanda de produção e circulação do saber, como diz Mattoso Câmara:

“É sensível, no período que convenciamos estabelecer a partir de 1940, mais ou menos, uma nova atitude em relação ao problema da norma da língua literária. [...] Não há dúvida que concorreu para isso o estabelecimento do ensino universitário de letras e de língua materna, com a criação das chamadas Faculdades de Filosofia.

¹⁹ Este retrospecto de M. Maciel é considerado o primeiro texto brasileiro sobre a história dos estudos do Português no Brasil (cf. a introdução feita por E. Guimarães à reedição desse texto em *Relatos*, Junho -

Elas propiciaram um estudo mais objetivo e desinteressado, sem as preocupações, inevitáveis na escola secundária, de um treinamento pragmático dos estudantes” (idem: 211).

Junto com o suporte institucional, o saber sobre a língua no Brasil vai assumindo contornos de uma almejada cientificidade, evocada de tempos em tempos, para demarcar os momentos de mudança na forma do pensamento sobre língua no Brasil. O texto de Mattoso Câmara constitui um exemplo: tanto em fins do século XVIII como em meados do XIX, se marca, segundo o autor, maior aproximação do saber sobre a língua aos modelos científicos. Mas a cunhagem de *saber científico* não é um fato casual e nem isolado na textualização sobre o saber no Brasil. Conforme fui indicando, ela reincide nos textos das análises, principalmente as historiográficas.

A partir da análise do corpus, considero que o vislumbre de uma prática de estudos “mais científica e desinteressada” constitui uma modalidade específica de argumentação que formata o movimento das idéias no Brasil. Trata-se de um argumento que configura um espaço de modelação do saber, organizando-o. E remete ao efeito de defasagem a que antes referi.

Em minha pesquisa, o recurso ao argumento da cientificidade se torna particularmente significativo porque desloca e desconhece a história mesma com que o conhecimento se teceu nele estando implicado o sujeito, que também é histórico. Melhor dizendo:

Atuar intelectualmente, posicionar-se frente ao processo de constituição da “nação e da nacionalidade brasileira” e produzir um conhecimento cientificamente reconhecido comparecem como três eixos que entretecem o processo de constituição do saber lingüístico desencadeado com a gramatização brasileira. No que toca especificamente ao tema dessa pesquisa, considero que esses eixos funcionarão como matrizes de sentidos para uma série de paráfrases que textualizarão historiograficamente a relação do brasileiro com o espaço do saber.

Mas essas paráfrases não se conjugarão sem que seus sentidos deslizem para categorizações genéricas que reincidentem ora sobre a forma do pensamento brasileiro, ora sobre a “índole” do brasileiro em si, como indivíduo, fazendo emergir um espaço de significação no qual jogam processos discursivos²⁰ contraditórios sobre nosso modo de pensar. Espaço particular, que denominarei de *Escrita da Autoria* (abordado na parte IV), significando basicamente o espaço projetado do interior do processo de estruturação do conhecimento na forma específica que assume no período analisado. Reproduzo, a seguir, um fragmento de análise sobre a história das idéias filosóficas no Brasil que permite acompanhar o funcionamento matricial de alguns sentidos. Falo de sentidos retomados/repetidos em vários textos que refluem por sobre os sentidos das idéias brasileiras, em sua história, e assim as estruturam e lhes conferem uma escrita:

“Ao transoceanismo saudosista de uns e ao nacionalismo afoito e ingênuo de outros, sucederia uma geração na qual aparecem alguns homens dotados de uma formação nova e de uma técnica intelectual mais adequada à compreensão da cultura e, talvez, por isso mesmo, dotados também de uma compreensão mais exata dos país e de nossa história. No entanto, apesar do sensível progresso de consciência verificado em alguns, a história das idéias no Brasil - e o seu aspecto filosófico - ainda reproduz os traços indicados por Mário de Andrade em *Macunaíma*, a personagem da canção de gesta da terra brasileira: “Macunaíma trata de faltar-se de tôdas as comezainas, de tôdas as frutas. Fala de indumentária, mas veste-se pouco [...] canta tôdas as canções e dança tôdas as músicas. É o herdeiro ladino mais ignorante de tôdas as culturas, de todos os instintos” (Cruz Costa, 1956: 441)²¹.

Os deslizamentos de sentidos que se põem em funcionamento em dizeres como esse de Cruz Costa têm uma direção: a prática de pensar questões sobre a língua brasileira,

²⁰ *Processos Discursivos* é uma noção teórica desenvolvida amplamente pela Análise do Discurso e que permite articular a relação de todo dizer com sua exterioridade. Diremos, resumidamente, que todo dizer significa por relação a uma formação discursiva, e isso se mostra no fato mesmo de que podemos dizer as mesmas palavras mas remeter, todavia, a dizeres (e sentidos) diferentes. Essa remissão, ou interpretação, independe em grande escala de nossos desejos “pessoais” porque se constitui na relação com o já-dito.

²¹ Uma breve contextualização do trabalho de Cruz Costa é apresentada na parte IV.

à maneira do que se passava nas outras áreas, investida a partir de uma posição em que se pensa o país, passa a significar, nesse torneio com a cientificidade, uma espécie de *pensamento concreto* correspondente a um *sujeito “ignorante”*. Como se trata de uma posição no discurso, e que demanda uma identificação do sujeito, esse torneio funciona como “dado”, apagando o fato de que resulta de embates ideológicos. Livre de seus condicionantes históricos/ideológicos, ele reincide no fio do dizer sob a forma de qualidades desejadas e não cumpridas. Temos então, um modo de funcionamento de uma divisão do trabalho de pensar que se instala no interior do discurso do saber no Brasil e que retoma, naturalizando, uma relação de dominação e subordinação que caracteriza uma distribuição desigual dos capitais intelectuais (e de informação) em consonância com a das riquezas e do poder. Um funcionamento que instala ao mesmo tempo a defasagem e um “centro” como mecanismo de controle e regulação das *coisas-a-saber*. Na parte III focalizo justamente esses deslizamentos.

Por agora, importa deixar indicado que nomear o que se diferencia, descrevê-lo e significá-lo faz confluir, de maneira tensa e nem sempre passível de solução, sentidos equívocos sobre o um e o diferente, o *não-um*, o brasileiro, o europeu, o imigrante, o sertão, o litoral, a natureza, equívoco que determina a forma e o formato do saber sobre a língua no Brasil, e os sujeitos que lhe concernem. O investimento na língua brasileira como objeto de conhecimento simboliza os embates que por aí se darão a conhecer. Os processos de diferenciação lingüística se repõem como problema permanente, devendo adquirir contornos particulares no fio dessa história, como já expliquei. Ao focalizá-los, procuro justamente compreender o jogo da designação em seu sentido especificador e o sentido desse específico nos deslizamentos parafrásticos que generalizam o saber.

Como ficou indicado, tomo como suporte para essas reflexões, as considerações de Orlandi sobre a *disjunção obrigada*, fato discursivo estruturante da situação da língua portuguesa no Brasil.

Ao caracterizar a relação unidade/diversidade no Português do Brasil, considerando sua relação com o Português de Portugal, Orlandi (1994) chama a atenção para a tensão aí presente resultante da situação de *heterogeneidade lingüística*. Para a autora, essa tensão reporta a uma *disjunção obrigada*, quer dizer, a uma clivagem de duas

histórias (Brasil e Portugal) na língua, resultante da relação de colonização. A língua portuguesa standard no Brasil funciona em uma dupla identidade, porque se estabelece como herança imposta pelo colonizador e, ao mesmo tempo, se historiciza em relação com a história de formação do país. Isso faz com que jogue em

“‘nossa’ língua um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui embora na aparência da ‘mesmidade’”(idem:31).

Resulta dessas considerações que, se a Língua Portuguesa no e do Brasil, no modo como se constitui historicamente, abriga percursos e encontros de línguas diversas e funciona em uma *disjunção obrigada*, os processos de significação da “separação” entre o um e o diverso presentificados nos estudos sobre essa língua, dos quais resulta, entre outros, o jogo da designação da língua, adquirem uma espessura que fará com que unidade da língua não signifique qualquer coisa ou de qualquer maneira, muito menos o que dela se nomeia e se aparta como diverso.

Podemos já adiantar que o que se apresenta como línguas diversas da língua portuguesa no Brasil intervém no processo de sua diferenciação permitindo que se fale dela como unidade. No entanto, falar dessa unidade/diferença é colocar-se no miolo do debate e lidar desde o princípio com os sentidos instaurados pela disjunção histórica que afeta a língua portuguesa pelo Brasil. Isso produz um *paradoxo* que estrutura o discurso do saber lingüístico no Brasil:: pode-se falar da *unidade* da língua portuguesa brasileira (e estabelecê-la) tanto em relação à língua de Portugal (externamente), como internamente, em relação aos *falares* do Brasil. Esse paradoxo não é da ordem de uma ambigüidade, mas do equívoco. Isso porque o sentido de uma unidade para a língua é equívoco: apresenta-se ora como o que é *intrínseco* (próprio) ao Português do Brasil, sendo especificidades que permitem tomá-lo como uma *unidade distinta* do europeu, ora como o que lhe é *extrínseco* (não próprio ou impróprio), algo internamente diverso: os falares regionais ou dialetos. A discussão passa, desse modo, por indagações sobre o que vem a ser o *um* e seu *diverso outro* da e na língua, tal como se inscreverá no tecido das reflexões lingüísticas no Brasil. E de um sujeito interpelado a saber seu saber na lida com esse equívoco.

As passagens entre unidade/diversidade têm, portanto, mão dupla, e nem sempre lineares, nas quais intervém de maneira decisiva a questão da posição a partir da qual ela é dita e compreendida. Essa posição, sendo investida por evidências que a ideologia naturaliza, supõe ao mesmo tempo, processos de identificação do sujeito. No campo dos estudos lingüísticos, as polêmicas e os discursos sobre elas que historicamente se desenvolvem em torno dos sentidos de língua e do nome que a nomeia, de dialetos e variantes sócio-culturais, repõem de maneira exemplar, na costura da análise, as determinações históricas que implicam a definição da posição tomada pelo analista.

4. O corpus

De acordo com o conjunto de considerações feitas, há formulações que perpassam os espaços dos discursos do saber sobre a língua, vinculam, equivocadamente, história, teoria e política e, desse modo, afetam a produção do conhecimento lingüístico no Brasil e a posição do sujeito. Mas foi no processo de reflexão que essas articulações foram se mostrando significativas, e assim me conduziram na lida com o corpus, na discriminação do material e em suas múltiplas leituras.

Numa primeira aproximação com a temática da diferença lingüística no Brasil, examinei os textos gramaticais produzidos a partir do final do século XIX, enfocando os modos em que a diferenciação lingüística neles comparecia, quais fatos eram tomados e como funcionavam as definições. A questão da diferença e da norma lingüística parametrizou a escolha das gramáticas de teor normativo, destinadas ao ensino. Esse recorte cumpria um duplo objetivo: me permitiria falar do saber lingüístico num momento fundamental para a constituição da autoria, como o foi a gramatização brasileira do Português; me daria acesso a formulações *fundadoras* de sentidos sobre a língua: os textos gramaticais estão na base de nosso saber lingüístico e circulam amplamente. Por eles passa a compreensão básica da língua “desenvolvida” nas escolas e nas diversas instâncias administrativas. Havia, portanto, uma importância pedagógica em estudá-los.

Assim, foram consideradas desde gramáticas que engendraram o processo de gramatização do Português – Júlio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1881:13ª ed. 1919)²²; João Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1886, 93ª ed. 1936); Maximino Maciel, *Grammatica Descriptiva* (1894, 10ª ed. 1926). Publicada em 1894, é um aperfeiçoamento da *Grammatica Analytica* de 1887; - passando por Eduardo Carlos Pereira, *Gramática Expositiva* (1907, 2ª ed. 1909); Otoniel Mota, *Lições de Português* (1915) e *Meu Idioma* (1916); Said Ali, *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1924: 6ª ed. revista e atualizada de acordo com a NGB,1964); Carlos Góis, *Método de Análise (léxica e lógica) ou Sintaxe das Relações*. (1912, 21ª ed. 1956); José Oiticica. *Manual de Análise (Léxica e sintática)* (11ª ed. 1955); Francisco da S. Bueno. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (5ª ed. 1958); até as que adotaram a Nomenclatura Gramatical promulgada no final dos anos 1950, como é o caso de Carlos H. Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957, 16ª ed. 1973); Napoleão Mendes de Almeida, *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (22ª. ed. 1969); Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa: usos de 1º e 2º graus* (s/d. 19ª ed. 1975); Domingos P. Cegalla, *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* (1962, 30ª ed. 1988); Gladstone C. de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (3ª ed.1978); Celso F. Cunha, *Gramática da Língua Portuguesa* (1972).

Vários estudos das idéias gramaticais no Brasil têm dado ênfase às diferentes filiações teóricas que orientam esses trabalhos, suas articulações com o ensino e com as políticas lingüísticas. No entanto, para o desenvolvimento de minha pesquisa, procurei nestes textos os modos com que se designava os processos de diferenciação da língua no Brasil. Foi então que me deparei com um outro fato que passou a ser constitutivo de minhas análises: de um discurso em que predominavam os *brasileirismos*, *regionalismos*, *provincianismos*, freqüente nos textos do final do século XVIII e início do XX, passava-se, a partir da Nomenclatura Gramatical Brasileira, a outro: o das modalidades da língua: *culto*, *popular*, *regional*, etc. Ao mesmo tempo, nos textos gramaticais produzidos nas décadas de 1920, 30 e 40, se rarefazia a presença das designações.

²² Indico primeiramente a data de publicação do texto, em seguida a edição e o ano da versão consultada. Isso sempre que possível.

Paralelamente, justo nesse período (décadas de 1920-40), deparei-me com uma vasta produção (artigos e monografias) sobre o problema da língua brasileira. Cito alguns: A. Amaral, *O Dialeto Caipira*, 1920; A. Nascentes, *O Linguajar Carioca*, 1922 (2^a ed.); Cândido Jucá (filho), *Língua Nacional*, 1937; Clóvis Monteiro, *Português da Europa e Português da América*, 1913; D. Castro Lopes, *A Língua Brasileira*, 1935; Gladstone Chaves de Melo, *A Língua do Brasil*, 1946; Herbert Parentes Fortes, *A Questão da Língua Brasileira* (1957); João Leda, *A Quimera da Língua Brasileira*, 1939; João Ribeiro, *A língua Nacional*, 1933; José Oiticica, *Estudos de Fonologia*, 1926; M. Marroquim, *A Língua do Nordeste*, 1934 (2^a ed.); Renato Mendonça, *O Português do Brasil*, 1936; S. Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua no Brasil*, 1950; Solidônio Leite, *A Língua Portuguesa no Brasil*, 1922; T. de Ataíde, *Preparação à Sociologia*, 1936.

Compreendi esta produção como uma espécie de contra face do discurso sobre a língua presente nos textos gramaticais, sobre os quais eu centrava minha atenção.

Analisando essa produção, tornaram-se relevantes os embates políticos em torno da Língua do Brasil, de defesa ou não da língua brasileira, que caracterizavam fortemente as discussões propostas. Os títulos das obras são um indicativo da urgência dessa problemática e dos processos de significação que a determina. Tratando da questão da nomeação da língua da nação brasileira como Língua Nacional, em uma análise das Constituições brasileiras, Guimarães indica o efeito de circularidade que se apresenta na definição *língua da nação=língua nacional* e afirma:

“Estamos diante de um caso em que se dá como conhecido o idioma que se fala, mas é preciso decidir seu nome. O objeto a ser designado é dado como conhecido, embora se possa no momento chamá-lo somente de idioma nacional. E a designação da expressão idioma nacional tem um outro efeito de pré-construído decorrente deste: o de que se fala na nação brasileira uma só língua. A inequivocidade da nomeação significa a partir deste efeito de unidade” (*Língua de Civilização e Línguas de Cultura: a Língua Nacional no Brasil*:4).

Em relação aos objetivos de minha pesquisa, a série de títulos propostos deixava entrever abordagens que, de um lado se voltavam para fenômenos lingüísticos internos ao

Brasil - *Dialeto Caipira, Linguajar Carioca, Língua do Nordeste*, etc. - e, de outro colocavam em cena a existência de uma língua brasileira distinta: *Língua Nacional, A Língua do Brasil, A Língua Brasileira*,... Articulando-a com a discussão da parte II, a heterogeneidade destes nomes de língua e a fluidez com que compareciam para definir diferentes regiões de significação dos fatos da língua - dialeto, diz E. P. Pinto (1981:XIII), “tanto se aplicava, de maneira geral, ao português do Brasil, quanto a uma de suas variedades regionais, como a do Nordeste; ou ainda a uma subvariedade local, como a *caipira*” - apresentam-se como um efeito do paradoxo que constitui o discurso sobre a língua no Brasil face à *disjunção obrigada* a que fiz referência. No entanto, quando não se considera a memória discursiva afetada por essa disjunção, a heterogeneidade “fornecerá”, mais uma vez, evidências de uma *imprecisão* nas análises e de uma *indefinição* na posição teórica, como requer a historiografia²³.

Ao mesmo tempo, notei também que essa produção que marcar o nascimento da divisão entre os estudos lingüísticos e os gramaticais. Ou seja: os estudos que então se produziam paralelamente às gramáticas sustentavam a introdução de categorias socio-variacionistas nos textos, de modo que estas (as gramáticas), na maioria das vezes, passam a operar com tais categorias sem a preocupação de esclarecê-las e a seus fundamentos teóricos, tomando-as como noções evidentes.

De um lado, os textos gramaticais. De outro, essa produção fornecendo subsídio para a compreensão dos fatos abordados. O recorte de meu corpus passou a contemplar essa dupla face.

Como tenho explicitado, movimento-me em meio a esse material; vou propondo uma interpretação para aspectos que concernem à emergência e funcionamento das formas de designação dos processos de diferenciação da língua, retendo, para isso, fragmentos de algumas dessas obras. Não procuro interpretar o “conteúdo” das definições à luz das teorias que as engendram. Conduzo a reflexão de modo a explicitar os impasses que

²³ “Mesmo entre os especialistas em assunto de língua não é rara a imprecisão, que trai, freqüentemente, uma atitude de reserva, de fuga ao compromisso de designar taxativamente como *português* a língua do Brasil, ou, ao contrário, ao compromisso de assumir claramente a defesa da *língua brasileira*. As meias-tintas garantiriam, assim, uma indefinição pelo menos provisória [...] sob a capa de expressões como *língua nacional, linguajar nacional, nosso linguajar*, eludia-se o problema...” (E. P. Pinto, *idem*). Ainda uma vez, recai-se sobre a performance do sujeito: *atitude, compromisso, meias-tintas*....

atravessam constitutivamente essas designações, vinculando-os de um lado ao paradoxo que constitui a tomada da língua portuguesa como língua brasileira como fato histórico e objeto teórico, explorando alguns de seus efeitos de sentido na constituição de uma posição de autoria brasileira.

Como expliquei, textos gramaticais, lugares de normatização da língua por excelência, fornecem a base para as análises. Mas como o funcionamento das designações indicava uma trama entre teoria e norma, entre institucionalização do saber e seus processos de legitimação, foi preciso contemplar, na discussão, questões relativas à esses fatos e seus desdobramentos sobre a constituição de uma posição do sujeito do conhecimento no Brasil. Entrei, assim, em contato com processos discursivos ou discursividades que sustentam os sentidos do saber brasileiro, que lhes dão estabilidade. Para abordá-los, fiz um retorno a alguns trabalhos historiográficos que se caracterizam como estudos sobre, ou seja, que tomam o saber produzido no Brasil como objeto de análise. Certamente o recorte no campo do trabalho historiográfico se deu em função da proximidade com a questão investigada. No campo dos estudos sobre a língua no Brasil, nas perspectivas da história, da filosofia da linguagem e da literatura, tomo por base os trabalhos, referenciados na bibliografia, de Silvio Elia, de Hebert Parentes Fortes, Antônio Cândido, Edith Pimentel Pinto e Mattoso Câmara. Além desses, trabalhei também com duas obras que situam justamente a relação do movimento das idéias filosóficas com os movimentos políticos e sociais no Brasil no período que me interessa: a *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, de Cruz Costa, e *História do Positivismo no Brasil*, de Ivan Lins.

Se a temática determinou a escolha desses trabalhos e não outros, o tema de que tratam não constitui, entretanto, o centro de minha análise nessa parte da discussão. Do mesmo modo, não me dedicarei a defender ou a atacar a posição de crítica assumida por cada autor. O que me importa é a formulação em si, os sentidos que nela se atualizam sobre a questão do saber em terra brasileira, enfim, almejo compreender aspectos da discursividade que sustentam e determinam os sentidos de “ciência” - o saber sobre - em seus efeitos sobre a posição do sujeito do conhecimento no Brasil. O imaginário de ciência se alimenta dos discursos da ciência sobre si mesma, e desaloja e desautoriza o quê com

ele não se identifica. A textualização dos *discursos sobre o saber* fornece evidências para compreendermos esses fatos. Esse é o ponto que almejo atingir nessa segunda dobra do trabalho.

Antes de passar à exposição da análise propriamente dita, farei um desvio para situar teoricamente os sentidos de algumas noções que já foram comparecendo no fio de minha escrita e que estarão permeando o trabalho como um todo. São noções provindas da Análise do Discurso ou pensadas a partir da posição de analista do discurso, que é a minha.

5. Saber a língua, saber sobre a língua e a posição do sujeito

O campo do saber lingüístico articula, imediatamente, ao menos dois modos de relação entre sujeito e língua: aquele do sujeito que sabe a língua; aquele do sujeito que sabe sobre a língua. De modo específico, a produção do conhecimento implica que se passe do campo do *saber* àquele do *saber sobre*. E essa passagem mobiliza processos discursivos que perpassam a relação texto/discurso e autor/sujeito: “A relação entre texto e discurso não é biunívoca (um discurso não é igual a um texto e vice-versa). Por outro lado, o texto é unidade de análise mas não é unidade de construção do discurso” (Orlandi e Guimarães 1988:22). Nessa relação, a autoria responde pela função social que o *eu (sujeito)* assume enquanto produtor de linguagem: “O falante é material empírico bruto, e enquanto enunciador é o sujeito dividido em suas várias posições no texto. O autor, ao contrário, é *diferença* (originalidade) sem ser *divisão* (individualidade). O autor, então, enquanto tal, apaga o sujeito produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo seu discurso. Desse modo vê-se a ação do discurso sobre o sujeito” (idem: 24-25).

O *saber sobre* a língua supõe, portanto, um desdobramento, que é aquele implicado pela função autor. Quer dizer, a função autor se estabelece como um corte no espaço do *saber sobre*, na medida em que se instala a partir de uma posição de dizer interna ao texto. Seu estatuto é, conforme Orlandi (1987), aquele de uma função-sujeito

específica que produz o efeito de unidade do texto, respondendo por sua completude e fechamento. Ela requer que o sujeito que sabe sobre, se projete como aquele que sabe o que sabe e assim se coloque na posição de quem pode por fim dizer. E dizer um *dizer completo*, com início, meio e fim.

Vinculada ao saber enquanto forma de discurso científico, a produção do conhecimento sobre a língua no Brasil demanda de modo particular um sujeito que *sabe sobre*, porque o demanda na *posição autor*.

Com antes disse, ao recortar os processos de diferenciação da língua e suas designações como objeto a ser analisado, tomo-os como discursos sobre a língua que requerem um sujeito aí posicionado, que os produza. No entanto, embora a produção do conhecimento faça referência direta à idéia de uma posição autor do *saber sobre*, ela se articula, justamente, na contra face do *saber-a*. Quero com isso dizer que o saber a língua porta em si determinações históricas e ideológicas que são da ordem das coisas-a-saber: coisas de um universo semanticamente estabilizado, que respondem às múltiplas urgências cotidianas, às quais não acedemos, como mostra Pêcheux, por meio de técnicas de aprendizagem, mas somos tomados em redes de filiação. Filiações sim, mas sempre suscetíveis a deslocamentos, porque atravessadas por discursividades cujo estatuto é aquele de uma abertura incontida da língua ao e pelo real sócio-histórico.

Tomadas em articulação ao tema dessa tese, estas considerações produzem duas conseqüências teóricas fundamentais para a compreensão das questões colocadas:

Uma primeira que diz respeito à compreensão da língua como objeto de saber e da lingüística como ciência, porque põe em discussão esse seu estatuto de ciência e a pretendida objetividade de seus métodos: “O objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação das significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no relançar indefinido das interpretações” (Pêcheux, 1990:51).

A segunda diz respeito a posição de autoria. Face às redes de filiações a sentidos e fatos de língua portuguesa *já dados* se insurgem, pela história dessa língua no Brasil,

materialidades múltiplas e imprevistas, demandando sentido. Estas remexem nos processos de identificação estabilizados que demandam o sujeito a uma certa posição de autoria. De acordo com Orlandi, “o autor de gramática no Brasil do século XIX deve construir um saber lingüístico que não seja apenas reflexo do saber gramatical português” (1988:5). E considerando a contradição que historicamente marca a gramatização dessa língua, afirma:

“Podemos dizer que a constituição da língua nacional no Brasil é um efeito construído pela história contraditória da gramatização brasileira. No sentido mesmo em que a gramatização de uma língua é parte da história da língua, não sendo, simplesmente, uma produção de instrumentos sobre ela. As tecnologias não são só resultado de um saber, são também parte dos fatos para os quais, ou a partir dos quais, foram produzidas. Assim, a língua nacional, a língua que identifica o brasileiro é uma língua que tem particularidades estruturais, mas é a língua que imaginariamente o brasileiro não sabe, porque ela é, também, a língua que os portugueses sabem (mesmo que a língua que eles - os portugueses – falam e escrevem não seja propriamente a mesma que no Brasil se fala e se escreve) (1996:4).

A partir do conjunto de considerações feitas, compreendemos que, se pela relação com o real do novo mundo (esse real sócio-histórico) e da história do país, a diferença lingüística é inevitável e como tal demanda sentido, saber essa diferença e fazê-la objeto de saber adquire uma espessura particular, porque requer lidar com a diferença na diferença. Ou seja, a produção desse saber requer primeiramente um trabalho de des-colagem entre língua portuguesa e língua brasileira, no domínio da língua portuguesa portuguesa. Independentemente da vontade do sujeito autor, será no jogo historicamente determinado de saberes legitimados ou não, na refração dessa determinação sobre o próprio (o um, a unidade) e o não-próprio (o não-um, a diferença) da língua (em) que ele (se) sabe, que sua produção significará.

Po tudo isso, considero que a passagem do *saber a* ao *saber sobre* não segue em linha reta, nem se opera por simples aprendizagem, como propõe a pedagogia escolar. No mais das vezes está atravessada por tensões e recobrimentos, que vão constituir a posição

do sujeito do conhecimento no Brasil e vão, no mesmo movimento, qualificá-la. Tensão e recobrimento que se refratam, também, na própria estruturação de minha posição de analista. Para pensar sobre essa posição, estando nela investida, submetida, portanto, às evidências que a suturam – sem poder negá-las, mas buscando, no entanto, estranhar seus efeitos – arrisco-me pelas fissuras que se abrem entre um enunciado e outro na espreita de um sentido imprevisto.

É assim mesmo, a partir dessa posição reflexiva e discursiva, que forneço ainda outros parâmetros para a leitura deste texto. Um deles é sobre a compreensão da língua tal como ela se coloca desde sempre sob a disjunção entre oralidade e escrita. Não estabeleço entre oral/escrito uma relação direta e linear tal como, em múltiplos desdobramentos, se postula em termos de aquisição. Porque nem escrita ou oralidade são objetos de aquisição nem o saber a escrita constitui autoria. Considero que a relação sujeito e língua adquire suas especificidades em função das muitas práticas históricas do saber nas diferentes sociedades²⁴. Se se pensa particularmente a relação autoria e escrita, deve-se reconhecer, por exemplo, que a forma de produção do saber e de alçamento do sujeito à posição daquele que sabe passa por processos de legitimação determinados histórica e ideologicamente (Gallo, 1993; Pfeiffer, 1996). Acrescentarei ainda que esses processos, em relações sociais modeladas por uma tradição marcadamente oral, apresentam especificidades não imediatamente visíveis aos olhos habituados ao tecido da escrita²⁵. E vice-versa, já que não há tradutibilidade entre elas.

Considerando mais geralmente o processo de gramatização do português no Brasil, diria que com ele se produz uma des-conexão histórica entre as práticas lingüísticas que afeta a relação sujeito/conhecimento no Brasil. Instalada com a imposição da língua portuguesa escrita provinda de Portugal, essa des-conexão remete a espaços de legitimação do dizer que se estruturam a partir da *disjunção obrigada* antes mencionada. E isso se reflete na forma de nossas instituições (escolas, academias, associações) e nos

²⁴ Remeto aqui ao modo como, em minha dissertação de mestrado (cf. bibliografia), compreendi o funcionamento de mecanismos discursivos que instalam uma *indistinção* de vozes no fio do dizer; *indistinção* por mim considerada estruturante das práticas de linguagem.

²⁵ Cf. *Discurso e Oralidade -Um Estudo em Língua Indígena* de Tânia Clemente de Souza (Tese de Doutorado, 1994, inédito); “O Sujeito-Índio e o Seu Texto: um Mito Assurini”, de Eni P. Orlandi, em *Terra á Vista, discurso do confronto: velho e novo mundo*, Cortez editora, 1990.

modos pelos quais nelas se regulará a inscrição do sujeito e seu saber no *campo do saber*, implicando em colocá-la, como mostrei, sob os auspícios de uma *ciência defasada e de uma forma de sociedade não pronta*. E se conforma também no movimento auto-regulado que caracterizará o funcionamento destas instituições já que, enquanto julgam o quê/quem deve ou não circular no campo desse saber, elas naturalizam o próprio julgamento e se projetam como um de seus efeitos. Entre os inúmeros fatos que podem ser elencados para demonstrar essa des-conexão e seus efeitos, lembro aqui os critérios de julgamento que levam a classificar um texto de mais ou menos científico, ou então aqueles que sustentam o fato de não termos, à maneira do que se passa com línguas “de prestígio”, publicações de trabalhos feitos em línguas indígenas, de autores índios, com tradução para o Português²⁶. Não se traduz (em) qualquer língua, nem qualquer texto. E isso não depende das qualidades intrínsecas ao trabalho produzido, muito menos das habilidades de escrita “adquiridas e demonstradas” por seu autor.

Estar sujeito no e ao discurso, inscrito em posições que se tecem no fio dos dizeres (o interdiscurso), nele encontrando suporte para suas evidências, refrata-se multiplamente no exercício da autoria. E se relaciona de modo particular com os processos discursivos que fazem essa autoria significar historicamente de um modo e não outro, quer dizer, com processos que formatam sentidos de autoria, que conduzem a uma escrita (um modo de funcionamento) dessa autoria. Ou seja: à escrita da autoria.

A liga entre o sujeito e o autor supõe um arranjo de sentidos que não se faz nem por simples equivalência, nem por total desvencilhamento.

Discursivamente falando, a posição de sujeito do conhecimento não equivale à do sujeito-falante da língua, embora ocorra, entre elas, freqüentes cruzamentos, recobrimentos, tensões. Sujeito brasileiro ou sujeito do conhecimento são tomados como conceitos analíticos que não referenciam indivíduos ou grupos de indivíduos de modo

²⁶ Não que não haja essas produções e traduções. Falo aqui restritamente de um modo de configuração atual dessa relação. Por razões históricas que caracterizam uma prática de dominação ideológica capitalista, burguesa e branca no Brasil, o trabalho entre estas línguas tem sido mantido na marginalidade, alimentada, por vezes, e contraditoriamente, por tomadas antropológicas que ainda reduzem a diferença ao exótico, agora encenado sob a modalidade do inusitado formatada pelo discurso de uma redescoberta do outro diversificado (essas outras línguas, outras culturas): localizar uma realização fonético-fonológica-sintática ou um *hábito* distintivos quase sempre configura o motivo e o fim último do contato com esse outro..

particular, mas remetem a posições no discurso, ou seja, a lugares constituídos nos interstícios dos processos de interpelação-identificação da forma-sujeito, por onde o sujeito faz sua entrada no campo do dizível e se dá a conhecer: “o quidam que *se achará aí*; e isso sob diversas formas, impostas pelas “*relações sociais jurídico-ideológicas*” diz Pêcheux (1988:159). Desde que constitui um ponto central na estruturação de minha discussão, especifico um pouco mais a compreensão que trago da noção de posição.

Sendo discursiva, a posição resulta de e faz intervir nos dizeres um já-dito interdiscursivo, que entra no fio do dizer como algo que *é desde sempre evidentemente assim*, e que o sujeito articula “desconhecendo” essa determinação. Esse “desconhecimento” é contemporâneo à significação do sujeito no espaço do simbólico. Quero com isso dizer que o sujeito se enuncia como origem do que diz no momento mesmo em que, para poder dizer, ele precisa se engancha na rede de significantes articulada na língua e que, de todo modo, o antecede e por sobre ele se projeta. Esse processo imaginário, porém necessário, de centralização do sujeito face aos sentidos já dados faz com que ele (o sujeito) funcione “desconhecendo” a exterioridade constitutiva. Retomando mais linearmente o que se tem dito sobre esse processo, direi que se trata de um processo que reveste, na forma de ilusão, a constituição do sujeito, sendo simultâneo à sua inscrição no espaço do simbólico: ilusão do *centro* frente à heteronomia radical do sujeito-efeito de linguagem (Lacan); ilusão de ser *sempre-já sujeito*, *discrepância fundamental* que acompanha a interpelação do sujeito pela ideologia, fazendo com que ele se produza como *causa de si* (Pêcheux). Falo, portanto, do *um* como necessidade de centramento do sujeito face à alteridade: o Outro do inconsciente e da ideologia; os outros – interlocutores, discursos, sentidos, situações – que serão imaginariamente apartados de seu dizer para que se construa o sentido almejado.

É o eixo interdiscursivo que garante o reencontro e as projeções, pelo sujeito, de sentidos ou de palavras ausentes no fio do dizer (as elipses, as suspensões, etc); é sobre ele que se retorna sempre que se procura “melhor” dizer o dito. E são esses reencontros, projeções e retornos que dão forma às posições de que falo. De onde é possível afirmar que toda enunciação de um sujeito se sustenta na articulação do dizer com sua memória

interdiscursiva, implicando um batimento, feito de compassos e descompassos, entre a figuração de uma posição (em cuja projeção o sujeito se sustenta) e seu preenchimento.

Melhor dizendo, toda enunciação retoma sentidos e os remete a regiões do dizer enlaçadas por relações de confrontos, deslocamentos, recobrimentos que, em articulação a uma formação social atravessada por processos ideológicos determinados, configuram diferentes formações discursivas. Com isso quero dizer que são essas relações que dão forma à posição do sujeito do conhecimento, como a estou compreendendo. A maneira pela qual os sentidos vão se historicizando permite falar de uma posição brasileira que abriga, por certo, uma multiplicidade de outras posições como: posição do sujeito do conhecimento religioso, ou artístico, ou pedagógico, etc.; sem esquecer que dentro de cada uma dessas regiões de sentidos, é possível localizar outras e infindáveis distinções que afetam a posição do sujeito (por exemplo, no pedagógico, as diversas áreas, ou níveis de ensino, o caráter institucional ou não, etc). Em face dessas dobras, o que almejo é explicitar traços de uma discursividade que define e atinge, de modo geral, uma posição brasileira abstrata, considerando que, de um modo ou outro, estes traços atravessam essas múltiplas posições em sua totalidade. Adianto, porém, que não me deterei a mostrar esses atravessamentos, ficando por fazer um estudo dessa natureza. Em vez disso, retenho apenas alguns sentidos que considero estruturantes dessa posição, conforme eles se apresentam no corpus analisado.

Do ponto de vista da compreensão do que se passa entre língua e sujeito, a noção de posição desarticula a estrutura bem posta do circuito da comunicação descrito pelas teorias comunicacionais de um sujeito estrategista, porque faz intervir a idéia de que sobre os lugares sociologicamente descritíveis intervém as projeções imaginárias constituídas sob o efeito da ideologia. Projetadas e transformadas, as posições se constituem na relação com processos discursivos. Por isso, a posição, embora se vincule, não se reduz ao que normalmente se define como posicionamento do sujeito da enunciação que se vê instalado na seqüência lingüística através de marcas enunciativas como as de pessoa, tempo ou aspecto. A posição tem a ver com a historicidade dos sentidos: enreda o sujeito, faz com que o dizer se objective nele mesmo, “apagando” o que o contradiz. A posição se dá sob o efeito do discurso-outro, no sentido que Pêcheux

(1990:55) dá a essa alteridade: “presença virtual na materialidade descritível da seqüência, [que] marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico”.

Como tenho indicado ao longo de minha reflexão, se a questão da posição do sujeito do conhecimento se coloca como uma questão a ser analisada, ela reincide sobre esta minha reflexão, colocando questões específicas sobre a possibilidade de mexer nesse ponto, sendo ele constitutivo de meu modo de pensar. Há possibilidades e há limites. Lidamos, de acordo com a prática do analista do discurso, com a tensão entre estrutura (o que organiza) e acontecimento (o que irrompe), entre descrição e interpretação e com espaços de dizer que fundam ordens de sentidos mais e menos estabilizadas. O lugar do equívoco sendo absolutamente incontornável. Lida que impregna de riscos o corpo do trabalho.

6. Processos de diferenciação X diversidade lingüística

De acordo com as afirmações que precedem, a constituição da posição do sujeito do conhecimento brasileiro é tomada em articulação aos processos de diferenciação da língua. Nesse ponto, mais uma nota se faz necessária, porque devo enunciar de que maneira compreendo os processos de diferenciação. Estes processos, tal como os estou considerando, remetem, mas não equivalem, aos sentidos normalmente vinculados à noção de diversidade. Distingo-os da seguinte maneira: diversidade retoma conceitualmente os fatos da língua que resultam dos processos de diferenciação. Adiantando a discussão feita na próxima parte, e transportando para cá algumas palavras de Pêcheux, direi que os processos de diferenciação compõem uma face de real da língua, sendo o impossível dela que seja de outro modo. Quer dizer, um real que “não descobrimos”: “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 1990:29).

Enquanto os processos de diferenciação da língua estão intrinsecamente ligados à existência mesma das línguas históricas, a diversidade comparece como seu efeito, sendo uma noção que toma em conta os fatos de língua deles emergentes. Ou seja, a noção de diversidade nomeia e organiza simbólica e imaginariamente os processos de diferenciação,

circunscrevendo os fatos de língua que deles resultam. A diversidade diz respeito a um funcionamento imaginário do diverso que o toma numa ordem comparativa e assim organiza sua irrupção. É por isso que ela é inseparável de um sentido de unidade. São face e contra face de um mesmo gesto interpretativo. Quanto aos processos de diferenciação, eles “são”: instalam-se no espaço do dizer como um fluxo de múltiplas combinações de formas e de sentidos que engendram a língua como materialidade. Uma designação de um fato qualquer de diferenciação lingüística significa, em meu entender, um corte nesse fluxo, mas nunca o fluxo em si. Uma designação possui o caráter desse corte, carregando portanto essa dupla face. Para abrigar analiticamente essa face do fluxo, ou do fluido, sem que se possa contudo atingi-la, é que se torna fundamental operar com a noção de processos de diferenciação.

As designações são, por tudo isso, tomadas como objeto de discurso, considerando que o discurso instala questões sobre as condições de produção dos sentidos e do sujeito, supondo para tanto uma relação com a língua enquanto “sistema sintático intrinsecamente passível de jogo” (Pêcheux, 1980).

Se na produção do conhecimento lingüístico se deve, em princípio, lidar com o real da diferenciação da língua, e se descrever e designar já significa esse real, a questão que se apresenta é, como indicou Guimarães, em sua leitura dessa parte: o que é que se pode/deve descrever? É nesse gesto primordial que se per-faz o político, que a história da língua significa e a prática da política se orienta.

Pelo conceito de processos de diferenciação aproximo este trabalho às considerações de Orlandi em “A Dança das Gramáticas” (1990) que opõe, mostrando suas raízes e efeitos nas práticas de descrição das línguas indígenas brasileiras, as noções de *língua imaginária* e de *língua fluida*. Para a autora, enquanto “a *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações, a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas [...] língua movimento, mudança contínua” (idem: 75).

Com base nesses recortes teórico-analíticos é que serão considerados, portanto, mais detalhadamente, os modos pelos quais se engendra, na história de encontro e

conflitos entre línguas, o trabalho de designação dos processos de diferenciação da língua brasileira.

De modo sucinto, retomando o que até aqui se disse, resalto que, de meu ponto de vista, que é discursivo, essas designações derivam de uma necessidade histórica de se trabalhar as relações entre línguas e suas mudanças, e vão implicando em sua tecitura, um certo modo de compreensão da questão da língua e do sujeito do conhecimento no Brasil. Vão, como já mencionei, organizando uma memória sobre o saber sobre a língua. *Reimpressão do singular*, trajetos de sentidos para um saber que se constitui sob a repercussão do *Imaginário Científico*: assim se pode definir, em consonância com as palavras de Orlandi (1990), o rumo principal dos sentidos que afetam o campo do saber sobre a língua. Assuntemos então, suas determinações e seus efeitos sobre as práticas de reflexão tal como hoje enredam a escrita da autoria na relação específica com a língua.

Há por certo muitos caminhos para se realizar esse trabalho. Oriente-me, como já expliquei, pela abordagem do funcionamento de alguns modos de designação dos processos de diferenciação lingüística como *brasileirismos, regionalismos, língua popular, regional, culta, etc.* considerando suas determinações históricas e seus desdobramentos sobre os sentidos de diversidade/unidade da língua portuguesa no Brasil de um lado, e sobre a constituição de uma posição de sujeito do conhecimento de outro.

Antes, é preciso que também fique delimitado o uso que fazemos dos termos *designação e definição*.

7. Designação e definição

Como não constitui o objetivo desse trabalho explorar as sutilezas dos traços morfo-sintáticos e semânticos que caracterizam a designação ou definição como fato de investigação - de onde derivaria, entre outras, a necessidade de apreciar as múltiplas possibilidades de descrever as relações entre, por exemplo, nomes próprios/comuns, enunciado descritivo/definição, etc, - *designação* ou *nomes de línguas e definição* assumem nesse trabalho um duplo sentido. Do ponto de vista da construção de meu texto, elas funcionam como uma metalinguagem que permite abordar as diferentes maneiras com

que se nomeia e se organiza a questão da diferenciação da língua no corpus; estabeleço apenas uma distinção geral: *brasileirismos, regionalismos, culto, popular, etc.*, são *designações* ou *nomes de língua* ou simplesmente *formas designativas*. Por *definição* compreendo todos os enunciados que visam a descrever, explicar ou especificar a significação de cada uma dessas formas designativas. Do ponto de vista do processo designativo que se encontra investido nesse conjunto de nomes e suas definições, boa parte dessa minha investigação está destinada a compreendê-lo e a explicitar seus modos de significação.

Sendo consideradas como objeto de discurso, as designações que focalizo não recebem uma definição *à priori*. Inscritas no campo dos saberes lingüísticos, adquirem sentido nas diferentes práticas que dão forma a esse campo, práticas que organizam a reflexão sobre a língua em distintas áreas (a gramática, a filologia, a lingüística) que criam, instalam, e gerenciam instrumentos próprios a sua execução (a gramática, o dicionário, os muitos manuais, as redes de computadores, etc.) e que dão visibilidade a procedimentos analíticos e teóricos particulares (normativos, descritivos, comunicacionais). Os gestos que se explicitam nessas práticas se fundam, como tenho dito, em diferentes instâncias de regulação de sentidos sobre as línguas, entre as quais sobressaem-se: o Estado, com sua aparelhagem administrativo-jurídica, de um lado, e a Ciência com sua aparelhagem técnico-explicativa, de outro.

Quando falo dos modos de constituição dos estudos lingüísticos, espaço de saber sobre a língua, e tematizo a figuração da posição do sujeito do conhecimento, falo fundamentalmente de seu enredamento com e pelas práticas teóricas e normativas, seus instrumentos e procedimentos, no sentido explicitado no início desta parte.

A significação histórica da relação entre línguas no Brasil condensa as disputas que atravessam cada uma dessas práticas e suas relações. Do mesmo modo as condensam os nomes que trabalham essa relação. Desse modo, condições de produção históricas específicas determinam a emergência e o funcionamento desses nomes e assim se colocam como o próximo aspecto a ser discutido nesse trabalho.

SIGNIFICANDO A DIFERENÇA NA DIFERENÇA

Brasileirismos, regionalismos, provincianismos, língua popular, língua geral, culta, da conversa... estes são, entre outros, nomes de língua que povoam (e organizam) nossa memória nos fazendo saber, abordar, compreender os modos em que a língua se realiza, em que falamos e somos falados. São nomes que arregimentam sentidos sobre as práticas de linguagem e as projetam em suas diferenças. Sustentam-se na evidência das diferenças lingüísticas históricas que caracterizam essas práticas e reservam para si a função específica de designar os fatos destas diferenças. De descrevê-los e qualificá-los.

A emergência desses nomes e seu funcionamento tornam visível, desse modo, uma região específica do saber lingüístico que resulta e ao mesmo tempo procura dar conta da relação da língua com aquilo que da exterioridade a constitui. Direi, então, que estes nomes situam-se na fronteira de uma dupla demanda: a da teoria, projetando-se como categorias analítico-descritivas em filiação aos modos históricos de funcionamento e estabilização do saber teórico sobre a língua; a da história, articulando-se à necessidade de significação resultante da relação da língua com o real, ou seja, com “fatos” que se apresentam e demandam sentido. Seus modos de significar estão, portanto, atravessados por sentidos que provêm da materialidade específica do conhecimento, que engendra a língua como objeto, e da materialidade da história, de cuja relação a língua se nutre e à qual se encontra inevitavelmente exposta. Ao mesmo tempo, eles são constitutivos dessas materialidades, de seus modos de significar. Torna-se por tudo isso possível caracterizá-los como o mecanismo enunciativo por excelência por meio do qual se trabalha *o saber sobre* a divisão entre *a língua, uma língua e as línguas* que afeta o *próprio da língua* como objeto da ciência da linguagem (Pêcheux e Gadet, 1984). Explico.

De acordo com Pêcheux e Gadet (idem), a divisão entre *a língua* e *as línguas* é fundante dos estudos lingüísticos, e isso implica os limites com os quais as teorias historicamente lidam, como adiante especificarei. Mas, continuam os autores, não é só porque supõem uma divisão entre *a língua* e *as línguas* que as teorias encontram seus limites. É porque “sabem” (ou não podem não saber) dessa divisão. Porque “saber” essa divisão é contemporâneo ao fato de se pretender, todo o tempo, suturá-la. Esse movimento assume, no interior da lingüística, de acordo com eles, o estatuto de “ferida narcísica” em que o próprio da língua se põe justamente nesse lugar da falta e da eterna busca por significá-la. Dito de outro modo, o próprio da língua segue sendo dito no atravessamento das demandas (de identificação, simbolização e filiação) que a divisão instala. Por isso, o estatuto do objeto da lingüística – a língua que suporta algo próprio – é aquele do *objeto* do desejo para sempre perdido, em cuja busca o sujeito – e de modo específico, o estudioso das línguas - se engaja.

Mas justamente “saber” a divisão não se dá jamais fora de injunções a sentidos ventilados e domesticados no movimento que conduz a delimitar uma área de saber e nela dizer um objeto: a língua. Injunções que mostram e apagam articulações entre, por exemplo, próprio e propriedade, propriedade e valor, valor e tesouro (lingüístico), tesouro e territorialização ou mapeamento, mapeamento e posse, posse e discriminação de áreas, áreas e fronteiras... O próprio da língua reverbera na gramática e na lingüística os fundamentos ideológicos e burgueses da capitalização de bens e direitos, em que a língua - instância simbólica pela qual esses bens se contam - é ela mesma o objeto capitalizado: *o próprio objeto, estruturação simbólica do desejo, objeto próprio de um campo de saber*.

Isso significa, principalmente, que as designações que aqui abordamos revestem processos de significação da língua que são menos lineares do que aqueles visitados pelas questões metodológicas, porque são formas pelas quais a língua é significada nessa divisão e assim “se escreve” na história, a escreve e reincide sobre ela. E nesse movimento, interpela o sujeito do conhecimento.

Se assim faço a entrada na problemática das designações que aqui são focalizadas, o nó que organiza sua abordagem em meu percurso de reflexão, diz respeito, como já enunciei, ao incessante refazer do limite diverso/um e suas conexões com o específico/particular e o geral/universal, considerando essa delimitação como um

mecanismo estruturante dos modos de significação das práticas de produção de conhecimento sobre a língua e sobre o sujeito a elas concernido.

Ao designar um fato de língua como lhe sendo estranho (estrangeiro ou desconhecido), ou fora do seu comum (vário, alterado), os nomes de língua aqui observados colocam, em princípio, uma questão de fundo: a possibilidade de que se possam definir os contornos dessa uma língua, implicando, portanto, atingir algo que lhe seja próprio¹. Essa questão, como brevemente enunciei, é ela mesma a grande questão dos estudos da língua: tanto se instala no interior das teorias sobre a língua, estruturando-as em suas diferentes tendências, implicando distintas escrituras da língua objeto abstrato, quanto designa o ponto específico em que a história entra na língua, se confronta nela e com ela, ou em que a língua toca a história, figurando *o próprio da língua como equívoco*, como diz Pêcheux.

Desse modo, se a relação diverso/um remete ao próprio da língua e nesse próprio se condensa a história dos estudos da linguagem, só mesmo uma pequena parte das dobras dessa relação pode ser tomada em conta e levada adiante no fluxo desse texto. Proponho, para fazer significar as indagações antes postas, abordar dois movimentos de sentidos – já brevemente anunciados - que a elas se articulam, e que se tocam: movimento entre o próprio e não-próprio da e na língua enquanto questão teórica e histórica; movimento entre o específico/geral e particular/universal, enquanto processos de significação que estruturam a compreensão da questão da língua brasileira posta em andamento por meio das designações. Os seguintes recortes orientam a discussão que farei:

Recorte um: em vez analisar os fatos de língua buscando explicitar, validar ou reformular os fundamentos metodológicos compreendidos pelas designações, interessa-me

¹ De modo mais geral, todo gesto de nomeação implica uma espécie de delimitação, de especificação no espaço do dizível. Ele supõe necessariamente a relação Um/Não-Um, relação de muitas formas explorada teoricamente, produzindo deslocamentos importantes na compreensão dos fatos de língua. Este meu texto se estrutura em articulação a um conjunto de reflexões sobre essa relação, e que têm em comum o fato de pensá-la a partir ou em função da língua. Destaco: as desenvolvidas sobre a Heterogeneidade (Authier-Revuz), sobre o Outro dialógico (Bakhtin), sobre o Inconsciente (Freud, Lacan), a *Lalangue* (Milner), o Interdiscurso (Pêcheux), o Silêncio (Orlandi). Sobre os jogos da nomeação das línguas, cf. também A. Tabouret-Keller (1997), que comenta: “como todos os nomes, os nomes de língua, ao nomear, individualizam, em alguns casos eles ordenam, classificam, categorizam, e mais do que isso, eles representam um valor simbólico que faz do nome de uma língua um tipo de embaixador (pag. 06). A respeito do que diz este último, quero salientar que não é somente em “alguns casos” que um nome de língua ordena e classifica, porque um nome é sempre um corte no real, que o significa na relação com uma formação ideológica determinada. De acordo

o gesto de designar: os motivos que o suscitam, como e porque se valida um nome e não outro, em que condições e com quais sentidos.

Recorte dois: em vez do próprio da língua que reverbera a e na teoria que o supõe, pergunto sobre a significação desse próprio na costura entre um específico e um geral, um particular e um universal que constitui o funcionamento das designações e que, de meu ponto de vista, se articula a um processo de significação mais geral das práticas de produção do conhecimento, entre as quais as teóricas, no Brasil.

Recorte três: menos do que localizar os pontos de contraponto entre os pares específico/geral ou particular/universal, instiga-me pensar em que condições se fazem suas costuras, quais são os fios que mais fortemente as sustentam e que furos eles criam e preenchem.

Se os apresento assim separados, é apenas para que esses recortes orientem a escrita e a leitura desse texto. De modo algum suponho qualquer possibilidade de questões independentes e respostas completas. Sigo, desse modo, entrecruzando esses recortes, entrecortada por eles.

A partir do conjunto de considerações feitas até este ponto, procurarei encaminhar um modo possível de compreensão do funcionamento das designações que se constitui numa dobra, ou seja, que possui uma dupla face.

Em uma, a emergência e o funcionamento das designações são modos de constituição do objeto-língua (o próprio) como objeto de conhecimento representável no tecido da gramática e da lingüística. São, portanto, efeitos teóricos. Efeitos que capturam o real da diferenciação da língua como fato de repetição – ou de regularidades – e os reproduzem como e-feitos de realidade.

Em outra, são modos de estabilização dos sentidos desse real múltiplo das diferenciações que, derivando dos efeitos teóricos, enformam os sentidos históricos das línguas. Nesse caso, são efeitos históricos. Engendram-se numa relação com o real das diferenciações da língua implicando não apenas o conhecimento do objeto língua, mas e principalmente, a instalação de processos sociais imaginários – históricos, ideológicos, políticos - de significação que são efeitos do real histórico.

com Pêcheux, compreendo que todo processo de significação instalado por um nome se determina pela relação com a ideologia enquanto sistema de evidências vividas e experimentadas.

Apreender nesse duplo jogo a emergência e o funcionamento das designações da língua deriva do fato de, nas tentativas de abordá-los, ter me deparado com uma configuração discursiva complexa porque povoada de sentidos que me conduziam ora para a problematização da dicotomia estrita entre o que da língua imaginária entra em cada categoria e dela é excluída, ora para a suspeita de que essa dicotomia já estabilizava relações advindas dos modos pelos quais, no fio de sua história, as teorias circunscreviam seus objetos, numa relação contraditória como o Real da História.

Certo, as noções de real, simbólico e imaginário não “vão por si”. Elas dizem respeito à construção de territórios teóricos que se confrontam, ora expandindo, ora negando, os pressupostos que definem o real de seus distintos objetos. Falo dos discretos deslimites entre a língua, a história e o inconsciente. Territórios que, pela temática proposta, sou instigada a percorrer não para redizer ou desdizer aquilo que neles se diz, mas para, tomada por sentidos que habitam esses territórios, sendo modificada por eles e os modificando, construir uma leitura possível dos fatos discursivos que me tocam nesse trabalho. A discussão na parte III deste estudo indica essas passagens, fazendo intervir cenas teóricas que ampliam a compreensão dos fatos aqui considerados.

A seguir, construo análises que me levam a argumentar sobre a necessidade de considerar as designações que incidem sobre os processos de diferenciação da língua como fatos de discurso que se projetam ao mesmo tempo como efeito teórico e histórico. Deslocam-se, com isso, sentidos evidentes, de natureza teórico-metodológica que normalmente as caracterizam, como mostrarei.

1. Quando se nomeia a língua do Brasil: em nome de quem?

Tomemos a designação *brasileirismo*, em uma de suas definições.

Brasileirismos: “são termos e frases peculiares ao portuguez fallado no Brasil. Dá-se o nome de lusitanismos às peculiaridades do portuguez fallado em Portugal” (Eduardo Carlos Pereira, *Grammatica Expositiva*, pag. 264).

No campo do saber lingüístico no Brasil, a designação *brasileirismo* se apresenta primeiramente como efeito imaginário de uma necessidade de se marcar, de algum modo, algo na língua portuguesa próprio a brasileiros. Mas para que essa necessidade se configure como tal, é preciso que se instale, para a língua, um espaço de significação de um não-próprio, uma alteridade, no qual o “próprio” deve se inscrever para se significar. Direi especificamente, que é preciso, ainda, que na língua, em sua estrutura morfo-fonética e sintática, se marque esse “algo” que se dirá “próprio”, implicando necessariamente seu exterior, aquilo que se pode dizer “não-próprio”.

Decorre destas afirmações que a significação do próprio e do não-próprio da língua adquire visibilidade em sua relação a determinações históricas que constituem as condições de produção do discurso sobre as línguas: *brasileirismo* comparece para significar os fatos de língua que se dão como próprios ao Português no Brasil, na diferença com Portugal e como resultado do contato histórico entre muitas outras línguas. Há, portanto, um não-próprio (também histórico) que o constitui. Se esses são os processos de significação que irrompem nas textualizações sobre *brasileirismos*, há então uma questão básica a ser considerada: que próprio é esse que se delimita? Como discursivamente se tecem esses limites?

De fato, essa delimitação está suscetível ao modo pelo qual se traçam as relações de sentido entre um específico e um geral para as línguas brasileiras, e que têm a ver com a significação dessas línguas face à constituição da língua portuguesa como língua do Estado. Acompanhando o movimento de sentidos que engendra as designações, vemos que esse traçado define relações paradoxais entre os sentidos de língua no Brasil, engendrados em outros sentidos postos em circulação pela situação de heterogeneidade lingüística.

Desde que emerge para circunscrever, no imaginário, formas e sentidos feitos na partilha de diferentes línguas, que se vão manifestar como diferenças em uma mesma língua, o deslocamento do não-próprio ao próprio, enunciado em *brasileirismo*, está primeiramente suscetível a um duplo direcionamento interpretativo, colocando em cena um duplo processo de significação.

1) o processo de significação que se articula ao espaço discursivo no qual a questão da língua brasileira é enunciada na relação com o Português de Portugal.

A necessidade de demarcação próprio/não-próprio tem a ver com o fato da língua portuguesa se distribuir em diferentes espaços/tempos, sendo ao mesmo tempo marcada “propriamente” como a língua de Portugal. Desse modo, determinando a configuração do espaço do dizer próprio/não-próprio no Brasil está o fato mesmo da instituição da língua portuguesa como língua oficial: o espaço de não-próprio no qual *brasileirismo* se escreve, nesse princípio, equivale ao fato dessa língua ser uma língua transportada (Orlandi, 1993), marcada *propriamente* como a língua de Portugal. Nesse processo, *brasileirismo* significa o próprio como o específico da língua portuguesa do Brasil projetado na diferença com o português de Portugal e na igualdade com as demais línguas brasileiras.

2) o processo de significação que se articula ao espaço discursivo do encontro de línguas no Brasil.

Nesse sentido, o próprio/não-próprio se enuncia a partir de uma necessidade de se demarcar a relação da língua portuguesa do Brasil em sua relação com as demais línguas praticadas no país. No entanto, ao significar os fatos da língua na evidência da descrição parametrada pelo português de Portugal, *brasileirismo* abriga, indistinguindo, processos discursivos sobre essas línguas que não são similares. Queremos com isso dizer que as línguas indígenas, africanas ou de imigrantes podem estar significadas historicamente de maneira indistinta nessa categoria, quando ela funciona para especificar o que se distingue da e na língua do Brasil em relação a Portugal. No entanto, *brasileirismos* não significa, de modo algum, de maneira particular, a “língua-geral”, o Xavante, o Guarani, o Ioruba, o Português, etc. de modo que essas línguas podem vir a receber novas especificações conforme elas entrem em relação com o que se define genericamente na categoria dos *brasileirismos*. Nessa relação com as demais línguas praticadas no Brasil, *brasileirismo* significa o *próprio* como o específico da língua portuguesa do Brasil projetado na igualdade como o português de Portugal e na diferença com as línguas brasileiras.

O cruzamento desses processos de significação na textualização de *brasileirismo* produz imediatamente um deslocamento na comum interpretação que se projeta dessa noção, e que a reduz quase sempre a listas de palavras. Considero que, se de um lado *brasileirismo* torna visível a relação entre as línguas enquanto questão de diversidade

lingüística a ser regulada por descrições gramaticais ou lingüísticas - função que se cumpre na medida em que se estabiliza como categoria de análise -, de outro, e no mesmo movimento, explicita o embate político que sustenta essa relação, e que desemboca na predominância do Português sobre as demais línguas. Sua emergência pode, portanto, ser tomada como um desses fatos discursivos que mostram a história em sua demanda por sentido, como diz P. Henry (1977).

Quando à luz dos processos de significação acima descritos se focaliza o projeto de fixação do Português como A língua brasileira enquanto fato discursivo que congrega um espaço de saber - o saber a e o saber sobre a língua -, pode-se trazer à tona o paradoxo que o engendra. Paradoxo que pode ser explicitado se consideramos a idéia de unidade que *a língua do Brasil* mobiliza.

A língua portuguesa do Brasil terá sua unidade imaginária constituída na relação com os sentidos de próprio/não-próprio da língua, estando esses sentidos submetidos a uma dupla interpretação, porque podem se articular ao mesmo tempo às línguas brasileiras e à língua portuguesa de Portugal, conforme mostrei. A busca pela especificação do sentido do próprio dessa língua brasileira portuguesa - especificação que se realiza já como demanda da interpretação -, cujos fatos as designações devem descrever, depara-se inicialmente, ainda que o autor não a explicita porque a desconhece ou queira/precise desconhecer, com a possibilidade de que esse *específico* signifique por relação a um ou ao outro dos processos indicados. A injunção a uma dupla interpretação constitui, portanto, o paradoxo a ser enfrentado no estabelecimento de uma descrição de um fato de língua em território brasileiro.

Justamente por ser inevitável, esse paradoxo intervém no espaço de elaboração do saber sobre a língua afetando tanto o critério de descrição e definição das designações como a própria questão da autoria, no sentido em que ela implica a construção de um texto uno e coerente. É no funcionamento das designações nos textos analisados que melhor podemos acompanhar as interferências que daí provêm, e que passaremos a explorar, agora, mais detalhadamente, considerando o conjunto das designações.

2. Dos brasileirismos às modalidades da língua: o funcionamento das designações nos textos analisados

Uma certa distribuição no tempo determinada pela relação com teorias vigentes nos diferentes períodos e com os processos de sua institucionalização são os fatos que, de maneira geral, caracterizam o aparecimento das designações dos processos de diferenciação da língua portuguesa nos textos analisados.

Enquanto em textos do final do século XIX e início do XX predominam nomes como brasileirismos, regionalismos, dialectismo, etc., mais recentemente, a partir da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), têm-se basicamente distinções como popular, regional, culto, etc. Isso não significa que designações como *brasileirismos* e *provincianismos* não compareçam em textos mais atuais. Na *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, 22ª edição de 1969, Napoleão Mendes de Almeida, por exemplo, toma em conta o nome *brasileirismos*, mantendo sua definição no interior dos vícios de linguagem.

Também não significa que distinções como popular/culto não tenham se presentificado no discurso do saber sobre a língua antes dessa segunda metade do século XX. Um século antes, ou seja, no mesmo período em que se dá a Gramatização brasileira, o *popular* se apresentava ligado à literatura oral e assim se constituía como tema de pesquisa tendo como marco os trabalhos de Silvio Romero: *Cantos Populares do Brasil*, 1897; *Contos Populares do Brasil*, 1897; *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*, 1888. Luis da Câmara Cascudo (1952) fornece um panorama dessas pesquisas. E antes ainda, de modo mais geral, todo o processo de legitimação da língua brasileira desencadeado com a independência política do Brasil é tencionado por sua modelação a uma língua portuguesa cultivada *versus* a língua falada, praticada “pelo povo” como potencialmente instauradora de uma tradição literária. A polêmica envolvendo os românticos exemplifica essa tensão.

Do ponto de vista dos estudos da diferenciação da língua no Brasil, as *variantes sociais* são tematizadas, conforme E. P. Pinto (1981), por Souza da Silveira (1920), que marca as diferenças entre língua literária e língua falada, vulgar e familiar; por Xavier

Marques, que opõe língua escrita/falada, literária/comum e nesta, a familiar e a popular; e por M. Marroquim (1934) que considerava dialeto a língua falada e portuguesa, a escrita².

O atravessamento de um imaginário de *língua culta cultivada* pela literatura, devidamente estabilizada por uma *tradição*, sobre os modos de *escrever*, compreender e analisar a diferenciação da língua no Brasil merece atenção à parte. Para os objetivos deste meu estudo, quero tão somente salientar que o recorte das diferenças sociais (e culturais) das práticas da língua irá aos poucos se arrumando, pela relação com o discurso literário, numa oposição específica com o erudito. Nessa configuração passará a jogar uma regionalização do popular, no sentido em que este passará a ser tomado numa área de movimentos folclóricos, que encampa também a oralidade. E. P. Pinto, como antes notei, indica a repartição que se operará no início do século XX nos sentidos de regionalismos marcando que: “a credibilidade dos escritores não lingüistas era plena, tomando-se um autor de obra literária como testemunho fidedigno de uma dada fala local; e essa fala local se confundia com folclore. Assim se explica a afirmação de Mário Marroquim de que *Menino de Engenho* é um documento literário dialetal; a de Renato Mendonça, que considera `o folclore como documentação dialetológica`; e a de Mário de Andrade, a respeito dos romances de Valdomiro Silveira, de que a fala das personagens é ‘folclórica’” (1981: XXV).

Esses sentidos ressoam, por certo, na categorização que a lingüística comparativamente construirá das línguas sobre si mesmas. Ao manter o agrupamento entre uma fase de brasileirismos e outra de modalidades de língua, o faço apenas para organizar a reflexão, pois serão recorrentes as retomadas do que se passa em seu entremeio.

Entre os fatos que no entremeio se apresentam, começo por notar dois. Um deles é a rarefação de designações da diferenciação lingüística no Brasil nos textos de gramáticas produzidas a partir da década de 1920 até 1940; o outro, é a subsequente discussão em torno de questões sobre a prosódia brasileira tendo em vista sua unificação interna. Essa distribuição geral guarda, como adiantei, relações constitutivas com as teorias e os

² Conforme E. P. Pinto (1981: introdução XLVII), “a atenção dispensada às variedades sociais e problemas correlatos incluía o interesse pela gíria, que vinha, com muitas soluções de continuidade, desde o século XIX. O tratamento do assunto se restringia, porém, sempre, ao trabalho de coleta e lexicalização, chegando às vezes à investigação histórica do grupo social produtor da gíria. (...) Os primeiros estudos focalizavam a linguagem de ciganos, ladrões e malfeitores, aspectos que predominavam ainda no período 1920-45, quando, porém,

processos de institucionalização dos estudos lingüísticos. Quer dizer, a estruturação do discurso sobre a língua, tal como ele será disciplinarizado e institucionalizado, abriga relações com teorias (e políticas) distintas, cujos modos convém observar mais detalhadamente.

O recurso aos ensinamentos postos em circulação pelas perspectivas da teoria da evolução das línguas e da gramática histórica - perspectivas vigentes na Europa, de modo particular na Alemanha, Inglaterra, e França - modela de maneira geral as definições apresentadas pelos autores do final do século XIX. S. E. Elia (1961), entre outros, comenta a existência de uma *base comum* subjacente às teorias da língua brasileira no século XIX caracterizada: 1º) pela crença de que a língua tem uma vida própria, independentemente das pessoas que a falam (biologismo) e; 2º) pela afirmação de que a vida está sujeita à lei fatal do evolucionismo (naturalismo).

Se do ponto de vista da história das idéias, a referência a estas teorias enuncia a instalação de uma posição brasileira não mais diretamente submetida ao modelo de análise da língua portuguesa européia, do ponto de vista interno à teoria sobre a língua, elas engendrarão discussões acirradas sobre o fatalismo presente na idéia da evolução e conseqüente morte das línguas. Na primeira metade do século XX, o conjunto de produções de análises sobre a língua brasileira problematiza essa idéia evolucionista no rastro dos debates sobre a dialetologização das línguas colonizadas. Contestadas de muitos modos, a partir da segunda metade do século XX, elas darão lugar, nos textos das gramáticas, às teorias comunicacionais, abrigo um ponto de vista funcional e estrutural sobre a língua. Sua predominância nos textos se mostra na incorporação da terminologia que caracteriza as análises sócio-variacionistas derivadas dessas teorias como é o caso de culto, popular, da conversa, etc. Junto com essa mudança de nomes se poderá notar um estreitamento entre a produção brasileira e a norte-americana, dividindo a relação antes predominantemente estabelecida com a Europa³.

começou a diversificar-se o objeto de estudo; simultaneamente, e coerentemente com o interesse despertado pelo pitoresco dos grandes aglomerados urbanos”.

³ Quero apenas assinalar que essa mudança na metalíngua acompanha reconfigurações no terreno das referências teóricas no campo dos estudos da língua. Nesse período, esse terreno passa a ser habitado por

Mas, enquanto deixa entrever a relação dos estudos sobre a diferenciação lingüística no Brasil com as teorias vigentes sobre a língua e a linguagem em períodos distintos - final do século XIX e meados do XX – essa distribuição permite também compreender os modos de institucionalização dessas teorias. Estes modos estão significados no fato mesmo de o texto das gramáticas reter ou deixar de contemplar algumas designações.

Indiquei, na parte I, que nas décadas de 1930-40 se produzirão inúmeros estudos sobre a questão da língua brasileira. Essa produção, realizada na forma de artigos e livros, coincide com o período em que os textos das gramáticas praticamente se isentarão de tematizar essa questão. Ou seja, a rarefação das designações significa: ela indica, como já adiantei, uma nova situação nos estudos sobre a língua.

De fato, nesse período se inicia, no Brasil, uma convivência entre a tradicional abordagem gramatical da língua (pautada, sobretudo na análise das categorias gramaticais e suas funções na frase) e os procedimentos teórico-metodológicos executados pelas lingüísticas (que disponibilizavam conceitos para “dar conta” da variedade das línguas do mundo e de uma língua em suas variações), decorrente da necessidade de discutir os traços de diversificação então visíveis na língua do Brasil. Aos poucos, em concomitância à expansão do ensino universitário e das pesquisas, as filiações se dividem desembocando na disciplinarização dos estudos em áreas como a gramática, a lingüística e a filologia.

Orlandi (1998) salienta o papel equívoco da filologia nessa configuração. Observando a ligação histórica entre estas disciplinas e delas com a constituição das Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, diz que “a lingüística deriva da filologia românica – que desenvolvia estudos de lingüística indo-européia – enquanto a filologia portuguesa acolhia principalmente estudos de gramática da língua portuguesa”. Assim é que, segundo a autora, a filologia joga um papel mediador e contraditório entre a gramática em seu vínculo com o ensino e a lingüística que se legitima como ciência universitária: “a filologia – que se apresenta sob a forma de comentários – tece a difícil articulação entre o saber e a prática languageira, na construção da relação entre unidade e diversidade. É assim que estas formas de discurso (o discurso filológico e o lingüístico) trabalham o discurso gramatical” (idem: 7).

teorias comunicacionais, etnolingüísticas, sociolingüísticas etc. enformadas por modelos europeus e americanos.

No jogo político-institucional que caracteriza esse processo, o trabalho intelectual no campo da língua adquire novas feições, seguindo-se pela implementação de disciplinas cada vez mais especializadas, pela implantação de cursos de pós-graduação e fomento de encontros e congressos. As pesquisas sobre os processos de diferenciação da língua serão aos poucos conduzidas ao campo especializado da gramática histórica. Mas esse panorama suscita uma investigação à parte, não contemplada nos limites deste meu estudo. Aqui apenas quero deixar indicada sua relevância, porque abordar esses fatos conduziria, sem dúvida, a compreender a configuração das práticas de pensar as questões de políticas das línguas nas diferentes relações com as instituições de ensino e pesquisa nos dias de hoje, os mecanismos que viabilizam e garantem os projetos e qual o alcance destes. Conduziria também a tomar em conta trabalhos que fornecem indícios da história dessa produção, de significá-los no contexto das pesquisas atuais, como é o caso, entre tantas, das sínteses propostas por Renato Mendonça e Mattoso Câmara. Explico:

Renato Mendonça, em *O Português do Brasil* (1936), produz o primeiro estudo histórico das contribuições ao estudo da diferenciação da língua portuguesa no Brasil. Assim as divide: I - Fase pré-histórica: 1826-1879 que, segundo ele, se caracteriza por notas avulsas sobre o “acento brasileiro” e as primeiras colheitas de brasileirismos; II - Fase histórico-etnográfica: 1879-1920; III - Fase dialetológica: a partir de 1920, que se marca por estudos dos “dialetos da língua portuguesa no Brasil”. À luz da História das Idéias, essa periodização torna visível a mudança que se passa em finais de 1800, enunciando a tomada de uma posição brasileira face aos problemas da língua no Brasil e do Brasil como nação. Do trabalho sobre os brasileirismos de Pedra Branca, uma lista de palavras que são traduzidas para o Francês produzido em inícios de 1800, chega-se ao final desse mesmo século à dicionarização da língua portuguesa (por ex. Macedo Soares e seu *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, 1889) e a trabalhos como os de Júlio Ribeiro, M. Maciel, Carlos de Laet, entre outros, cuja interferência hoje podemos nomear como sendo na direção de uma Gramatização Brasileira, fundando uma posição brasileira nos estudos da língua.

O estudo de Mattoso Câmara sobre o português do Brasil desloca criticamente o critério cronológico demarcando o “passado” e o “presente” em termos de “renovação de atitudes mentais, nítida e inconfundível” (1968:197). Essa visada analítica parece se

articular ao fato deste autor formular, numa palestra sobre “Os congressos Internacionais de Lingüistas”, proferida na Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae/SP, a perspectiva de se realizar uma verdadeira “história das idéias lingüísticas em nosso século”, tarefa para a qual disse não estar preparado. O texto desta palestra ficou inédito até 1972, quando foi publicado na coletânea *Dispersos*. Do ponto de vista da História de Idéias, projeto de pesquisa que hoje desenvolvemos, essa enunciação antecipa a necessidade de compreensão dessa história tal como se realiza no interior deste projeto. Observando mais amplamente as múltiplas abordagens da situação das línguas e seus estudos no Brasil nos últimos cinco anos, acredito poder afirmar que passamos por um momento de “mudança em curso” no campo destes estudos, marcado por uma necessidade de “situarmos” estes estudos e os compreendermos em sua historicidade para assim fazer frente aos movimentos de impulso e contenção das práticas sociais impulsionados pela globalização.

Dando continuidade às análises propostas, retorno à questão das designações, para explorar em mais detalhes seus funcionamentos, retendo certos aspectos dos mecanismos enunciativos recorrentes nas gramáticas analisadas, de modo a explicitar seu funcionamento em sua relação com a constituição do *discurso do saber*. Para tanto, me desviarei de considerações sobre as diferenças condicionadas pela própria história do conhecimento, e que se marcam na concepção de língua defendida por cada autor, enfocando o modo pelo qual as designações e as definições comparecem e operam no interior dos textos.

Com o intuito de explicitar os pontos e contrapontos do funcionamento aqui em questão, exponho, a seguir, duas análises que recortam aspectos distintos do funcionamento das designações. Coloco-as uma ao lado da outra com um duplo objetivo: a) deixar “marcada” a dispersão que caracterizou o processo de escritura dessa investigação, fato inevitável na lida discursiva com a linguagem; b) abrir entre as análises um espaço no qual se possam pôr pontos e pontes que proporcionem outros percursos de leitura dos fatos aí apresentados. Espero não desanimar com isso o leitor. No cumprimento de minha função-autora, posponho às análises uma “costura” de seus resultados, pondo em relevo aspectos que tornam possíveis articulações entre sentidos que, textualizando-se nas gramáticas, muito nos dizem sobre outros que os estruturam.

ANÁLISE I

Brasileirismo, regionalismo, provincianismo: o falado, o diverso, o bárbaro

Designar e definir na língua portuguesa, no Brasil, o que são *brasileirismos*, *dialectismos*, *regionalismos* é, como indiquei, fato recorrente em textos gramaticais de fins do século passado e início deste (1920, aproximadamente). Portanto, é de alguns textos desse período que estarei tratando nesta análise, nomeadamente: *Grammatica Expositiva* (1907; 23ª edição, s/d) de Eduardo Carlos Pereira, *Grammatica Descriptiva* (1887; 10ª edição 1926) de Maximino Maciel e *Grammatica Portuguesa* (1881; 13ª edição 1919) de Júlio Ribeiro. Expõe-se nestes textos, de modo contundente, a circularidade e recobrimento entre as designações, conduzindo a observações sobre a natureza dos critérios definicionais e seu im-possível desenredamento.

Começarei com a *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira.

Ao longo de sua exposição, Eduardo C. Pereira tece comentários esparsos sobre alguns aspectos particulares do nosso “fallar doméstico”⁴. Mas é principalmente nos termos de *brasileirismos*, *brasileirismos viciosos* e *provincianismo* que o autor designará tais aspectos, subscrevendo-os ao item *vícios de linguagem*. Para o autor:

Brasileirismos: “são termos e phrases peculiares ao portuguez fallado no Brasil. Dá-se o nome de lusitanismos às peculiaridades do portuguez fallado em Portugal” (pag. 264).

E a essa definição acrescenta:

“Não são, por certo, viciosas as peculiaridades nacionaes que se realizam dentro das leis da analogia gramatical. Mencionaremos no parágrafo seguinte algumas daquelas que ultrapassam essa analogia, constituindo-se vícios de linguagem” (pag. 264).

Brasileirismos viciosos: “são barbarismos ou solecismos vernáculos, generalizados no Brasil, taes são: *vou na cidade, estar na janela, vi elle, para mim comer, sem eu* e ainda *púdico, senhóra, ouvisto, pônhamos, décano, pégada, etc...*” (pag. 264).

⁴ Ele menciona o caso da colocação dos pronomes. Na segunda metade do século XIX, esse fato lingüístico é objeto de intenso debate entre estudiosos brasileiros e portugueses.

Provincianismo: “diferenças locais no modo de falar, existentes nas diversas províncias ou territórios de um mesmo país” (265). Para o autor, no Brasil é perceptível a “diferença fonética entre os nortistas e os sulistas”. Diferença notada, aliás, também entre os estados do sul. Em São Paulo, diz o autor, pronunciava-se geralmente *ménino*, *tiu*, *naviu*, *cómes*, *Antóninha*, e formas pronominais como *mecê* e *nhô*. Em Minas Gerais tem-se *mininu*, *tiuu*, *naviiu*, *cômes*, *Antuninha* e formas pronominais como *vacê*, *seo* (pag. 265).

De cada definição, começo por reter os índices tomados pelo autor para construir suas formulações. Pode-se dizer que estes índices, imbricados entre si, estão articulados a três modos de olhar a diferenciação, a saber: pela **língua** - *termos e frases peculiares, diferenças fonéticas e barbarismos ou solecismos vernáculos*; pelo **modo de realização da língua** - *falado, modo de falar*; e pela **distribuição da língua no espaço** - *Brasil, território de um mesmo país, diversas províncias*.

Estes modos de tratar a diferenciação lingüística constituem, na verdade, critérios recorrentes nos textos, vindo a marcar, no interior das distintas concepções de língua, o recurso aos aspectos inerentes das práticas de linguagem como critério definicional. Voltarei a esse ponto ao final das análises já que se nele se enunciam os “problemas” metodológicos antes indicados, conduzindo à busca por compreender o próprio da língua posto em andamento no interior do discurso normativo. Ele se instala como o primeiro índice sobre o qual retornarei. Continuo.

Segundo as definições apresentadas por Eduardo Carlos Pereira, *Brasileirismo* é o *português falado* tomado como *peculiar ao Brasil*. No entanto, esse *falado peculiar* - portanto, específico do Brasil - não está aí representado como um todo homogêneo: há que se distinguir, de acordo com o autor, os *brasileirismos viciosos* dos *não-viciosos*, e também há que se considerar *as diferenças locais no modo de falar, existentes nas diversas províncias ou territórios*, ditas *regionalismos*. Por esse viés, reparte-se o falado, e com isso, a língua do e no Brasil, que é falada, assume um caráter não-uno.

Ao dizer desse modo a não-unidade, ou diferenciação – dizer que se tece em meio aos debates do comparativismo evolucionista -, Eduardo Carlos Pereira mobiliza critérios distintos: a existência da analogia, ou seja, a mudança que, através de leis fonéticas, se

comprova no desenvolvimento das línguas, indicando filiação - no caso, o latim, depois o português -, fornece a linha divisória entre o brasileirismo vicioso e o não-vicioso; a distribuição da língua no espaço geográfico explica os diferentes modos regionais *em que é falada*. No entanto, essas diferenças regionais, sendo faladas, podem ou não ser catalogadas como brasileirismos viciosos, desde que estes são generalizados no Brasil. Assim, se *ser local* pretende definir os regionalismos como parte dos brasileirismos, o *caráter falado* da língua estende a definição, equivocadamente, ora em direção ao vício, dada pela relação com as diferenças lingüísticas internas, ora em direção ao peculiar do Brasil, dada pela relação com o português de Portugal.

A consideração do texto de Maximino Maciel permite aprofundar a análise.

Na *Grammatica Descriptiva*, a abordagem dos fatos da diversidade da língua do Brasil é modelada por uma reflexão mais ampla sobre a dialetologia⁵, em que procura analisar suas possíveis causas e características e discute o processo de dialeção do português. Resultam de suas análises considerações pouco rotineiras ao discurso gramatical da época. Nessa parte do percurso de nossa reflexão, interessam dois modos de designação da diversidade lingüística mobilizados pelo autor, a saber: *dialecto* e *dialectismo*, e sua articulação aos *brasileirismos sintáticos*.

Segundo Maximino Maciel:

“As modificações por que passa a língua geral nas diversas zonas em que se fala dizem-se *dialetos*. Essas modificações se referem á prosodia, á significação e ao uso de termos regionaes, isto é, apenas conhecidos em certas localidades, ex.: *jabar* = carne seca, *xingar* = injuriar, *curau* = *caipira* = tabaréu = matuto, *pacova* = banana, *pitar* = fumar, *esbodegar* = destruir, *girau* = cama de varas, *encalistrar* = envergonhar, *azular* = fugir, *banzar* = pensar”(pag.399).

⁵ Na abordagem da questão da dialetologia, o trabalho de M. Maciel se apresenta bastante diferenciado em relação aos demais textos que compõem nosso corpus. Além de defini-la, o autor descreve suas *causas* (meio físico, coexistência de duas ou mais línguas, analfabetismo, distância entre a metrópole - "pátria da língua" - e a nova região e quebra dos vínculos políticos) e os seus *caracteres* (prosódia, significação, coexistência de vocábulos regionais e aparecimento de construções dissintáticas). Também realiza uma descrição bastante detalhada dos *brasileirismos sintáticos*: emprego de formas pronominais, da preposição *em*, da substituição de *haver* por *ter*, e de *ter* por *estar com* (tenho fome/estou com fome). Um outro aspecto significativo é o modo como aborda a constituição do léxico: apresenta um item denominado *Línguas subsidiárias* (pag. 259) e a partir dele descreve o que considera *elementos secundários*, inserindo aí uma lista de palavras *indígenas* e *africanas*. Nesse sentido, sua gramática constitui uma exceção: foi a única a fazer menção explícita a essas línguas. O que indica uma tomada de posição inovadora, embora isolada, a respeito das línguas brasileiras.

Entre os dialetos, o autor coloca o brasileiro,

“que se fala no Brasil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, próprios dos Brasileiros, principalmente no trato familiar, ex.: estar *na janella*, isto é *para mim* fazer, vi *elle* entrar, a pessoa *que* eu falei *com ella*, *tem* missa hoje” (pag. 400).

Dialectismo “é o emprego de palavras que, de origem popular, se usam apenas em certas zonas do território em que se fala a língua, de sorte que se desconhecem em outras, ex. *xingar* = insultar, *jabá* = carne seca, *curau* = matuto, *pitar* = fumar, *esbodegar* = destruir, *girau* = cama de varas, *pacova* = banana, *encalistrar* = envergonhar, *chimar* = cobiçar a comida com os olhos” (pag.392).

Assim como Eduardo Carlos Pereira, Maximino Maciel também se pronuncia em função dos três modos de tratar a diferenciação da língua, antes mencionados, ou seja, suas definições fazem referência às *modificações na prosódia* da língua (pela **língua**) que *se fala* (**modo de realização**) e que são observadas nas *diversas* ou em *certas zonas* (**distribuição no espaço**).

Na formulação deste autor, a definição de dialectismo como “*emprego de palavras que, de origem popular, se usam apenas em certas zonas do território em que se fala a língua, de sorte que se desconhecem em outras*” retoma parafrasticamente o “*uso de termos regionaes, isto é, apenas conhecidos em certas localidades*” que integra a definição de dialeto. Dessa maneira, dialectismo parece descrever uma das formas de manifestação do processo histórico de modificação da língua, referido em dialeto. A *origem popular* constitui, neste caso, um índice diferenciador. No interior desses seus recortes, o autor indica, então, os fatos de língua a serem considerados num e noutro caso.

Ora, como podemos aí ler, os fatos apresentados são praticamente os mesmos para *dialecto* e *dialectismo*: “*jabar* = carne seca, *xingar* = injuriar, *curau* = *caipira* = tabaréu = matuto, *pacova* = banana, *pitar* = fumar, *esbodegar* = destruir, *girau* = cama de varas, *encalistrar* = envergonhar, *azular* = fugir, *banzar* = pensar”. Desse modo, desfaz-se a diferença entre uma designação e outra.

Não obstante essa imbricação, formula-se no texto de Maciel um projeto de distinção entre *dialeto*, que designa a diferenciação como um processo pelo qual passa a

língua geral, e então o português do Brasil é apresentado como um dos dialetos portugueses, e *dialectismo*, que a designa como vício de linguagem.

A imbricação entre as designações e os modos de defini-las torna-se ainda visível quando diferentes textos são considerados. Índícios dessa imbricação são, de um lado, a semelhança na definição de *dialectismo* (M. Maciel) e *provincianismo* (E. C. Pereira) e de outro, a reprodução dos mesmos fatos da língua como exemplos para as diferentes designações. Assim, *vou na cidade, púdico, vi elle, para mim comer, sem eu,...*, representam, para E. C. Pereira, *brasileirismos viciosos*; para M. Maciel, eles podem ser tanto vício de expressão léxico ou sintático (cacoepia e cacologia), e se enquadram, por isso, na lista dos barbarismos que devem ser evitados a qualquer custo, como podem ser *brasileirismos sintáticos* que, compondo a definição de dialeto, fazem parte da inevitável dialeção brasileira na relação com o português de Portugal.

Nos deslizos e recobrimentos entre uma designação e outra, nas relações parafrásticas entre as definições ou na indiscriminação dos exemplos se mostra, nos textos de M. Maciel e E. C. Pereira, uma injunção a uma dupla interpretação dos fatos da língua do Brasil. Em consequência, as designações e suas definições se indistinguem.

Do ponto de vista da história do saber sobre a língua no Brasil, essa dupla interpretação é inevitável porque exposta ao paradoxo de dizer, ao mesmo tempo, uma unidade para a língua brasileira na diferença com as línguas aqui praticadas face à injunção de uma unidade do Estado brasileiro; uma diferença para a língua brasileira na unidade com a língua do colonizador face à injunção de um movimento de independência do Estado. A indistinção entre as designações e suas definições encontra, por isso, determinações históricas. Segundo índice sobre o qual retornarei.

Na esteira desses modos de abordagem da diferenciação lingüística se coloca também o texto de Júlio Ribeiro (*Gramática Portuguesa*, 1919, 13ª edição), no qual lemos *pudico, cravão*, como *barbarismos*, e *nóis vai, para tu, ...* como *solecismos*. Por outro lado, o texto deste autor põe em circulação, no fim do século passado, uma outra faceta, bastante produtiva, do modo de se considerar as diferenças na língua do e no Brasil: a **via dos arcaísmos** pela qual segue grande parte dos argumentos que interpretam os neologismos brasileiros.

Júlio Ribeiro nos diz que "32 são, pois, as vozes elementares essenciaes da lingua portugueza. (...) Há mais dous sons distintos, banidos hoje do uso da gente culta: dje, tche" (idem, pag. 11). Localizada entre os caipiras de São Paulo (*djente*, *djogo*) e entre os Minhotos e Transmontanos (*tchapeu*, *tchave*), a existência desses sons na fala do interior do Brasil são, para o autor, "prova que estavam ellas em uso entre os colonos portugueses do século XVI. A antigüidade e a vernaculidade do *tche* atestam-se pela sua permanência na linguagem do Minho e Tras-os Montes: como é sabido, o povo rude é conservador tenaz dos elementos arcaicos das línguas" (idem, *ibidem*).

Ao focalizar a diferença do traço fonológico no modo de realização da língua, Júlio Ribeiro registra o caráter regionalizado do *tche* e do *dje*, assinalando sua relação ao português arcaico. Essa perspectiva de análise, que encontra no português arcaico a justificativa para a diferença das e nas formas lingüísticas realizadas no Brasil no final do século passado, não se restringe, no entanto, ao trabalho deste autor. Em um texto denominado "A Língua Portuguesa no Brasil" (1946), Silveira Bueno, cuja gramática faz parte de nosso corpus, diz que

"o característico, portanto, mais curioso do Brasil reside, justamente, no seu tipo arcaico, tipo que se revela de modo especial, na fonética e na sintaxe. A gente nova do país, livre de ensinamentos técnicos e científicos da linguagem, arrastada pela sua imaginação jovem, incendiada de entusiasmos nacionalistas, vê nesse característico o despontar de um idioma nacional também, próprio do Brasil, idioma que, não sendo ainda *brasileiro*, já é denominado pelos acomodaticios, de *nacional*" (pag. 293)⁶.

De seu ponto de vista, estão equivocados os estudos que

"dão como formas próprias do Brasil, criações de nossa gente, portanto, brasileirismos, puros arcaísmos por nós conservados" (pag. 298).

Na interpretação historicista do *tche* e do *dje* apresentada por Júlio Ribeiro se enuncia, portanto, um ponto de embate entre diferentes abordagens da língua portuguesa no Brasil.

⁶ Notemos a ressonância, nessa formulação, da polêmica sobre a denominação do idioma no Brasil que ocupava os gramáticos na época. E da organização dos argumentos que retomam os sentidos propostos no enunciado de Cruz Costa.

De um lado, impermeável às modificações presentes na língua portuguesa praticada no Brasil, coloca-se a tendência purista buscando manter a regulação normativa sobre a língua seguindo os cânones prescritos em Portugal, excluindo do campo de observação os fatos da língua popular brasileira. De outro, sensível a tais modificações, procura-se dar conta delas, reinterpretando os traços que a caracterizam. A noção de arcaísmos se prestará justamente a esse jogo: fará a ligação entre o real das modificações brasileiras e a tradição portuguesa, conduzindo quase que invariavelmente à predominância de uma política de unificação, ou de absorção daquelas por esta.

Esse embate se acirra na quase totalidade das discussões da primeira metade do século XX. Inúmeros artigos e monografias⁷, produzidos paralelamente aos textos das gramáticas, tematizam a definição da unidade e da diferença da língua portuguesa no Brasil na relação com a de Portugal, tendo no centro a questão de se poder ou não defender, a partir da análise da língua, a existência de uma língua brasileira. Focalizam-se, nesse movimento, não só os traços do “falado”, mas também formas e sentidos “novos” postos em circulação nos textos literários.

No momento em que o debate acontece, os textos gramaticais, em sua maioria, isentam-se de abordar questões de diferenciação. Essa ausência é, como já mostrei, constitutiva do discurso gramatical em sua relação como outras formas de abordagem dos fenômenos lingüísticos. Os trabalhos que, de teor mais descritivo, resultavam nas monografias produziam seus efeitos, evidenciando aspectos da língua no Brasil - na prosódia, principalmente - que deveriam ser tomados em consideração. Diante dos fatos lingüísticos apresentados, os estudos se voltam para questões de diferenciação internas ao Brasil, aplicando esforços para sistematizar os aspectos dessa diferenciação e delimitar as “áreas lingüísticas”.

A partir dessa época, os textos das gramáticas vão aos poucos se ausentando do debate sobre a questão específica da diversidade lingüística no Brasil, tomando para si funções que se discriminam pelo confronto com outros campos de conhecimento da língua, como a lingüística e a filologia.

A consideração a seguir, de Silveira Bueno, ao mesmo tempo gramático, filólogo e lingüista, explicita essa visada:

"Sob esta denominação (prosódia dialetal) deveríamos estudar as variantes de fonética e prosódia, já existentes, não só entre Portugal e Brasil, mas também entre o norte e o sul de nossa pátria. Num compêndio como este, destinado a cursos ginasiais, não seria acertado entrar nestas particularidades próprias de estudos lingüísticos, já de nível universitário. Aos que se interessarem por tais assuntos recomendamos a nossa "Formação Histórica da Língua Portuguesa" e as "Apostilas" da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1º volume" (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 5ª edição, 1958: 68).

Voltado para a construção de uma unidade para a língua do Brasil, no contexto de um Estado politicamente unificado (Guimarães, 1996a), o trabalho de pensar a língua reconhece a diferenciação interna ao mesmo tempo em que, para estabelecer a pretendida *unidade*, precisa encontrar, nestas diferenças internas, o *modelar*.

Como ficou indicado, essa busca divide posições, porque ao lado de uma unidade lingüística interna ao Brasil se projeta sua unidade externa com a língua portuguesa de Portugal. O embate em torno da unidade lingüística repõe as questões em torno da construção imaginária de uma identidade lingüística para o Brasil que desembocam na polêmica em torno do nome da língua. No calor dos debates e afetado por eles, o discurso gramatical tece (ou mantém) um sentido de unidade para a língua do Brasil pautado por sua filiação à língua de Portugal. De modo geral se invocará uma conformidade dos processos de diferenciação brasileiros com a língua ascendente (o Português Europeu e por sua via, o Latim), buscando nela a garantia de um sentido de antigüidade e vernaculidade para a língua brasileira. A mesma em que o autor se diz. A via dos arcaísmos conduz os sentidos de língua ao rumo desejado. Mas, diferentemente do final do século anterior, em que o arcaico se configurava como um argumento por meio do qual se incluía e apreciava o "falado" no Brasil, no confronto com o "escrito" europeu. Neste momento, o arcaico sustenta o movimento em direção à língua "original", que absorve a questão da diferenciação. Reconhecida a diferença, ela deve, na perspectiva dos gramáticos, ser retida. Assim se procede a sua inscrição na história da mais antiga língua, num apagamento total de sua história particular. Longe do ímpeto nacionalista, essa é uma tese que se reveste de

⁷ Cf. S. E. Elia (1961). Neste livro, o autor fornece um panorâmica do debate, situando trabalhos como os de V. Lemos, R. Mendonça, A. Nascentes, J. Ribeiro, H.P.Fortes, G. C. de Mello, S. Silva Neto e outros.

teor científico, como explica Silveira Bueno. No suplemento histórico à edição de 1944 da gramática antes mencionada, em um item designado *brasileirismos*, escreve:

“Dá-se o nome de *brasileirismos* a usos próprios da língua no Brasil, em matéria de vocábulos, de morfologia, de sintaxe e de semântica, mas sobretudo, de sintaxe. Vistos, porém, de perto êsses *brasileirismos*, podemos afirmar que todos são antigos empregos lusitanos, conservados na linguagem popular do Brasil. (...) Hoje, com os estudos de filologia portuguesa já cientificamente orientados, com a volta aos documentos medievais e quinhentistas, vemos que todos êsses apregoados *brasileirismos* são construções, regências e concordâncias correntes em Fernão Lopes, em Gil Vicente, em João de Barros e em outros grandes escritores da língua portuguesa. (...) De tudo isso concluimos que não há, de verdade, *brasileirismos*, na significação de construções peculiares do Brasil, criações, por assim dizer, da gente brasileira. Tais *modismos* são portugueses e de muita longa existência, remontando aos tempos de maior vigor do idioma” (idem: pag. 569).

A formulação da perspectiva científicista da língua vem custeada teoricamente, nesse momento da história do conhecimento, por uma abordagem estruturalista, sustentada pela consideração de “mudanças” regulares abrigadas, mais uma vez, sob a noção de analogia. Conforme adiantei na parte I, a demanda de um saber científico constitui um ponto de inflexão sobre a interpretação do saber produzido em terras brasileiras. E suscita aqui um comentário sobre a relação constitutiva entre os espaços de autoria e os conceitos que as teorias põem em andamento, como o de analogia.

O aparecimento da noção de analogia na história da análise das línguas tem a ver com o processo de significação tal como ele estará cindido pela dicotomia liberdade/sistema. Ela significa aquilo que, na combinatória sistêmica da teoria, dela deriva, nela deixa de caber, mas sobre ela reincide, demandando sentido.

Em um estudo sobre a noção de valor sustentada por Saussure no *Curso de Lingüística Geral*, Haroche, Henry e Pêcheux (1971) mostram que a noção de analogia funcionará na lingüística como um ponto de tensão em que, por meio do *valor* - um conceito puramente diferencial, da ordem do sistema -, se procura regular a “invasão” da idéia - a criação, da ordem da fala do sujeito indivíduo - na teoria.

A partir do que afirmam os autores, e considerando o eixo da reflexão que aqui se desenvolve, é possível dizer que o conceito de analogia recobre e expõe o momento de inscrição do sujeito na língua, e do autor no texto, porque marca o momento de abertura da língua às múltiplas possibilidades de significação e interpretação. O que fica posto na ordem da analogia, no campo do saber sobre a língua, é o gesto e o resultado da interpretação das línguas pelo sujeito na função-autor. É por isso que ela é o lugar do funcionamento da exterioridade - da história - no discurso da lingüística como ciência⁸.

Esse é justamente o ponto que interessa. Porque a história é histórica, ou seja, não é qualquer uma. No caso do Brasil, conforme demonstrei no início dessa discussão, a interpretação dos fatos lingüísticos se estrutura no “vácuo” de um paradoxo que expõe as noções descritivas a uma clivagem: a da relação com as línguas do Brasil X língua portuguesa de Portugal.

A linhagem analogicamente bem posta – ou cientificamente traçada – sobre a língua portuguesa justifica, explica e absorve a diferença da e na língua portuguesa do Brasil. As línguas outras brasileiras são postas “fora dessa tradição”. E quanto mais justificada, tanto mais evidente a linha que unifica, e tanto mais invisível o Diverso, o Outro. Ao menos, imaginariamente. Isso produz, ao meu ver, uma assunção a um dizer completo que abriga, no entanto, uma diferença histórica impossível de ser absorvida pela teoria.

A indistinção entre as designações e as definições é empurrada, no relançar à ciência, a um espaço de dizer não “autorizado”, ainda não pronto. Com isso quero dizer que se produz um apagamento sobre as condições históricas de produção do saber no Brasil. Compreendida em relação a estas condições, a imbricação entre as designações se produz como efeito do paradoxo de dizer a diferença da língua brasileira na diferença/unidade com o português de Portugal e na diferença/unidade com as línguas brasileiras. Contrariamente a essa interpretação, a lógica cientificista tende a produzir uma leitura de inadequação metodológica e/ou descuido do autor que não estaria observando “todas” as variáveis necessárias a boa explicação. De onde a “eterna” reinvenção de espaços teóricos e meios técnicos para codificação e transferência dos irregulares lingüísticos para a conta (em

⁸ Vale notar, nesse ponto, a necessidade de aprofundar uma análise sobre a formulação de Eduardo C. Pereira que vincula a analogia à gramática, a saber: “não são, por certo, viciosas as peculiaridades nacionais que se realizam dentro das leis da analogia gramatical”.

débito?) do sujeito falante. Para tanto se deixarão, desde sempre, de prontidão, noções como erro, não-aceitabilidade, não-competência, atitude.

A análise do conjunto dos textos indica a tendência em resolver o real da diferenciação lingüística e da constituição de uma unidade da língua no Brasil pelo viés de uma identificação máxima ao que a teoria e a norma melhor modelam. Trata-se de uma perspectiva fortemente marcada por um movimento que é o de dizer o diverso, o diferente, para melhor explicá-lo nele aplicando o saber estabelecido. Perspectiva que me parece estar em pleno vigor em muitos discursos sobre as diferenças (etno, sócio, econômicas) nos dias de hoje.

Observada do interior do discurso gramatical que se desenvolve nos anos 1950, essa perspectiva produz muitos efeitos. Situo, como um dos mais importantes para a história das idéias sobre a língua, o fato dela viabilizar o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira, e com isso, a possibilidade de se referir às diferenças sem qualquer explicitação sobre a natureza dos critérios utilizados, como modalidades da língua. Os textos das gramáticas passam a contemplar “uma terminologia simples, adequada e uniforme” para atender “ao tríplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho: a) a exatidão científica do termo; b) a sua vulgarização internacional; c) a sua tradição na vida escolar” (cf. texto de apresentação da NGB).

Quero com isso dizer que a NGB satura o espaço de construção de uma reflexão sobre a língua pela repetição textual de *uma e só uma* terminologia analítica. A Gramática Histórica é deslocada para fora do centro dos estudos gramaticais, virando Apêndice, assim como toda a problemática da significação e do aparecimento de novas formas. A manutenção de entradas como *Figuras de sintaxe e Vícios de linguagem* é também a evidência de um cruzamento inevitável, histórico e equívoco, entre o retorno do real da língua no texto, a tradição do saber escolar e a necessidade de não ignorar o *saber científico* produzido alhures. Sem solução que se dê, procede-se por colagens. Reproduz-se, a partir de então, no entroncamento entre a língua normatizada e os processos de sua diferenciação, oposições do tipo *culto/coloquial, geral/regional, culto/popular*. No entanto, a análise das línguas que se naturaliza por meio dessas oposições instala e alimenta uma pedagogia da língua cega àquilo que a estrutura. Esse é justamente o ponto sobre o qual incide a próxima análise.

ANÁLISE II

O-culto da língua: Culto, Coloquial, Padrão, Popular

Para essa discussão, tomarei por base duas gramáticas normativas recentes, de ampla utilização nas escolas: *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo, ed. de 1978 e a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, ed. de 1988. Nestas gramáticas encontraremos as formas básicas de designação da diversidade tal como ela acontece na maior parte dos textos gramaticais produzidos a partir da década de 60, quando já se promulgou a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Em linhas gerais, no conjunto dos textos analisados, o processo de diferenciação da língua é tratado principalmente como fato de modalidades da língua, em distinções do tipo: *língua regional e geral, coloquial e culto, língua comum e literária, etc.*

Em seu funcionamento, essas formas designativas se sobrepõem, de forma complexa, às antecedentes realizando elas também a tensão fundada na dupla face da diferença que marca o processo de diferenciação das línguas no Brasil e sua abordagem. A configuração teórica, assentada nas abordagens sócio-lingüísticas, abriga essa tensão e a desloca para uma oposição entrecruzada de eixos enunciativos ou discursividades que enredam e organizam os sentidos de língua no Brasil então vigentes.

O modo em que a questão da diversidade/unidade lingüística é apresentada nas gramáticas mencionadas pode ser organizado como segue. Para essa organização, recortei os enunciados introdutórios da questão e as definições que distinguem, por oposição, uma designação e outra.

Recorte I

Todo povo civilizado utiliza a língua por dois modos fundamentais: modo vivo e espontâneo, que é a língua coloquial, e o modo refletido, padronizado, que é o que se chama língua culta, língua-comum, coiné.

COLOQUIAL	CULTO
é a língua da conversa, conversa desataviada, da	

conversa viva. Esse uso coloquial pode comportar vários desdobramentos (conversa entre amigos, cerimoniosa, da gente do povo, povo da cidade ou dos campos, das crianças entre si ou com adultos)	
Modo vivo e espontâneo	Modo refletido, padronizado
	<i>Língua-comum, coiné</i>
Estabelece uma comunicação entre duas ou mais pessoas presentes	Se destina a estabelecer um circuito lingüístico mais amplo sem que os interlocutores estejam necessariamente à vista, em presença hoje.
	Qualquer comunidade civilizada dispõe de uma forma lingüística considerada a melhor, a mais rica, a mais prática, aceita por todos como a <i>norma lingüística ideal</i> .
	É a tal língua padrão, língua culta ou literária

Gladstone C. de Melo. Gramática Fundamental da Língua Portuguesa, 1978:3.

Recorte II

A língua de uma sociedade civilizada apresenta várias modalidades que podem coexistir sem quebra de sua estrutura comum, de sua unidade: geral, regional, popular, culta, “uma língua pode ser falada ou escrita”.

REGIONAL	GERAL
a língua geral tende a carregar-se de tonalidades regionais, que chegam a tingir fortemente a expressão cultural e literária em certas áreas geográficas de um país. O linguajar de uma região, com seus modismos e peculiaridades, é freqüentemente retratado pelos escritores regionalistas em suas obras literárias.	Língua-padrão de um país, aceita pela comunidade e imposta pelo uso comum. Sobrepõe-se aos vários falares regionais, de que é uma espécie de denominador comum.

POPULAR	CULTA
é a fala espontânea e fluente do povo. (...) É tanto mais incorreta quanto mais incultas as camadas que a falam.	É usada pelas pessoas instruídas das diferentes profissões e camadas sociais. Mais artificial que espontânea.
Eivada de plebeísmos (palavras vulgares e expressões da gíria).	Caracterizada pelo apuro da forma e riqueza lexical
	É ensinada nas escolas
	Serve de veículo às ciências, onde se apresenta com terminologias especiais; e aos escritores e poetas, sendo chamada <i>língua literária</i>

- uma língua pode ser falada ou escrita

FALADA: signos vocais (expressão oral)	ESCRITA: sinais gráficos (expressão escrita)
viva e atual	Representação ou imagem da falada
mais comunicativa e insinuante (conta com sonoridade e inflexões da voz, jogo fisionômico e a gesticulação (mímica).	Não dispõe desses recursos.
Prolixa e evanescente	Sóbria e duradoura.

D. P. Cegalla. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 1988:534-35.

- *Todo povo civilizado utiliza a língua por dois modos fundamentais: modo vivo e espontâneo, que é a língua coloquial, e o modo refletido, padronizado, que é o que se chama língua culta, língua-comum, coiné* (Gladstone Chaves de Melo).
- *A língua de uma sociedade civilizada apresenta várias modalidades que podem coexistir sem quebra de sua estrutura comum, de sua unidade: geral, regional, popular, culta, “uma língua pode ser falada ou escrita”* (Domingos P. Cegalla).

Estes são os enunciados que introduzem a abordagem da questão nos textos. Além de indicarem as categorias designativas a serem consideradas, estes enunciados explicitam uma articulação entre *língua e povo civilizado ou sociedade civilizada*. Essa articulação, longe de ser acidental, funcionará como um ponto de ancoragem dos processos discursivos em relação aos quais se fazem as designações da diversidade lingüística. Isso ocorre, sobretudo, pela extensão e oposição que historicamente se vão produzir entre os sentidos de civilização e cultura, que marcam as relações político-lingüísticas no mundo ocidental. Sobre esse aspecto, retornarei na próxima parte.

A respeito do funcionamento das designações, seguindo as definições que os autores propõem, duas observações podem ser feitas.

A primeira reside no fato de as distinções entre as designações propostas se sustentarem textualmente por meio de pares de oposição como: coloquial/culto; popular/culta, regional/geral e *uma língua pode ser falada/escrita*. Inicialmente, consideremos os pares coloquial/culto; popular/culta, regional/geral.

Nas definições propostas, é possível constatar que *culto (a)*, fornece o contraponto tanto para coloquial quanto para popular, anunciando-se como uma categoria recorrente.

A segunda observação é sobre o mecanismo de definição de cada uma das designações. O fato que o caracteriza é o jogo de oposição de sentidos de uma designação à outra. Uma se define pelo sentido contrário ao atribuído ao seu par.

- *coloquial*: modo vivo e espontâneo; *culto*: modo refletido, padronizado.
- *popular*: eivada de plebeísmos; *culta*: apuro da forma e riqueza lexical.

Fácil é verificar que essas formulações atualizam concepções de língua cravadas de e em dicotomias como belo/feio, rico/pobre, certo/errado que estão na base do projeto de

normatização. No entanto, não é dessa qualificação que falarei. Em vez disso, destaco o modo como as definições retomam e operam com a forma nominal *língua*. A análise do corpus mostra que este aspecto caracteriza uma linha “fronteira” entre os pares de oposição, arrumando-os em dois eixos: coloquial, regional, popular, de um lado, e culto/geral, de outro. A forma nominal *língua* + *determinativo* (geralmente um qualificativo) do tipo *língua comum*, *língua literária*, *língua padrão* comparece predominantemente no eixo culto/geral. Para o outro eixo, as formas são mais dispersas: *fala*, *linguajar*, *língua da conversa*. No quadro que segue, explicito essa divisão:

<i>Coloquial</i> : língua da conversa	<i>Culto</i> : língua-comum, <i>coine</i> , língua padrão, culta ou literária
<i>Popular</i> : fala espontânea (<i>fala</i> se alternará com <i>língua</i>)	<i>Culta</i> : língua literária
<i>Regional</i> : linguajar de uma região	<i>Geral</i> : língua padrão/uso comum

Quanto ao par *língua falada/língua escrita*, observa-se que não se recorre a essa estratégia. Provavelmente porque *fala* e *escrita* configuram modos de apresentação de *uma* língua, que, em princípio, pode ser qualquer uma das modalidades. Voltarei a isso.

O aprofundamento da análise dos modos de se formularem as definições das designações permite explicitar algumas regularidades do discurso sobre as línguas fundamentais para o prosseguimento desta reflexão.

A primeira delas é a predominância da forma designativa *culto(a)*.

Esta predominância se sustenta discursivamente no fato de *culto* ser uma designação que se repete historicamente, sendo por isso recorrente. De modo específico, sua recorrência se mostra tanto na constituição dos pares de oposição quanto na construção da definição. No que diz respeito aos pares de oposição, *culto* constitui contraponto tanto para coloquial como para popular, como já mostrei. Vale dizer que, sendo intercambiáveis, estas últimas apresentam o mesmo traço de indistinção a que fiz referência na análise I. Em relação à construção da definição, pode-se constatar, no quadro do recorte I, que a recorrência da forma *culto(a)* comparece na própria definição de *culto*, gerando algo como: *culto*: é língua *culta* (cf. quadro imediatamente acima).

Tomando em consideração o conjunto de textos abordados na análise anterior (análise I), pode-se notar que a recorrência de *culto*, enquanto definição, não se restringe aos recortes I e II aqui analisados. Ela se instala também ao longo do tempo, na história de constituição das gramáticas, estando presente, com ou sem modalizações, em textos de diferentes épocas. Entre outros, pode-se mencionar a *Grammatica Portugueza* (J. Ribeiro, 1881) na qual lemos “Há mais dous sons distintos, banidos hoje da gente *culta*: dje, tche” (edição de 1919: 11) e a *Grammatica Expositiva* (E. C. Pereira, 1907) que traz “... estas diferenças (os provincianismos) tornam-se elementos de obscuridade entre pessoas *cultas*” (edição de 1909: 277).

O mesmo não acontece com a designação das outras modalidades. Não só não há recorrência no interior dos textos, como a definição é dada em formulações do tipo: *fala*, *linguajar*, ou então *língua da conversa*, em que *da conversa* atualiza *língua*⁹. Essa ordem de formulações se caracteriza não pela recorrência, mas pela dispersão dos nomes.

Mas, pode-se perguntar, não seria a recorrência de *culto* em detrimento das outras designações um aspecto fundante do discurso normativo, cuja característica é justamente regular e regulamentar a boa e bela língua elevando-a a um sentido a-histórico estabilizado por *culto*, defendendo-a com isso dos danos do uso?

Afinal, o quê a existência ou não da recorrência de uma forma designativa e/ou definicional pode indicar sobre o seu funcionamento que não tenha já se dito nas críticas do culto ao culto da língua? Especificamente, o quê ela estaria indicando quando se trata das designações sobre a diferenciação (e unidade) lingüística nos textos gramaticais, além do que habitualmente se tem abordado em termos de normatividade da língua?

Muito mais, direi, do que se pode deduzir da comum interpretação dos conteúdos normativos veiculados pelas regras e nomes. A recorrência de uma designação mostra a incidência de um processo de normatização sobre o saber lingüístico que não fica contido no enunciado, mas é constituído por mecanismos discursivos específicos, que retomam sentidos pré-constuídos e operam sobre sua evidência (pela relação com o interdiscurso).

Prossigo, então, explorando as dobras dessas colocações.

⁹ Cf. a análise sobre o funcionamento das construções nominais na constituição da textualidade desenvolvida por Luiz F. Dias (1996). Mostrando a necessidade de considerar o sentido pré-construído que joga na configuração de tais construções, o autor as considera como “estações de cruzamento de sentido”.

Da perspectiva discursiva, considero que a recorrência de uma designação indica a constituição de processos discursivos que trabalham historicamente certas direções para os sentidos de língua no Brasil, sobretudo a portuguesa. Ela diz respeito à repetição histórica de uma formulação que pelo simples fato de se repetir institui sentidos e os normatiza. Ou seja, coloca-os numa certa ordem de relações evidentes e dadas. Explico.

As formulações que trabalham o sentido para *culto* ou *geral* retomam recorrentemente outras definições de língua: língua-comum, coine, língua padrão, língua culta, língua literária. Isso nos dá indicações de um modo de construção de um lugar enunciativo que opera sobre uma evidência para esta modalidade, interna ao próprio texto. Podemos dizer que há uma remissão circular de uma designação a outra (o que se marca fortemente pela repetição da designação em sua definição: *culto: língua culta*, já citado), construindo um *centro* de referenciação para os sentidos. Em outras palavras, enquanto se remetem entre si, produz-se aí uma evidência ou uma estabilização para os sentidos de língua que garante relações argumentativas do tipo: se é culto, é padrão, é comum, é literário, é culto. O “objeto de referência” - língua - permanece uno. A direção para o sentido de *modalidade culta* é de um fechamento dado pela recorrência dos nomes que a atualizam nas enunciações, em sua evidência.

Ao mesmo tempo, a recorrência da forma designativa *culto (a)* opera também nos textos de gramáticas normativas produzidos em outras épocas. Dessa dupla dimensão da recorrência, que conjuga um modo de repetição do enunciado e repetição histórica, resulta, em meu entender, a construção de um eixo enunciativo que parece sustentar historicamente o discurso da gramática sobre a língua, em sua função de normatização. Esse eixo é a da *repetição continuada*, garantida, nesse caso, pela recorrência da forma lingüística. Enquanto se estabelece sobre esse eixo, esse discurso também o produz, o faz funcionar. Notarei, de modo específico, que essa forma de repetição da designação *culto* produz um duplo efeito de sentidos: o de uma *auto-evidência* de *culto*; o de um apagamento da historicidade dos sentidos de *culto* e do fato de, historicamente, os fatos da língua que entram em vigor na relação como o *padrão culto* serem vários e não serem, em diferentes momentos ou situações históricos, os mesmos¹⁰.

É noutra direção que se constróem os sentidos para as outras modalidades.

¹⁰ Agradeço a E. Guimarães por esta observação feita no contexto de exame *de qualificação* deste trabalho.

Por oposição à centralidade dos sentidos de língua culta - dada pelo fato de *culto* ser um termo recorrente - o que se tem é uma diversificação nas formas que nomeiam as outras modalidades: coloquial, popular, regional. Na medida em que se opõem a culto, elas são intercambiáveis. Não se trata de, no mesmo texto, serem recorrentes, mas de se alternarem. Quero com isso dizer que, se houvesse recorrência destas formas, ela se mostraria, no modo como a estou analisando, da seguinte maneira: *coloquial/comum*, *coloquial/culto*, fato não encontrado nos textos analisados.

Na alternância das designações se produz, como efeito, um “objeto de referência” disperso. Essa alternância produz uma direção para o sentido de língua proposto por estas modalidades que parece ser de inconstância, não-fixidez, deslizamentos. Menos do que a circularidade e evidência que a recorrência das formas faz funcionar, têm-se sentidos que vão sendo trabalhados a cada vez sob distintas palavras. Torna-se possível sustentar essa análise também em relação a outros textos, de outras épocas. Para designar o não-culto, não é a recorrência e sim a alternância de nomes que vamos encontrar.

Podemos observar, por exemplo, a definição de *regional*: “linguajar de uma região, com seus modismos e peculiaridades”, que retoma parafrasticamente, *provincianismos*: ““particularidades locais” em um país (província ou estado: nortista/sulista)” de E. C. Pereira (op. cit.), e também *dialetos*: “os aspectos regionais de uma língua que apresentam entre si coincidências de traços lingüísticos fundamentais constituem os dialetos” (Rocha Lima, G. Normativa da L.P. 1957). O “objeto de referência” é o mesmo: a língua no que ela tem de diverso do culto/geral. No entanto, sua designação muda historicamente, fazendo sua compreensão funcionar a cada vez em diferentes relações de sentido postas em circulação pelos diferentes discursos. Nestas relações, enquanto a forma *culto(a)* se mantém, estas do não-culto se alteram, se deslocam.

Também aí se constrói um eixo enunciativo para o discurso sobre a língua. Só que diferentemente do anterior. Enquanto aquele se constitui na recorrência de designações tomadas em sua evidência, este se constitui por uma descontinuidade, marcada pelo recurso a diferentes designações. A relação entre uma e outra designação é construída pela oposição a *culto* e pela possibilidade de se estabelecer entre elas relações parafrásticas, dispersas, a serem localizadas historicamente. É assim que elas podem se tornar visíveis. Configura-se, assim, um modo de enunciação que chamarei de *alternância dispersiva*.

A existência ou não de recorrência da forma designativa permite localizar, desse modo, a existência de dois eixos enunciativos que constituem o discurso da gramática sobre a língua: o da *repetição continuada* que estrutura a referência da língua culta, evidente porque é culta; o da *alternância dispersiva* que dilui os sentidos da diferenciação e, portanto, enfraquece a visibilidade das diferenças que constituem a/uma língua. No entanto, importa enfatizar que afirmar a existência destes dois eixos não significa afirmar a autonomia ou independência entre eles. Ao contrário, os dois eixos se conjugam historicamente, sustentando o discurso normativo. Em seu entrecruzamento acaba por se produzir, de acordo com meu ponto de vista, uma série de recobrimentos que afetam a compreensão da problemática da unidade/diversidade da língua enquanto um processo histórico em que joga fortemente a constituição de limites e relações entre as línguas do Brasil.

Posta em relação aos eixos enunciativos aqui explicitados, a problemática do *um/não-um* configura o ponto sobre o qual se articula o discurso sobre a língua produzido pela gramática com aqueles que o sustentam, o tornam possível. Falo principalmente das sutis articulações - não-ditas - por meio das quais se põe em movimento um *já-lá pré-construído* que garante, por exemplo, a emergência de enunciados como *uma língua pode ser falada ou escrita*, no texto de Cegalla. Se estranharmos sua evidência, podemos perguntar: De que *uma* língua se fala?

Certamente é possível produzir uma série de interpretações para o determinante *uma*, percorrendo, por exemplo, o seu caráter indefinidor por oposição ao artigo definido *a*, mas *uma* não será *uma qualquer*. Os enunciados que introduzem o problema da diferenciação da língua nos textos analisados promovem a restrição, localizando-a como fato de *todo povo civilizado* ou de *uma sociedade civilizada*. Ou seja, essa *uma língua*, cujos processos de diferenciação “merecem” apreciação, deve ser ao menos a língua de uma sociedade civilizada. Pela compreensão que, a partir dos vários estudos que trabalham esses deslizamentos, vamos construindo dos processos de significação das línguas históricas, sabemos que joga fortemente sobre essa in-determinação de *uma língua*, a relação com a escrita. A *tradição escrita* exclui do mundo civilizado as línguas de tradição oral.

Assim é que o sentido de unidade como efeito deriva para o de centro como princípio, como mostrarei adiante. Parametrada pelo centro, a diversidade não é acolhida a não ser no espaço da dispersão que divide e desestabiliza.

No tempo em que os estudos da língua se fazem sob a garantia imaginária de um estatuto científico (a lingüística é feita ciência-piloto no campo das Ciências Sociais), o imaginário de um saber científico se junta, desdobrando-se e se deslocando, pelo de civilidade determinado pelas formas históricas do saber lingüístico ocidental. Ou seja, a injunção à civilidade escreve outras e diferentes demandas sobre o trabalho intelectual.

A partir do que se disse, é possível afirmar que os eixos enunciativos indicados determinam os sentidos de língua, implicando uma sua partição que afeta a própria emergência (a posição histórica de sua enunciação) das designações que, por sua vez, incide sobre a materialidade do conhecimento sobre língua. Resulta desse fato que as práticas de pensar a língua e os sujeitos que aí estão concernidos como falantes e como autores são multiplamente afetados por essa implicatura. De que modos?

- pelo estriamento que se produz sobre a língua, em sua materialidade;
- pela vinculação dos sentidos dessa materialidade à questão da autoria enquanto fato significado pela trajetória histórica (teórica e normativa) dos sentidos sobre a língua em que o sujeito se diz.

Alguns pontos colocados em evidência ao longo das duas análises permitem aprofundar essas dobras, fornecendo ao mesmo tempo suportes para atingirmos a questão da posição discursiva do sujeito do conhecimento. Para podermos considerar, de modo particular, e na relação específica com o tema aqui focalizado, o efeito de dobradura de que fala Wanderely (2001:86): efeito “entre objeto de conhecimento e posição (coordenadas no mundo) do objeto de conhecimento (que) interpela o real das relações sociais na relação entre iguais”.

Antes, retornarei ao conjunto das designações, aprofundando, a partir dessa direção analítica, seus pontos de articulação.

3. Continuidades e Recobrimentos

Inicialmente, notarei que em seu conjunto, as designações analisadas - *regionalismos, provincianismos*, ou então *língua culta, literária, geral, regional, falares, língua da conversa, coloquial* - atualizam basicamente os mesmos processos de significação que constituem a emergência e o funcionamento de *brasileirismo*, analisado mais detalhadamente. Quer dizer, todas estão consagradas a descrever e definir fatos de língua que “diferem” conforme as *relações* que contraem, projetando-os no confronto entre línguas, ou entre distintas situações discursivas que constituem uma “mesma” língua.

É certo que o aparato teórico de que se servem não são imediatamente equivalentes. Enquanto *brasileirismos, regionalismos, provincianismos* se estruturam no comparativismo histórico, as demais – culto/popular/geral/coloquial/da conversa/etc. - reenviam ao socio-variacionismo e à teoria da comunicação. Por esse motivo, não desembocam exatamente na evidência dos mesmos tipos de registro do vínculo entre a língua e seu exterior: enquanto para os primeiros, a língua varia em articulação à temporalidade (na história) e à espacialidade (na geografia), para o segundo grupo, o que conta é o sócio-cultural. O mapeamento horizontal dos primeiros não se assemelha - como recorrentemente se defende no interior das abordagens dialetológicas e sócio-variacionistas -, à verticalização do segundo.

No entanto, compartilham um mesmo princípio: supõem a possibilidade de discriminar um fato de língua de outros interpondo entre eles fatores de ordem exterior cujos limites se fixam pelo próprio jogo designativo. Cada uma instala um corte em relação a *um próprio da língua*, atualizando o movimento contraditório entre o próprio e o não-próprio e entre o específico e o geral que engendra o saber sobre a língua no Brasil, conforme explicitamos em relação a *brasileirismo*. Como a motivação do corte bem como a solução proposta não ficam restritas ao domínio teórico (isso se houvesse essa possibilidade para os estudos da linguagem, o que não nos parece possível), restará, como recurso, a remissão contínua e circular de uma designação à outra. De fato, dirá D. P. Cegalla (*Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 1988 :534):

“A língua geral é a língua-padrão de um país, aceita pela comunidade e imposta pelo uso comum. Sobrepe-se aos vários falares regionais, de que é uma espécie de denominador comum.

A língua regional. A língua geral tende a carregar-se de tonalidades regionais, na fonética e no vocabulário, resultando dali os falares regionais, que chegam a tingir fortemente a expressão cultural e literária em certas áreas geográficas de um país”.

A definição de Língua Regional retoma a de Língua Geral. Note-se que: língua regional: a língua geral tende a se carregar... resultando nos *falares regionais...*, caracteriza uma circularidade entre designações e definição; por essa circularidade se redistribui, através dos termos *falares* e *tonalidades*, os sentidos de *fallado* e *peculiar* mobilizado em *brasileirismo*. Há, por isso, entre as designações *língua geral*, *língua regional* e *brasileirismo*, uma relação de continuidade e recobrimento.

A remissão contínua e circular entre as designações e o conseqüente recobrimento dos processos que as significam se apresentam, de acordo com o corpus analisado, como recurso reincidente na análise dos processos de diferenciação das línguas. Estruturante do funcionamento das designações, este recurso faz com que estas adquiram uma espessura histórica que naturaliza oposições entre línguas e nas línguas. As designações darão visibilidade a alguns traços, apagando outros. Regulam assim o movimento de sentidos de cada uma das línguas entre si, e delas com o Português língua oficial do Brasil e o de Portugal. É no meio desse jogo de delimitação de traços de língua delimitados pelo já-dito que se estrutura a relação particular do específico da língua brasileira com o Português de Portugal, cujos sentidos se expandem para as relações internas às línguas no Brasil, aos processos de sua diferenciação. Os mecanismos fundantes dessa regulação serão abordados em detalhes na próxima parte.

Antes, proponho considerar um pouco mais em detalhes o fato da relação de continuidade e recobrimento entre as designações, em seu conjunto. Esse fato as expõe a uma série de questões: um regionalismo se estabelece em relação a um geral ou a um outro regional? É um falar? Há regionalismos cultos? No duplo processo de significação que marca a enunciação do próprio/não próprio da língua brasileira – falo da relação com o Português de Portugal e da relação entre diferentes línguas como tenho aqui mostrado -, qual rege a determinação de um regionalismo? É possível definir-se por um deles ou a determinação do que vem a ser regionalismo trará à tona sempre os dois? E se aceita-se que os sentidos de um regionalismo ou de um brasileiro não se estabelecem senão na

provisoriamente de uma *relação*, podendo ela se dar entre pontos diferentes a cada vez, que conseqüências isso produz na estruturação do campo do saber lingüístico quando se os toma como categorias analíticas e descritivas? E de modo mais geral, que interferências se produzem entre estas categorias e o problema específico sobre o qual a lingüística historicamente se dobra, a saber, *o próprio* da língua?

Campo de questões instigante. Que não é, contudo, novo.

De um ou outro modo, tais questionamentos fazem parte do campo dos estudos lingüísticos, reenviando à divisão mais ou menos estabilizada entre os trabalhos que priorizam na língua os fatos que a marcam em seus processos de diferenciação, aos quais se articulam as designações que analiso, e aqueles que, retirando da língua esses fatos, procuram imputar-lhe uma escrita formalizada.

Cercando-se por considerações de ordem histórica, geográfica ou social, os estudos que tomam em conta os processos de diferenciação da língua atribuem às designações o destino principal de descrever a ligação desses processos com seus arredores. No entanto, em sua maior parte, esses estudos se deparam com uma série de fatos lingüísticos que problematiza a descrição, mostrando que o histórico, o geográfico e o social não são passíveis de serem apartados; quase sempre se remontam um sobre o outro, como se pode entrever nas análises propostas.

Se no interior desses estudos, tais questões não cessam de comparecer, as soluções propostas permanecem, de meu ponto de vista, como falsas soluções, porque não deslocam o pressuposto de se atingir uma unidade de língua única e unívoca.

Face aos entraves descritivos, a problemática é reconduzida ao campo da metodologia. A análise passa a se ancorar na busca por uma suposta objetividade científica das designações desembocando em uma série de reinvenções teórico-metodológicas a ser, a cada vez, abarcada, modalizada.

O estudo de Celso Cunha (1987) *Em torno do conceito de brasileirismo* é nesse ponto esclarecedor. Tomando criticamente a proposta de análise desenvolvida por Ambrósio Rabanales¹¹, Cunha agrupa as definições de *brasilismo* conforme o critério seletivo adotado por cada autor para estabelecer a diferença específica.

¹¹ Em seu estudo sobre as definições de *americanismos*, este autor as distribui em cinco grupos, conforme elas se baseiem a) no uso exclusivo do elemento lingüístico; b) na difusão geográfica; c) na difusão social; d) no critério da sinonímia e e) na origem antropológica.

Considerando cada grupo em sua especificidade, o autor mostra as diferentes maneiras em que “a definição aduzida encerra uma mescla de critérios” (idem, 05). Para o autor:

“A grande maioria dos estudiosos refere-se a *brasileirismos* sem a preocupação de definir o termo, mas, de um modo geral, percebe-se que a idéia contrastiva está subjacente ao tratamento que lhes dá. (...) Embora a especificidade seja o uso privativo, alguns nela incluem elementos característicos de outros critérios, em particular os de difusão geográfica, de origem e de conceitos típicos do Brasil” (idem: 07).

Enquanto condena a falta de cuidado nos estudos comparativos da língua portuguesa no Brasil e em Portugal que, segundo ele, não distinguem as diferenças de registro - entre o culto e o popular, por exemplo - Cunha salienta a polissemia de *brasileirismo*, propondo que, em vez de negar a existência ou eliminar o termo do campo da metalinguagem, se procure desfazer “a ambiguidade conceptual com respostas parciais e condicionadas à finalidade do estudo que se tem em mente: se sincrônico ou diacrônico, se sintópico ou diatópico, se sintrástico ou diastrático” (idem, 22).

Justamente, nem se pode negar a existência do termo, nem se pode eliminá-lo, e os caminhos que levam a desfazer os problemas de sua significação estão, de meu ponto de vista, longe de serem indicados por soluções metodológicas e reinvenções terminológicas.

Da busca pela consangüinidade entre as línguas proporcionada pelo método histórico-comparativo, passando pelo traçado das relações de vizinhança territorial visualizado pelo dialetológico até chegar às hierarquias sócio-comunicacionais (estilo, níveis de fala, prestígio, papel, atitude do falante, etc), se trabalha com o saber sobre a língua como se o impasse na determinação do vínculo entre “a” língua e o que nela varia se resolvesse no aperfeiçoamento do método e, com ele, na melhor especificação das noções e do campo da pesquisa. Tanto não é assim que o impasse permanece. E permanece porquê?

É preciso indagar, então, sobre o motivo dessa demanda.

No entremeio das demandas que se instalam no jogo próprio do próprio da língua – falo da cura da ferida narcísica, a que já fiz referência – e seguindo as dobras do questionamento sobre os processos de diferenciação da língua que organiza a linha

argumentativa deste trabalho, considero que o fato que nunca se completa, por isso insiste sobre o saber sobre a língua, possui uma dupla face: a necessidade de considerar a língua em seus modos de realização - para ser observável e analisável, a língua precisa, de algum modo, tornar-se realizável; a necessidade de instrumentalizar o sujeito no conhecimento de sua e de outras e diferentes línguas - a natureza pedagógica do saber lhe é constitutiva.

Estabelecer e estabilizar algum vínculo entre o realizável e o analisável, de um lado, e exercer a *função* de verter a prática de uma língua em saber sabível (inteligível, interpretável), de outro, constituem, portanto, os fundamentos dos estudos lingüísticos, qualquer que seja a metodologia que os investe. O impossível desse vínculo na constituição da língua como objeto da gramática e da lingüística e a completude de um saber a ser desde sempre cumprida são, como mostram, entre outros, Pêcheux e Milner, contemporâneos ao gozo específico que sua busca produz. O lugar do equívoco.

Não é então de se estranhar que, entre todos os “critérios” mobilizados nos textos analisados, o modo de realização da língua seja o único a se manter, independentemente do recorte cronológico e da filiação teórica do autor. Eles figuram o real da língua que se apresenta e escapa.

Essas observações, que serão na próxima parte aprofundadas, propõem, portanto, evitar uma leitura da problemática da continuidade e do recobrimento entre as designações como questão metodológica.

Minha principal objeção é que, circunscrita à metodologia, a reflexão lingüística tende a reduzir a materialidade da língua a um dado demonstrativo, no máximo explicativo, das evidências de processos de diferenciação sociais tomados como “exteriores” a ela (à língua) e que a estariam “enformando”. Pêcheux, no texto de 1977, mostra bem de que maneiras esse modo de trabalhar a língua, que ele localiza como sendo a tendência sociologista, acaba por denegar o político em si, já que traz para dentro dos estudos lingüísticos, reproduzindo-a, uma ordem de desigualdade que se estabelece no domínio da ideologia capitalista e burguesa. De acordo com o autor, se a tendência lógico-formalista nega o político falando de outra coisa, por exemplo, de “idéias puras”, o sociologismo o incorpora, falando dele nele, quer dizer, retoma, sem questionamento, as formas de

produção do capitalismo burguês com suas des-igualdades falando de diferenças de níveis, pretendendo assim estar contribuindo para resolvê-las.

Como quer que seja, escapa a estas tendências e suas derivadas uma compreensão das condições históricas que determinam a emergência de um campo de saber e que se situam na ordem mesma da forma (terminologia, posição do cientista) do conhecimento produzido, no caso, o conhecimento das línguas.

Se se considera a interferência dos dois processos de significação antes apontados - processos que trabalham simultaneamente um duplo direcionamento para os sentidos pretendidos em cada designação: ora em direção externa em vistas do Português de Portugal; ora internamente, face às demais línguas praticadas no Brasil - vê-se que a dimensão que problematiza o valor descritivo e explicativo das designações não se situa somente na inadequação ou na confusão da orientação metodológica. Nela está implicada a possibilidade de se tomar uma posição frente a tais processos, em seu intrincamento. Isso afeta o sujeito que pratica a língua, e afeta também, sobretudo, a posição desse sujeito no discurso do saber sobre a língua, na produção de suas análises, suas conclusões. Esse é o viés da questão que me interessa investigar.

Dessa perspectiva, em vez de reproduzir as críticas sobre a validade ou não de uma designação, estarei perguntando nas próximas partes sobre os motivos que fazem com que nenhuma das críticas metodológicas até então produzidas tenha impulsionado uma modificação estruturante no modo de tratamento das questões emergentes no campo de estudos das mudanças lingüísticas. Ou dito de outro modo, pergunto porque, apesar das críticas, essas designações e suas definições continuam a se presentificar nas discussões sobre a língua: que motivos sustentam essa recorrência¹²?

Tocar nessas questões me conduz a um percurso de reflexão sobre o problema da designação da língua no Brasil, em sua diversidade, que o toma não pelo viés de uma crítica metodológica, mas por sua inserção no processo de estruturação de um conhecimento sobre a língua no Brasil que deve, desde sempre, explicitar na diferença a relação com a língua de além-mar. Com isso quero dizer que, de fato, se pode interpretar a indistinção que marca o

¹² A retomada crítica de C. Cunha dos estudos sobre os *brasileirismos* em função dos critérios propostos por Rabanales indica a abrangência desta perspectiva de trabalho no desenrolar da discussão sobre a língua no Brasil e em toda a América Latina. A atuação prestigiosa do Instituto Caro y Cuervo é também demonstrativa desse fato. Este estudo, embora não trate dos problemas de metodologia, se propõe a entrar no debate problematizando os pressupostos desse campo de estudo.

funcionamento das designações nos textos analisados como implicando questões de acuro metodológico. Diria que há ideologicamente uma injunção a essa interpretação (Orlandi, 1990). No entanto, mostrei que há regularidades enunciativas que engendram tal funcionamento e que, em grande medida, o condicionam. A compreensão dessas regularidades deve deslocar alguns gestos interpretativos predominantes nos discursos do e sobre o conhecimento lingüístico produzido no Brasil. Isso é o que procuro compreender a seguir.

III

O DIVERSO COMO OUTRO, O UM COMO CENTRO

- Recobrimento e continuidade entre as designações vinculados a uma dupla interpretação dos processos de diferenciação da língua no Brasil, na análise I;
- Figuração de discursividades – *repetição continuada* e *alternância dispersiva* – que se entrecruzam e sustentam o funcionamento das designações e suas definições em termos de modalidades da língua, na análise II.

Estas são, em síntese, as duas formas pelas quais se apresentam, nos textos analisados, as relações históricas entre as designações dos processos de diferenciação da língua portuguesa.

Ao longo das análises, fiz intervir considerações que problematizam a possibilidade de um esclarecimento metodológico para os fatos analisados, e isso independentemente de serem tomados no domínio da gramática normativa ou da lingüística sociológica ou dialetal. Aprofundando a reflexão, sigo na busca por compreender as reincidências das problemáticas que povoam esse discurso sobre a língua e como discursivamente se sustentam. Entre as vias possíveis para essa reflexão, explorei duas de suas dobras:

1) O vínculo entre aquilo que difere e que faz *um*: no discurso do saber sobre a língua, esse vínculo se marca como necessidade de *unidade* - uma unidade para a língua e para o sujeito - sobre a qual as teorias se erigem. A relação com o diverso se historiciza em formas discriminadas do não-um, derivando ora para uma alteridade local e localizável (empírica), ora para uma alteridade infinita (abstrata e onipresente). Por meio destas formas se almeja significar o real da língua, cancelando as múltiplas rupturas dos atos falhos, das interferências metafóricas e dos deslocamentos parafrásticos que, entre outros fatos, fazem da língua um tecido simbólico, instância de subjetivação, espaço de memória e filiação.

2) A injunção a uma expansão do domínio do saber lingüístico comandada pelo imaginário de uma ciência positivamente implantada e valorada. Os pontos dessa injunção que aqui interessam são aqueles que podemos acompanhar através dos gestos de interpretação (Orlandi, 1996) que tomam em conta a produção do conhecimento no Brasil e a organizam, planificam e hierarquizam no apagamento da historicidade do saber. Sigo no entremeio dessas dobras.

Adianto que, mais uma vez, proponho uma leitura que se move ora no interior dos textos analisados, visando a explicitar os sentidos de língua que mobilizam, ora em seus arredores, descobrindo outros sentidos que lhes servem de âncora, que são mantidos ou que são alijados como um impossível do discurso do saber sobre a língua, habitando a zona do proibido da língua, como diz Pêcheux, ao que retorno mais adiante.

1. Embates que vêm de longe: o real da língua e suas fronteiras

Fazer saber e valer as fronteiras entre uma língua e outra ou entre as variantes de uma língua coloca sempre em questão o que é possível entender como sendo *uma* língua. Esse é de fato, conforme tenho apontado, o impasse teórico-histórico que se restabelece pelo funcionamento das designações aqui abordadas. Impasse que, através das palavras de Pêcheux, antes anunciei neste texto como sendo o que se dá em torno do próprio da língua.

Através de escolas, teorias e problemáticas que marcam a história da lingüística, nas recorrências que a constituem seja pela organização que impõem ao trabalho, seja pelo regime de funcionamento científico que determinam, se reapresentam, conforme Pêcheux (idem), antigos debates em torno de distintos modos de compreensão filosófica e epistemológica dos fenômenos da linguagem. Para este autor, o retorno ao próprio da língua determina a própria configuração do campo de estudos lingüísticos e de suas controvérsias internas.

Tomando para análise o debate entre o aristotelismo (para quem o laço entre palavras e coisas resulta de uma convenção) e o estoicismo (que vê na linguagem uma atividade que reflete uma adaptação harmônica do homem à natureza), o autor desnuda a série de oposições que será desde então re-composta: natureza/convenção > empiricismo/racionalismo; anomalia/analogia > historicismo/formalismo > sociologismo/

logicismo. A disjunção que se repõe, segundo o autor, é a de encontrar na língua “uma ordem própria, imanente à estrutura de seus efeitos” ou nela localizar “uma ordem exterior” (1981: 27)¹.

Vindo, assim, de tão longe, esse retorno fornece um primeiro parâmetro para discutirmos o próprio da língua portuguesa no Brasil tal como ele se projeta nos interstícios de efeitos teóricos e históricos.

Cena I: Língua una e diversa: “em que uma língua é ela mesma?”²

Se tomamos a emergência e o funcionamento das designações nessa disjunção, compreendemos, inicialmente, que nelas se perfaz o jogo de separar um interior da língua (a língua, em sua unidade), de um seu exterior (o diverso). A unidade ficaria como efeito precípua da normatização. No entanto, o debate que se explicita nos textos analisados e em seu entorno deixa entrever, e isso para além das soluções metodológicas, um confronto sobre os sentidos de língua que não cessa de reaparecer e que só tem se resolvido ao custo de uma “cegueira” dos estudos lingüísticos (Pêcheux & Gadet:1984) produzidos até então. No ensejo de se falar de diversidade lingüística, exclui-se a possibilidade de significação do *real* da diferenciação.

Para compreender de que maneiras a constituição de um próprio da língua como objeto de saber pela gramática/lingüística implica uma “cegueira” daquilo que, do Real, lhe escapa, e para mostrar como dela se nutrem os impasses e os deslizamentos que fui

¹ De modo sucinto, temos, de acordo com os autores: a) Na tendência logicismo/formalismo, a questão da natureza/convenção deriva para os universais da língua, que são enunciados a partir de leis (é o caso da Gramática Gerativa, já apontados). A mudança (ou diferenciações) observada na língua conduz à formulação de uma teoria gramatical baseada na caracterização do real da língua em sua estrutura própria, e essa caracterização é tomada para sustentar uma autonomia da lingüística face às demais disciplinas. b) Na tendência historicismo/sociologismo, no lugar dos universais encontra-se a dispersão e a alteridade da língua no espaço e no tempo. A mudança (ou diferenciações) é tomada a partir de concretos lingüísticos, conduzindo a uma descrição dos dados a partir daquilo que, “de fora”, os determina; de onde se requer a abertura da lingüística à interdisciplinaridade. No meio dessas duas tendências, se definem posições que contraditoriamente se estruturam em uma, demandando elementos de outras, nas quais os autores alinham algumas correntes das décadas de 70 e 80 entre elas: teorias da comunicação (Bloomfield) e da enunciação, funcionalismo, a sociolingüística de Labov, as semânticas gerativas, interpretativas, etc.

² Questão formulada por H. P. Fortes em suas discussões sobre a língua brasileira (1945), que será retomada mais adiante.

localizando em torno da questão da língua portuguesa no Brasil, detenho-me mais demoradamente sobre a problemática do real da língua.

O Real não se confunde, conforme Pêcheux & Gadet (idem), com a realidade empírica em sua positividade, nem com projeções hipotéticas de estruturas “profundas”, estando intrinsecamente ligado ao impossível lingüístico de que fala Milner, em suas considerações sobre a Lalangue. Mas esse impossível, diferentemente do modo como significa na tese defendida por Milner, não fica excluído da reflexão lingüística, configurando um espaço equívoco, afetado pelo Real da História. O equívoco, esclarecem, “aparece como o ponto em que o impossível (lingüístico) chega a se unir com a contradição (histórica); o ponto em que a língua toca a história” (idem: 63).

Trago para cá algumas formulações destes autores querendo dar alguma visibilidade aos sentidos de impossível e equívoco.

1º Ato: Lalangue: o Impossível da língua

Milner propõe compreender a língua, tal como ela advém objeto da lingüística, a partir de sua articulação com a lógica da in-junção do Real, do Simbólico e do Imaginário, injunção que Lacan elabora através da noção de *significante*³ para compreender os processos de estruturação do inconsciente e de subjetivação do sujeito.

Melhor explicando, nas palavras de Milner:

“Há três suposições. A primeira, ou antes, uma delas, pois já é demasiado colocá-las em uma ordem, por mais arbitrária que seja, é que Há (il y a): proposição tética que não tem contida a não ser sua posição mesma - um gesto que corta, sem o qual nada há. Nós a nomearemos real ou R. Uma outra suposição, dita simbólica ou S, é que há a lalangue (Il y a de lalangue), suposição sem a qual nada, e singularmente nenhuma proposição, se poderia dizer. Uma outra suposição enfim é que há o

³ De acordo com Lacan, sem escapar da ordem de *uma relação* - “relação fundamental, aquela que defini como sendo a de um significante com outro significante. Donde resulta a emergência disso que chamamos sujeito (Seminário, livro 17:11)” - um significante jamais se significa por si. Retomando Saussure, o autor escreve que um significante “não pode ser definido senão como não sendo o que são os outros significantes (Lacan, 1961, seminário 6/12. Apud Souza, 1994, V). Por essa definição “negativa”, Lacan designa ao significante o caráter de *pura diferença*, o que implica concebê-lo como absolutamente múltiplo e inconsistente.

semelhante (il y a du semblable), onde se institui tudo o que faz relação: é o imaginário ou I' (1983:7).

Nas múltiplas articulações à língua, Milner (idem) trata cada uma dessas dimensões como: o Há absoluto do real, da esfera da existência, postulado em 1; o Há Um simbólico, instalado pela possibilidade de se discernir um traço qualquer, sem relação a qualquer propriedade disjuntiva, formulado em 2; o Há Um Mesmo em 3, imaginário vinculado às atribuições de propriedades ao traço discernido no simbólico.

Essas diferentes proposições se pressupõem, segundo Milner, reciprocamente, ao ponto de podermos, a partir de cada uma delas, reconstituir as outras. Elas não se ordenam, mas se implicam em relações circulares e especulares sem jamais se reduzirem uma à outra.

Colocando-as uma em relação à outra, Milner desdobra sua análise sobre a língua considerando que o seu Real é a Lalangue. De acordo com Milner, a lalangue tem a espessura do nó que liga o real, o simbólico e o imaginário: apresenta-se sob a demanda específica de fazer UM (simbólico, do significante) na costura impossível do real e se encarna, na linguagem, na figura da associação. Ou seja, na lalangue está concernido todo gesto que consiste em parear duas existências e descrever sua ligação. É a instância de possibilidade para que um nome se instale.

“É que o empreendimento de nomear não se autoriza a não ser da lalangue e que esta é tomada pelo nó. (...) Veremos efetivamente que a pura asserção “há”, destinada a dizer o real, não deixa jamais de ser tomada imediatamente nos fios de S e de I. É suficiente que, de sua proferição nua, se construa o significante que a faz una e a discirna: desse fato se constitui o que é totalmente outra coisa que a pulverulência e a fratura indefinida de R” (1983: 18).

Se divisão e discernimento caracterizam o Simbólico, o faz na medida em que aquilo que emerge como traço significado (o Significante) requer o espaçamento entre esse traço e qualquer outro. Cada nomeação, ao fazer uma associação, se abre indefinidamente para o não-idêntico a ela mesma, reinstalando a cada vez dimensões desdobradas de um seu real, um simbólico e um imaginário.

Isso significa que a língua se estrutura, conforme Milner, pela emergência mesma de um Significante, um traço que se simboliza na diferença radical com aquilo que o

instaura, e se significa numa rede de semelhanças que o imaginário organiza e aproxima. A língua realiza-se, desse modo, como partição, o que implica, conforme Milner, que tudo não se pode dizer (1978:28). “Impossível de dizer, impossível de não dizer de determinada maneira” é, para Milner, função da *lalange*. E sua figuração é a do real da língua como um impossível que lhe é próprio.

Mas que *tudo* não se pode dizer? E não se pode dizer *porque*? Retomo de modo sucinto algumas indicações de Milner.

Milner nos diz que a proferição em si recobre a zona do *há* do real de modo que, qualquer que seja, ela interditará outros dizeres. Por isso, o tudo não coincide jamais com o todo (que imaginariamente se simboliza) da língua. Vemos então que designar um traço-região da língua portuguesa como sendo *regional* é um gesto partitivo, no sentido de recobrir simbolicamente um real de língua que é disperso (que é fluxo e se diferencia inelutavelmente) e significá-lo numa relação imaginária com *seus mesmos*: o popular, o provinciano, o da conversa, etc.

E o *tudo* não se pode dizer porque, segundo Milner, o que é acessível ao sujeito (inclusive como conhecimento) está na zona dos discernimentos possíveis, no espaço do que se simboliza, enquanto que tudo aquilo que do real a sustenta, permanece inacessível, porque é o que se recobre pela proferição em si. O *Há* e o *Isso* que não fazem síntese nem antítese (Milner, 1983), pulverização que desencadeia justamente a necessidade de discernir, assim se pode dizer o Real. Por sobre ele, todo discernimento será já tomado no fio do Simbólico e do Imaginário.

Suportando o real da *lalange*, a língua tomada pela lingüística se descobre em e como *objeto de desejo*, objeto para sempre perdido (a falta estruturante de um significante). A partir disso, Milner indica as determinações tanto na forma pela qual os estudos lingüísticos tomam a língua como objeto, quanto pelos modos em que o lingüista e o gramático nela se envolvem em seu desejo.

A gramática e a lingüística se caracterizam como práticas de construção de uma representação das cadeias de associação – daquilo que é possível combinar. É assim que, nestas práticas, o próprio da língua fica reduzido ao representável dessa cadeia. A representação das regras gramaticais se modifica na medida em que a lingüística lhe confere uma escritura simbólica abstrata (estrutura de sistema de signos de valores) e a

coloca na órbita da ciência (Milner, idem). O que a excede fica excluído. E como tal, inacessível.

Quanto ao trabalho de assim pensar a língua, o autor afirma:

“... na duração repetitiva construída pela simetria das regras e paradigmas, se destaca o instante do sentido, que a regra significa e simultaneamente apaga. Neste instante singular, não é mais o lingüista quem sabe, mas a *lalangue* que sabe por ele; pois tal é a verdade de sua competência: não o domínio, mas o assujeitamento e a descoberta de que *lalangue* sabe” (idem:128).

Lingüística falha e sujeito desejanter desembocam, assim, na constituição de distintos laços (éticos?) que promete suturar o impossível de um saber destinado a desconhecer-se. Impossível da língua em cuja compreensão Milner investe, ele também, seu desejo, desconhecendo-o, portanto⁴.

Mas justamente, dirá Pêcheux, os mesmos que se “juntam”, que se associam, ou os diferentes que se combinam, não são quaisquer uns. Nem o desejo, na história da lingüística, se elabora de qualquer maneira⁵.

2º Ato: Impossível, História, Equívoco

Para Pêcheux, o impossível da língua que a *lalangue* suporta não permanece excluído, a não ser que se retire a língua da relação com a história. Ou que não se considere

⁴ Falo do investimento do sujeito como sujeito de desejo, que nos submete a todos.

⁵ A posição e o “objeto” engajados por Pêcheux e Milner constituem diferentes problemáticas. Eles se tocam, de fato. Muito da discussão de Milner em *Les Noms Indistincts*, que aparece em 1983, traz à tona uma tomada de posição face à crítica de Pêcheux e Gadet ao *Amor da Língua (1978)*, crítica publicada em 1981 em *La Langue Introuvable* (sendo que este livro - na medida em que sustenta uma tese materialista da língua, ancorada na noção de discurso - é ele também, de certo modo, uma resposta à tese de Milner sobre o real da língua como impossível). Vale notar, especialmente, a relação entre a segunda parte deste último livro: “Pertencemos a una Generación que há matado a sus Poetas” com a desenvolvida por Milner em 1983: “Une Génération qui s’est gaspillée elle-même”. No entanto, a deriva das formulações em torno de um “populismo de urgência” de Pêcheux (1978) - que toca na divisão do político nas práticas de conhecimento - para as de um “criticismo de urgência” de Milner (idem) - que sublinha a ética da ciência *versus* uma ética da verdade enquanto “dilema” tecido nos modos de investimento do sujeito em suas práticas de conhecimento - assinala a diferença das preocupações que os investe. Por isso, se uma noção aparece num e noutro, não será de fato de uma mesma noção que se trata. Ao colocar suas considerações lado a lado pensei apenas em me fazer compreender na discussão que aqui faço sobre os processos de diferenciação com sendo o real da língua.

que o Real da História⁶ afeta a língua, fato que se mostra na medida em que o impossível lingüístico coincide muitas vezes com a zona do proibido:

“Para os que asseguram que a língua está ligada à existência de uma ordem própria, o real da língua reside em tudo o que nela é Uno, no que a afiança dentro do Mesmo e do Idêntico e que a opõe a tudo o que de dentro da linguagem cai fora dela, a esse inferno que os antigos denominavam com o termo de “barbarismo”: o campo do proibido da linguagem permanece assim estruturalmente produzido pela língua, emana de seu interior. O barbarismo constitui a designação arcaica, ao mesmo tempo lingüística e política, do exterior da língua. E é sintoma, por sua relação com o nada, da primeira apreensão do impossível. Por este ângulo é que se começa a se constituir uma reflexão gramatical autônoma” (Pêcheux, 1984:27-28).

Reconhecer a divisão do que entra no tecido da língua e fica dele excluído – e que se realiza nos múltiplos modos de se instituir limites para o agramatical, o absurdo e a loucura - constitui, de acordo com Pêcheux (1978), o real próprio da lingüística. Contrair relações extra-lingüísticas com outras ciências do homem como a sociologia ou a psicologia ou então encerrar a língua na trama binária da lógica do cálculo do sentido ou das conexões inatas ao cérebro são, como diz o autor, modos históricos da ciência da linguagem lidar com o exterior que a constitui. Questionar os paradoxos e absurdos da língua ou então estancá-la dentro de certezas lógicas se apresentam, segundo ele, como formas históricas de uma contradição que atravessa a lingüística, às quais vinculam-se ao jogo entre a língua estável do direito e da política administrativa e a língua volátil da propaganda e da publicidade.

Se o real da história demanda sentido e a *lalangue* encarna o *um* simbólico da língua, sendo o seu real, sua articulação é, por tudo isso, espaço equívoco: lugar da falha, possibilidade de todo dizer vir a ser outro. É por isso que se pode dizer que o real, sendo inapreensível, segue produzindo seus efeitos, gerando novas impressões de sentidos e suas eternas retomadas. Ele “demarca” o próprio da língua, sua constituição como objeto e seu “impossível próprio” no interior dos estudos lingüísticos. O impossível como real da língua não permanece, portanto, excluído da reflexão. Ele a engendra.

⁶ O Real da História se especifica, para Pêcheux, como categoria materialista que apreende o real como contradição, numa relação com o impossível: o real como o impossível que seja de outro modo (1984:32).

Resulta então que, entre um ponto de discernimento e outro, nas repetições que materializam um significante na língua, abre-se um espaço de deriva, de condensação e fuga de sentidos. Esse processo não fica retido na zona de um real impossível de ser significado, nem entretece as relações de dis-semelhanças imaginadas apenas sob a forma da poesia. Ele é, mais propriamente, o próprio da língua: não como um impossível impossível, mas como um equívoco eternamente significado. Não resta nenhuma relação de sentido a ser atribuída por um mecanismo referencial qualquer exterior à língua e seus múltiplos e incontidos deslizamentos. A metáfora é fundante.

No campo dos estudos da língua, pensar o equívoco como constitutivo supõe principalmente construir uma posição no meio, de entremeio, fazendo com que a ideologia como evidência instrumentalize a leitura, para ver que: escapando ao espaço do repetível próprio da língua (porque configura seu impossível), o real da língua não deixa jamais de se pôr no contraverso do dito, solicitando sua infinita abertura, e de assim transtornar o tecido da pesquisa lingüística, incubando nele toda espécie de resíduo. Do ponto de vista do discurso, essa é a possibilidade para que os sentidos se realizem sem se conterem nem se esgotarem um no outro. Como afirma Orlandi, essa abertura é a respiração da língua. É o ponto pelo qual se pode pensar a incompletude e a indistinção como constitutivas da língua. E o silêncio como matéria significante (1992).

E pensar com esses conceitos significa, do ponto de vista da história das idéias, desalojar a primazia de um completo e de um centro como fato dado por si, inalienável aos sistemas de pensamento, naturalmente. E com isso, pôr em discussão a organização de sentidos que se realiza nas diferentes práticas de pensar, aí considerados os sujeitos.

Considerar o discurso do saber sobre a língua no Brasil e nele localizar seus limites e paradoxos significa, portanto, também pensar de que modos esses limites vão sendo significados. A partir da análise que tenho proposto, o próprio da língua é afetado pela história e é dessa historicidade que se nutrem os modelos de análise lingüísticos.

E isso nos conduz de volta à materialidade do conhecimento e da posição do sujeito que se historiciza pelos modos de tomar o real da diferenciação da língua como campo de reflexão.

Da perspectiva discursiva, o discurso do saber sobre a língua se constrói em redes de memória, definindo por isso uma materialidade do conhecimento na qual os objetos de

saber e a-saber se engendram, se fixam e circulam. Objetos que são, também e ao mesmo tempo, objetivados pela crítica do conhecimento, ou seja, pelo discurso do saber sobre o saber. Na construção de um imaginário de língua e de sujeito únicos e unívocos, historicamente determinados por funcionamentos ideológicos específicos, na definição de um sentido, na circunscrição de uma autoria e na conformação de processos de institucionalização das práticas de produção do saber, os sentidos vão se articulando por paráfrases, metáforas, indistinções. Essas articulações são elas mesmas os modos políticos de se trabalhar a deriva dos sentidos na produção do saber, de ordená-los fazendo-os funcionar na evidência de si mesmos.

O próprio da língua, ou seja, o real da *lanlange*, não escapa, de meu ponto de vista, dessas relações.

Cena 2: O real das designações da língua

O conhecimento que temos dos fatos das línguas, designados como tais pelas múltiplas formas que os definem, não escapa ao real próprio da lingüística, nem ao real da História.

As designações dos processos de diferenciação da língua, em sua emergência, realizam e organizam a “realidade”. E isso faz com que sobre elas incida uma demanda de “refletir essa realidade”. No entanto, sua emergência é aquela do possível do dizer. Quer dizer, o nome acontece como um nome possível e não outro, na relação com os discursos disponíveis (Orlandi, 1999). Se consideramos as dimensões do real, do simbólico e do imaginário, as designações dos processos de diferenciação da língua amarram o princípio da dispersão do real e o remetem a generalizações imaginárias coletivas. Essas generalizações, por sua vez, se sustentam na medida em que atualizam uma memória que é interdiscursiva.

Situar e compreender o *vário* e sua novidade em uma língua no modo em que se representa nos textos que analisei requer, por tudo o que disse, que tomemos em conta o batimento entre o estabilizado pela relação ao já dito, ao significado - o conhecimento se instalará como tal e se significará sempre por relação a uma língua histórica particular e em relação a um modo de conhecimento particular; ele reporta à memória do dizer implicando

reconhecimento - e o inesperado que, resultando da insistência do real, requer simbolização – o inaudito é também o porvir do sentido.

Posto essa imbricação, importa, para dar continuidade a este meu texto, deixar assentadas duas elaborações que sintetizam a compreensão que vou construindo dos fatos que analiso:

O primeiro é que a construção de uma designação e de seus sentidos (ou suas definições) assenta-se na historicidade do conhecimento, ou seja, naquilo que pela relação com a história e a ideologia se repete, se generaliza e se naturaliza. É isso que faz com que compareçam na história, em aparência, despregados de todo lugar de enunciação. Revestem-se, pode-se dizer, de “propriedades” que se apresentam como produzidas do lugar das circunstâncias e conjunturas da realidade, como diz Milner (idem:122), fora de toda relação com os sujeitos. Naturalmente. Um saber sem sujeito.

Decorre daí a natureza quase que “aplicativa” de nomes como *regionalismos*, *brasileirismos*, *regional*, *culto*, *etc*, garantindo que digam o diverso e ao mesmo tempo aplainem as contradições desse dizer e que conduzem à indistinção, aos recobrimentos, às continuidades, como mostrei.

O segundo, decorrente do primeiro, diz respeito aos mecanismos de sustentação do discurso do saber sobre a língua que incide sobre o real da diferenciação, pensados no jogo entre a historicidade do conhecimento e a função de autoria. Aqui teremos um paradoxo:

Por um lado, é possível ver se instalando uma autoria que se autoriza pelo próprio conhecimento, sendo que este absorveu já as contradições e delas se alimenta, (isso explica porque os textos de descrição normativa da língua continuaram a reproduzir, ainda que sob novas modalidades, o mesmo impasse). Por outro, e ao mesmo tempo uma autoria que, por esse mesmo mecanismo, fica desautorizada. Ou seja, deixará de responder pelas contradições de seu dizer no nível político da discussão teórica.

Mas se estes dois pontos assentam provisoriamente uma leitura, eles propõem novos pontos de abertura. Afinal, que processos de significação estão funcionando (são simbolizados/significados) nessa relação do sujeito com o saber sobre a língua que sustenta essa contradição no discurso e suas in-soluções? O que se passa entre língua e sujeito, na língua do sujeito e no sujeito da língua, para que assim (se) proceda?

Retrocedo um pouco, e ainda, para poder atingir uma resposta possível para estas questões.

Se se considera que a materialidade de uma dada língua deriva da historicidade dos sentidos e suas formas, deve-se considerar que o diferente e o *vário* se tornam visíveis no momento em que entram em relação aos sentidos materializados e estabilizados pela história dessa língua, com todo o aparato que os sustenta. De modo específico, eles se mostram como tais na medida em que tocam as fronteiras de uma dita língua face à outra estrangeira⁷ ou quando tocam as fronteiras internas imaginárias de uma língua (língua materna, por exemplo), sendo nela tomadas numa relação de alternância e variação.

A partir das análises aqui desenvolvidas, notarei, sobre esse ponto, de maneira geral, que a questão da unidade da língua no Brasil, tensionada por sua inscrição e deslocamento nos espaços da teoria e da norma, se articula no cruzamento de dois eixos (próprios a Estados nacionais e ocidentais) de estabilização e distribuição de sentidos:

Um eixo de base predominantemente política (administrativa e jurídica): a discriminação da unidade da língua e do que nela varia se funda nas múltiplas formas de oficialização das práticas lingüísticas sustentadas em aparatos institucionais regulados por leis e que sustentam o Estado. As noções de Língua Nacional e Língua Oficial recobrem e incorporam essa unidade. As regras e regulamentações que, em formato de códigos e manuais, estruturam os espaços discursivos do Direito e da Pedagogia dão visibilidade às fronteiras entre o dentro da língua e o seu fora. O que na língua varia se torna visível na medida em que toca essas fronteiras.

Um eixo de base predominantemente teórica: o pressuposto básico é tomar a língua como objeto e que, como tal, porta algo próprio. A sustentação e estabilização dos sentidos do *vário* e do diverso são dados pela historicidade do conhecimento, pelo modo como imaginariamente as metalinguagens objetivam o objeto, funcionam e passam a reter uma certa autonomia face às práticas de linguagem. Nesse circuito, enquanto a idéia de unidade da língua vigora sobre a representação das regularidades, ela não aparecerá jamais fora de sistemas de valores que qualificam seu funcionamento, que o organizam e o ordenam

⁷ A idéia de língua estrangeira é contemporânea à de língua nacional/oficial e ambas se sustentam apenas pela relação com o Estado.

conforme escalas de uma hierarquia politicamente sustentada (civilizado-geral-regional-local).

Esse cruzamento de fronteiras supõe, portanto, que há sempre um imaginário de língua funcionando para que dela se aparte qualquer índice diferenciador, diferencial ou variante. No entanto, a comparação que conduz aos brasileirismos, ao regional, ao popular, ..., se executa sobre um *um* tido por natural, padrão, geral. É aí que a historicidade do saber se mostra, permitindo elos de comparação entre o que, no real, é disperso. O conhecimento tem, por isso, uma materialidade.

2. O *diverso* como *outro*, o *um* como *centro*: da não-coincidência da língua consigo mesma aos processos de alterização

As designações dos processos de diferenciação lingüística, como são aqui consideradas, realizam um corte no real da língua e assim o especificam, definem e objetivam como se outro não fosse a não ser aquele que por elas se designou.

Se os processos de diferenciação da língua são eles também o real da língua, então designá-los supõe um gesto de interpretação que, se fazendo pela língua, sobre ela retorna para significá-la. Ou seja, presentifica-se, nesse lugar específico da designação dos processos de diferenciação lingüísticos, o fato de ser a língua tomada como objeto de significação de si mesma, carregando uma relação incontida, de abertura eterna, com o real que a demanda. Ou, pode-se dizer, eles evidenciam um processo de não-coincidência⁸ da língua consigo mesma.

Dito de outro modo, os processos de diferenciação da língua, em suas diferentes manifestações, se realizam sob a forma de um retorno das materialidades dos sentidos sobre o tecido da língua. Isso supõe possibilidades infinitas de semelhança e discrepância entre o que segue e o que retorna, caracterizando uma não-coincidência da língua consigo mesma.

⁸ *Transfiro* para cá a idéia da não-coincidência nas enunciações de Authier-Revuz. Por meio desse conceito, a autora focaliza as inúmeras retomadas no fio do dizer, designando com isso, pelo dizer da falta, a falta que constitui o sujeito e "seu" dizer. A enunciação que não coincide nela e com ela mesma, com tudo que isso acarreta de reelaborações para as teorias do sujeito e da enunciação configura o objeto de investigação de Authier. Aqui, apenas marco essa dobra da língua sobre si mesma, inevitável em qualquer reflexão lingüística, e que diz respeito a sua propriedade de reflexividade de que fala Benveniste.

Mas se a emergência desses nomes torna visível uma não-coincidência da língua consigo mesma – ou, dito de outro modo, se qualquer que seja o modo de designar um traço de diferenciação da língua supõe essa não-coincidência, de modo que esta configura um fato intrínseco à tomada da língua como objeto de saber -, a questão é sobre como essa não-coincidência significa, na medida em que é engendrada pelos nomes. Em outras palavras, os modos de nomear essa não-coincidência são essencialmente os modos de fazê-la significar na história do conhecimento que sobre a língua se produz. É assim que eles prefiguram, de meu ponto de vista, uma materialidade específica por e no meio da qual os sujeitos, em sua função-autor, se engatam para (se) dizerem (sobre) o quê sabem.

Sigo desdobrando estas considerações, procurando explicitar como elas afetam o campo dos discursos aqui analisados.

Seja, por exemplo, um traço historicamente vinculado à língua portuguesa no Brasil: ao ser considerado como *popular* ou *regional*, é significado na semelhança/discrepância de uma língua portuguesa que aí se repõe na justa medida em que esse traço é tomado como não-coincidente, como variante (outro modo de dizer, outro sujeito, outra história) dessa uma língua.

Esse deslizamento, aparentemente inevitável do ponto de vista da formalização das análises das línguas, produz, no entanto, efeitos de sentidos que instauram e mantêm uma centralidade que afeta, no sentido da exclusão, do silenciamento, tudo o que não se assemelha. Efeitos constituídos historicamente.

Quer dizer: seja aquele mesmo traço da língua portuguesa no Brasil: ao ser considerado como *culto*, *padrão*, é significado como traço não-coincidente com essa uma língua (um dos modos de dizer): semelhante e discrepante, portanto. Porque histórico. Desse ponto de vista, seria apenas mais uma variante, equivalente a qualquer outra... (mas quem suportaria?). O diferencial que impede essa equivalência, independentemente de todo “discurso contra” (elitismo, preconceito, exclusão), é aquele de uma demanda (simbólica, de filiação) por sobre a qual se produz a *repetição continuada*. Este modo de enunciação, como antes descrevi, estabiliza os sentidos de *culto* para além daquilo que esta designação descreve. Constrói-se um sentido que está sempre já lá, ponto de partida e de chegada dos instrumentos lingüísticos e das políticas lingüísticas de toda sociedade ocidental. Ponto de *um* que, imaginariamente preenchido, une as línguas portuguesas do Brasil e de Portugal -

cuja equívocidade tenho insistentemente marcado ao longo desta tese. Esse *um* que está no centro (que une e unifica) não está nem em uma, nem em outra. Mas ele “existe” e continua produzindo-se, e produzindo seus efeitos.

Pensando o discurso sobre a língua que a toma em seus processos de diferenciação, parece ser possível considerar que, pelo confronto histórico - que é também continuidade e recobrimento - dos sentidos que são arregimentados pelas designações, o trabalho de descrição das línguas fica submetido a um processo de centralização.

A centralização do *um* caracterizará o jogo da delimitação dos traços das línguas e dos sujeitos, distribuindo e valorizando suas cartas (e caras). Ela se multiplica, simbolicamente, e atravessa os discursos sobre a língua portuguesa no Brasil. Esse fato se mostra tanto na configuração discursiva de uma repetição continuada do *culto*, *língua culta*, quanto no estabelecimento histórico de um direcionamento para as práticas lingüísticas e suas políticas rumo ao *mundo de língua civilizada*. Resulta que *culto* significa a história das línguas brasileiras independentemente de suas descrições.

Esse deslizamento impede, então, que se postule uma separação entre língua e exterioridade (sociedade), sobre a qual se pode pautar a análise dos processos de diferenciação da língua como indícios dos reflexos de uma sobre a outra. Quando se designa qualquer parte desses processos buscando simplesmente indicar esses reflexos, está-se suscetível a ficar sob o efeito das repetições e das práticas de interpretações conteudísticas.

Com isso quero dizer que, se consideramos as funções mais imediatas e observáveis das designações da língua em seus processos de diferenciação, torna-se possível inicialmente dizer que eles se prestam a pelo menos duas, simultâneas à colocação da língua como objeto de saber, e a-saber: são modos de captura da língua em sua forma social e historicamente realizada; são também, e inevitavelmente, modos de tomá-la no curso cotidiano dos sentidos permitindo que falemos dela e assim a coloquemos imaginariamente no limite da (mesma ou outra) língua falada pelo outro - outras regiões, ou país, ou história, ou escolaridade, ou etnia, ou outra forma qualquer pela qual se objetive a alteridade. É por esse viés que se sustentarão os discursos que promovem um trabalho de aquisição dessas funções através de um esclarecimento do sujeito (principalmente o sujeito-escolar) sobre as

múltiplas possibilidades que ele tem de “usar” a língua e compreender, “sem discriminação”, os “ab-usos” do outro.

No entanto, com a designação se introduz uma leitura, uma interpretação do real. Podemos dizer que a idéia de uma alteridade da qual não se escapa - a constitutiva (o Outro interdiscursivo, ou a alteridade infinita do Outro, como diz Rancière) - concerne a esse real, e que a designação a objetiva, a historiciza. A alteridade passa a ser con-figurada no tempo e no espaço, possuindo sentidos e corpos históricos. Se a língua é tomada nessa história, ela passa a ser uma outra dela mesma. Ela se alteriza.

Proponho marcar essa passagem do outro infinito, constitutivo, ao outro significado falando não mais de alteridade, mas de alterização, porque compreendo que em todos esses gestos não apenas se deixa indicada a relação um/outro, mas se a toma na história, significando-a politicamente no jogo das evidências subjetivas e ideológicas. A alterização significa, então, alteridade historicizada, simbolizada. Ela se materializa na língua nos muitos mecanismos discursivos que definem contornos para as línguas, os corpos, concernidos a diferentes práticas: administrativas, científicas, cotidianas.

De modo que me parece possível dizer: o diverso torna-se **diversidade** e passa a significar como **alteridade**. Com isso, o **um** do simbólico também muda seu parâmetro: a idéia de *um* necessário, instância de constituição do sujeito e do sentido face à exterioridade que os constitui, desliza em direção a um centro: **o um** cola-se a um “**mesmo**”, a um *igual* face ao qual **o outro é identificado**.

Embora suponha, a alterização não equivale aos sentidos que têm sido propostos para a alteridade, ou heterogeneidade. Não designa a instância em que o outro se mostra, marcadamente ou não, no funcionamento da linguagem, mas propõe situar e explicitar o processo discursivo que sustenta as formas históricas de seu aparecimento. De identificação de *um mesmo outro*.

O discurso sobre a língua atualizado no funcionamento das designações dos processos de diferenciação nos textos analisados marca, portanto, essa passagem. Quero com isso dizer que ele retém o diverso como diversidade. Simultaneamente, pela relação com a ideologia (a evidência), remete seus sentidos a uma alteridade estabilizada a partir de uma unidade central e centralizadora (*a língua portuguesa, o culto, a ciência*) que interpela

e submete o sujeito e seu saber como *outro* (e isso contraditoriamente, na aparência do “eu” penso, invento, descubro e de um “objeto” já lá). Falo, especificamente, de um processo de alterização que é geral, que se alimenta do diverso “incontrolável”, mas o significa em redes de sentidos estabilizadas. Alterização que é contemporânea à simbolização de tudo aquilo que permanece em vias de desagregação, mas que ao simbolizar, não o faz de qualquer modo.

Aqui é preciso marcar uma dupla relação de sentidos que intervém nessa minha formulação.

A primeira é que se a designação já é um corte no real e, se assim se configura como uma instância primária do *um* simbólico, é justamente por essa sua natureza simbólica, significativa, interseccionada pela dimensão do imaginário, que se instala a alterização. Pela relação com o interdiscurso ou pela relação com o inconsciente, o que temos é um nome significando, funcionando numa cadeia de sentidos ou sítios de significância, como diz Orlandi (1996). Por isso, alterarizar diz também respeito à inscrição dos sentidos em distintas formações discursivas. O dizer não significa de qualquer maneira, nem só da maneira que o sujeito pretende. No caso aqui analisado, o movimento que, em sintonia como a constituição dos Estados nacionais europeus, se alastra pelo mundo em busca das “outras” línguas fará destas objetos de comparação - aproximação, filiação ou exotismo - das línguas oficiais e estáveis dos Estados constituídos. Para os países colonizados, como o Brasil, essa comparação se reduplica pela relação de dominação política.

A segunda é que a alterização deve ser compreendida numa relação direta com os gestos de interpretação de que fala Orlandi (1996), marcando localmente um “lugar” de interpretação dos fatos que aqui analiso como significando um retorno da língua sobre a língua, a ser compreendido na relação com a função autor. Explico.

Do mesmo modo que atos simbólicos de intervenção no mundo, ou seja, aplausos, assobios, jogar uma bomba, etc. de que fala Pêcheux (1969), os gestos de interpretação, para Orlandi, também intervém no real do sentido. Eles surgem como tomadas de posição do sujeito face à historicidade dos sentidos.

“A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e

não é igualmente distribuída na formação social. O que a garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico de constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo)” (1996: 60).

Na função autor, Orlandi mostra que a interpretação se atualiza estando duplamente determinada: pela relação do sentido com o conjunto do dizível e do interpretável - a região do dizer definida a partir de condições históricas determinadas interdiscursivamente na qual intervém a relação com o Outro constitutivo; pela injunção a dizer o que faz sentido na situação discursiva em que se encontra, na qual intervém o *outro* leitor.

“A inscrição do dizer no repetível histórico (interdiscurso) é que traz para a questão do autor a relação com a interpretação, pois o sentido que não se historiciza é ininteligível, ininterpretável incompreensível (cf. Orlandi 1987). Isto nos leva a afirmar que a constituição do autor supõe a repetição, logo, como estamos procurando mostrar, a interpretação” (idem: 63).

A alterização significa, portanto, um gesto de interpretação pelo qual se estabiliza inicialmente *uma* interpretação, por sobre a qual o sujeito, em sua função-autor, trabalhará - ou seja, inscreverá seu dizer numa repetição histórica e ao mesmo tempo deslocará o sentido que (n)essa repetição (se) instaura -, constituído pelo Outro e pelo outro.

Articulados à alterização, os nomes ou designações que incidem sobre a língua, por mais que se pretenda, não mais descreverão uma ordem qualquer dos fatos da língua. A indicação das diversidades lingüísticas, que é colocada na origem desses nomes, significa e historiciza a alteridade. E com ela o estudioso da língua tem que *se haver*.

Por meio dessas formulações, evito reter minhas análises na constatação de que em todo enunciado está presente o discurso outro e na conseqüente indagação sobre as formas e os sentidos dessa presença. Também me afasto de uma posição que conduz a funcionalizar essas relações.

Alterizada a língua, o trabalho descritivo-normativo dos processos de diferenciação é dedicado a restabelecer uma sua coincidência. Como do ponto de vista do real da língua, isso não é possível, procede-se a toda uma série de colagens de procedimentos

observacionais e metodológicos visando a recriar o elo. Não sem que isso produza efeitos de sentidos distintos sobre as práticas de linguagem e seus sujeitos. Observo que:

Com a alterização se desencadeia um processo de significação das línguas que, em condições históricas como a nossa, deriva para uma prática de centralização dos sentidos, como antes mostrei. O diverso, brasileiro, popular, regional, em suas múltiplas realizações, funcionam imaginariamente no contraponto de um *culto padrão abstrato*. Significam, portanto, os *concretos lingüísticos*. Na medida em que os sentidos de *culto* estão determinados pela repetição continuada de si mesmo, ele é o ponto a ser preenchido, que é também aquele que falta.

Este é, de meu ponto de vista, um modo particular de funcionamento de uma partição entre o que se destina ao campo da ciência e o que não o é. Isso porque, desde que, V. Henry, no século XIX, anunciou o problema das descontinuidades⁹ resultando na separação entre substância e forma da língua, separação mais tarde retomada por Saussure, a abstração é corolário da formalização. Dela se nutre o imaginário de objetividade do saber e de funcionamento sistêmico do homem e do mundo. Aliás, *O concreto*, tão inevitável quanto onipresente – já que não se nega a história das línguas – organiza uma zona marginal de significações, cuja característica mais marcante é ser tomado como uma diferença a ser mantida na diferença através de múltiplos gestos interpretativos que a conduzem ao exótico e /ou ao cultural.

Mas a centralização, derivada desse processo lingüístico de alterização da língua, marginaliza também por outros meios. Ela sustenta a realização de alianças (associações, academias, clubes, grupos (dos 8)) entre os *mesmos históricos* que se apresentam como sendo “desde sempre, naturalmente, assim”. A alterização responde em parte por essa naturalização e pela conseqüente escalonagem de valores que divide sem separar

⁹ Auroux (1996) explica que os limites das e entre as línguas constituem célebre querela envolvendo lingüistas europeus em finais de 1800. A publicação, na época, de um grande estudo realizado por G. Ascoli sobre os dialetos falados na península itálica é questionada fortemente por P. Meyer, romanista francês. Diante da impossibilidade de se marcar fronteiras, Meyer conclui que um dialeto não é uma espécie natural, mas que sua identificação é convencional. Conforme Auroux (*idem*), Meyer enuncia o problema da antinomia continuidade/descontinuidade, que é retomada por V. Henry e a partir da qual este promove uma primeira distinção entre substância e convenção. Esta distinção será mais tarde adotada como solução por Saussure. Ao assumir a língua como único objeto da lingüística, Saussure o faz de modo refinado, adotando outras descontinuidades - diacronia/sincronia, língua/fala – por meio das quais estabelece uma leitura da língua como forma (por oposição à substância). A língua se torna um sistema de valores puros, coletivo, determinado sincronicamente, que não se confunde com as atividades linguageiras individuais (que são da ordem da fala).

(permitindo por isso uma intercambialidade a ser a cada vez manipulada) por exemplo: pesquisa e ensino, ciência e Estado, direito e administração, etc. Atribuídos e regulados no domínio político, essa divisão-junção se restabelece a cada vez, e por circuitos cruzados, nos diferentes domínios de produção, gestão e circulação do conhecimento. Mas aqui apenas anuncio essa dobra.

O corte interpretativo dado pelo nome é ele mesmo estruturante da compreensão e análise da língua. De onde é possível afirmar que, independentemente das intenções do autor, o conjunto de designações que analiso conduzem os sentidos do diverso ao espaço discursivo da diversidade, remetendo a uma alteridade da língua ao mesmo tempo empírica e onipresente.

O deslocamento próprio/não-próprio imprimido pelas designações que analiso, e no movimento mesmo que o suporta, implica a possibilidade de afirmar uma discriminação, no tecido da língua, entre aquilo que coincide e o que deixa de coincidir com essa mesma língua. Ao remeter ao fato de uma não-coincidência, atualiza-se discursivamente o encontro de línguas distintas, regrado-o. Retorno, assim, a esse deslocamento próprio/não-próprio a fim notar um duplo movimento de centralização e contenção de sentidos que sobre ele incide, tal como ele se apresentará nos textos analisados.

3. O Diverso como outro o um como centro: movimentos restritivos

3.1. O próprio da Língua no Brasil: o específico como restrito

Dizer a não-unidade como diversidade se marca nos textos analisados como um modo de significação para a língua portuguesa no Brasil parametrada ora pelo próprio específico como vício, ora pelo próprio específico como impróprio. Se a diferenciação é própria às línguas, as formas de investimento nos sentidos de *diferença* resultantes dos processos de alterização não são quaisquer umas. Os mecanismos enunciativos que sustentam o modo de aparecimento das designações, no caso os *brasileirismos*, indicam a direção: em meio a deriva, alimentado por ela, o sentido de *diferença* lingüística migra para um dado sentido de específico e afeta, restringindo, a movimentação dos saberes. Essa

restrição é de fato ideológica porque requer a inscrição do próprio da língua num circuito de língua civilizada ideal que só um retorno às “origens” seria capaz de garantir.

O movimento rumo a essa restrição fica indicado pelo fato de, historicamente, o sentido de universalização para a língua portuguesa, instalado com o discurso sobre os brasileirismos, regionalismos, coloquialismos, etc. comparecer colado ao imaginário da língua de Portugal, apagando a sua territorialização brasileira.

Tomando em conta as considerações precedentes, torna-se possível explicitar essa colagem como segue:

- O próprio significa o específico do português do Brasil construindo, por oposição, uma significação para o geral que estará ligada ao português de Portugal. Sendo esta a língua que primeiro se universalizou, o próprio do Brasil resta contido no sentido do específico, das particularidades.

- O próprio significa o português do Brasil como geral por oposição às particularidades das demais línguas aqui praticadas. Nessa relação, o próprio da língua brasileira remete a uma unidade imaginária residual, ou seja, o que resta quando se retiram justamente as marcas das línguas brasileiras. Derivando para um específico bárbaro, cacofônico, marginal, as marcas dessa relação com as outras línguas não compõem a idéia de unidade; esta persiste, contudo, colando-se à imaginária língua portuguesa de Portugal. Nessa colagem, o próprio do Brasil se dilui no universal da língua do outro.

Embora nessas afirmações pareçam ecoar mais fortemente argumentos que circulavam no tempo-espço do Brasil Colônia, os efeitos dessa restrição no desenrolar da história do conhecimento no Brasil redundam hoje na questão da posição de autoria do sujeito brasileiro, determinando historicamente sua relação com os sentidos postos em cena, ou à mesa, dependendo do ritual e das negociações. Quero com isso dizer que essa deriva possível caracteriza o discurso sobre a língua no Brasil. Inevitável, ela engendra contradições, mexe com os limites. E interfere na escrita do saber. Dela se nutrem os discursos que operam com e sobre as designações dos processos de diferenciação da língua porque sustenta a arbitrariedade com que se distingue da língua o aceitável, o vício, o bárbaro, o regional. Os sentidos dessa divisão não nascem do nada. Pela língua, parece-me que eles mantêm estreitas relações com os modos pelos quais se apartam do “saber

científico”, o incompleto, o prático, o concreto. Por aqui também se configura uma *alternância dispersiva* para o diverso, organizando seus sentidos.

Há, ainda, um outro movimento que restringe os sentidos do próprio da língua portuguesa no Brasil e que se produz na consideração dos modos de realização da língua não como o real que lhe escapa, mas como instaurando critério classificador. Sob seu efeito se erige a normatização da língua que atinge os textos aqui analisados. Explico.

3.2. O Próprio da Língua no Brasil: classificação, enquadramento.

Português falado/ o modo de falar, a língua geral nas diversas zonas em que se fala/ usos próprios da língua/ barbarismos e solecismos vernáculos/ uso... no trato familiar/que se fala/ em que se fala a língua/ modo vivo e espontâneo/ língua da conversa; uso coloquial (conversa entre amigos, cerimoniosa, da gente do povo, povo da cidade ou dos campos, das crianças entre si ou com adultos/ uso comum/ os falares/ fala espontânea e fluente do povo/ usada pelas pessoas instruídas das diferentes profissões e classes sociais. Mais artificial que espontânea, dela se servem os poetas e escritores em suas obras artísticas, sendo então chamada língua literária/ uma língua pode ser falada ou escrita, etc. são, nos textos analisados, formulações que significam ao mesmo tempo os modos em que a língua se realiza e o traço que a distingue.

Elas estão na base da definição de qualquer designação aqui analisada.

O conjunto das designações - brasileirismos, dialeto, dialetismo, língua regional, culta, etc. - designam a língua no modo como se realiza. Desde que não há outra coisa a ser designada como língua que não se dê como algo realizado como tal, diremos que essas designações designam a língua em sua materialidade específica. Elas surgem, desse modo, no intercurso de um movimento *pendular* entre dados e sistematização (Pêcheux, 1981). Como o discurso do saber opera sobre classes, em vez de trabalhar a não-coincidência da língua consigo mesma que sustenta esse procedimento, produz-se uma colagem entre o real e o objeto de conhecimento desse real, de modo que o real é reduzido ao classificável. Planifica-se.

Se configurar a língua como objeto de estudo é colocá-la e se colocar no miolo desses movimentos, suas derivas e restrições, nomear o que lhe é próprio, no Brasil, supõe uma série de arranjos na qual se conjugam sentidos provindos de uma relação historicamente larga e ideologicamente determinada entre teoria/ciência e norma/política, no sentido que antes explicitiei. Na parte I, deixei indicada a deriva que, da intercambialidade entre esses espaços, sustentam-se interpretações rasas sobre a produção do saber no Brasil. Sigo, agora, focalizando esse jogo no espaço específico dos estudos lingüísticos considerando que eles solicitam sempre, *por fim*, uma delimitação qualquer de um próprio da língua.

Camabel clavilux babilaque pop chinfra mbe naviloca venha provar o meu brunch¹⁰

o quê não cabe? onde?

A validação de um discurso teórico sobre a língua, ou no caso específico que aqui interessa, o discurso normativo conforme ele trabalha o real da diferenciação lingüística no Brasil, tem requerido (numa contradição aparente, já que o normativo se representa uma língua sistêmica internamente estruturada) o historicismo e o sociologismo como saberes legitimados para sustentar seus modos de estriamento da língua na ordem aparente do regular.

Ao associar história-sociedade-língua e prever para essa associação uma representação ao mesmo tempo civilizada e científica, esse discurso construiu para si uma abrangência histórica e uma extensão no espaço imaginariamente totalizantes. Ou seja, circunscreveu todos os dizeres sobre a língua a uma concordância mínima com o que ele pressupõe, já que o contrário seria o não-histórico, o não-social e o não-lingüístico da barbárie e da não-ciência.

O exterior desse discurso é silenciado. A região do proibido se perfaz, novamente.

Remetidos a um “vazio teórico”, os sentidos insistem, no entanto. O equívoco que se mostra na continuidade e recobrimento entre as designações, ou na *repetição continuada*

¹⁰ Nessa parada, podemos encontrar C. D. Andrade, Waly Salomão, Adriana Calcanhoto, Zeca Pagodinho e Zeca Baleiro. Entre outros.

versus a *alternância dispersiva* de uma designação naquilo que a define, vem a ser, nesse sentido, sintoma daquilo que esse discurso exclui, para se constituir.

Assuntemos, pois, essa dobra, analisando os impasses que atravessam o próprio da língua portuguesa no Brasil não mais a partir de seus efeitos internos aos textos, mas do ponto de vista da constituição mais geral de uma produção do saber sobre a língua que ao mesmo sustenta e fica excluída do discurso normativo. Mudo, portanto, de foco: perscruto o entorno.

4. Pontos e Nós: a língua que me (se) realiza

4.1. Entre a empiria e a abstração: o lugar da super-língua¹¹

O impasse da diferenciação da língua portuguesa pelo Brasil se marca fundamentalmente pela necessidade de se esclarecer a relação de dominação instalada pela colonização. Esclarecimento que tem, em relação à língua, sempre uma dupla direção: marcar uma filiação e validar/regular uma história. Esse é um primeiro efeito argumentativo.

No que se refere à análise lingüística, esse efeito se vincula, no período aqui analisado, à necessidade de um enfrentamento de questões colocadas ao mesmo tempo pelas teorias e pela história da(s) língua(s) no país.

Se esse enfrentamento estrutura os modos de institucionalização dos estudos lingüísticos, seus imbricação, sua disciplinarização e confrontos (cf. parte I), ele se realiza na forma de uma tensão específica que diz respeito à possibilidade ou não de acomodar as discussões dos fatos lingüísticos nos modelos de análises validados na época. A divisão que se instala com essa tensão é aquela que organiza, em contrapontos, os sentidos do que é

¹¹ No contexto das discussões sobre a História das Idéias Lingüísticas, no qual se situa minha investigação, esse subtítulo convoca uma relação de sentidos entre super-língua, noção proposta por Herbert Parentes Fortes (1945) e hiperlíngua (Auroux, 1994). Embora se relacionem, não tratam de uma mesma problemática. A noção de hiperlíngua, como propõe Auroux, diz respeito ao fato de que “o espaço-tempo, em relação à intercomunicação humana, não é vazio, ele dispõe de uma certa estrutura, conferida pelos objetos e pelos sujeitos que o ocupam. Denominaremos hiperlíngua a este espaço-tempo assim estruturado. Introduzir um novo objeto (por exemplo: um sujeito dotado de capacidades lingüísticas desviante, um dicionário, ou ainda o meio de comunicar à distância) muda a estrutura da hiperlíngua. Os acontecimentos na hiperlíngua (aquilo a que chamamos “discursos”) mudam igualmente (mais ou menos) a estrutura”. Quanto à super-língua, remete

legítimo e não, lógico ou ilógico, portador de coerência e passível de sistematização e não, etc.

Inúmeros estudos sobre a língua portuguesa do Brasil que circulavam nas primeiras décadas de 1900 traziam à tona, na época, discussão variada sobre sua unidade interna, ou seja, sobre as “especificidades” do português aqui praticado e sua “in-dependência” da língua de Portugal. Essas discussões, entremeando-se e se opondo, se configuravam, basicamente, em dois espaços discursivos estreitamente ligados: em um, estava uma tradição de estudos gramaticais e filológicos que vinculavam (pelo viés do arcaísmo ou da analogia, como mostrei) a discussão da língua brasileira à portuguesa, servindo-se tanto do discurso normativo quanto das abordagens históricas da língua, pautada no método comparativo; em outro, estava uma tendência que sem se filiar à tradição, expunha um conjunto de fatos que “mostravam” a diferença entre a língua brasileira e a portuguesa, mas que ainda não encontrava espaço de formulação dentro das teorias vigentes. O debate deslizava, por isso, para a arena especificamente política, entremeando-se de argumentos sobre o vínculo da língua com a cultura, com a história do país, etc.

“E proclamemos bem alto: o problema da autonomia da língua do Brasil em relação à autonomia da língua de Portugal não poderá ser conhecido integralmente enquanto fôr estudado por um só de seus dois aspectos – o que são para nós os portugueses ou o que somos para eles – e se omitirem as diferenças do Brasil. Porque em assuntos como êste em que a vida, a alma e a história se encontram interpenetradas, não há “relação” possível sem reciprocidade (pag. 44). (...) uma língua é um “habitus”, um complexo condicionado, que representa o passado na composição do presente de um povo, acumula a sua experiência selecionada, permite uma evolução cultural,... (Fortes, 1945:19).

Para intervir no debate e poder deslocá-lo, parecia ser necessário fazer significar teoricamente a história da língua no Brasil de um modo que rompesse politicamente com a

a uma língua supra-nacional, como adiante retomarei. Quero marcar, no entanto, a necessidade de considerar, mais detalhadamente, em outro momento, a relação entre os níveis de abstração de cada uma destas propostas.

tradição gramatical e filológica. A análise da língua passaria, nesse sentido, por responder a essa necessidade teórico-política.

Tomando em consideração o recorte mais amplo de minha pesquisa, notarei, inicialmente, que o movimento culminando na gramatização brasileira do português em finais do século XIX responde a essa necessidade. Como tem sido enfatizado nos trabalhos que tratam desse fato, se opunham, na época, gramáticos portugueses e brasileiros que buscavam outras filiações que não a portuguesa.

Na metade do século XX, mais acentuadamente nas décadas de 30 e 40, o debate se deu em torno da definição e caracterização da língua brasileira, dividindo posições internamente. O ponto articulador era o da definição do nome da língua. Mas diferentemente do movimento anterior, confrontavam-se agora trabalhos que tinham já construído um certo lastro de filiações e debates no Brasil. E isso tinha, como principal implicação, o fato de que o debate colocava em questão, também, os modelos e os pressupostos de análises adotados.

É nessa arena que se travará a luta por uma leitura da língua brasileira como língua nacional, vindo a coroar o processo de nacionalização do país impulsionado pelos acontecimentos do final do século XIX. É nela que se manifestará, também, uma leitura da língua que, sendo política, põe em cheque a língua das teorias vigentes. Nesse transcurso, o trabalho de Herbert Parentes Fortes figura discurso forte, capaz de ruptura.

Para viabilizar sua defesa do nome Língua Brasileira para a língua do Brasil, e que se explicita no conjunto de textos publicados no livro *A Questão da Língua Brasileira* (1945), Fortes demarca sua distância da gramática e da filologia e empreende uma aproximação animada e sempre problematizada com a lingüística. Movendo-se no campo dos estudos de filosofia da linguagem¹², explicita a necessidade de “ligar” o *continuum* das línguas históricas com o conhecimento dessas línguas, ligação não contemplada, segundo

¹² Aqui apenas faço um recorte dos trabalhos deste autor, visando a explicitar as características do jogo teórico-político que impregna as análises lingüísticas. Fica por fazer uma abordagem detalhada da posição de Fortes no que seu trabalho reflete a questão da língua. Entre os fatos que sustentam a linha de reflexão apresentada por Fortes, cabe mencionar a citação de Jean-Gabriel Tarde, filósofo francês nascido em 1843. Gabriel Tarde mereceu estudo recente de Eduardo Viana Vargas porque “estabeleceu os princípios de uma sociologia das nuances, dos detalhes e dos relacionamentos infinitesimais, de toda uma microssociologia heterogênea quer à sociologia de inspiração durkheimiana (...) quer aos desenvolvimentos individualistas que

ele, pelos padrões rígidos da análise gramatical e pelo “opcional” da filologia. Por isso busca construir noções que preencham esse vácuo.

Esse é o ponto que me interessa. Pelo viés de uma discussão filosófica da língua, Fortes enuncia um projeto de análise inovador para a época, que se substancializa na proposição de um “nível” de estudo da língua brasileira situado *entre* o que chamarei empírico e formal. Retenho aqui dois pontos em que se explicita esse seu projeto:

- 1) Necessidade de repensar o sentido de “fatos lingüísticos” - vinculados à língua historicizada no Brasil – em seu vínculo com o sentido de “problemas” – que nascem do confronto com as prescrições da gramática e da filologia e se associam à natureza teórico-descritiva das ciências positivas, com a lingüística. Em suas palavras: “há o fato da língua brasileira, que percebemos nos atritos com as diferenças, especialmente as diferenças portuguesas, que estão mais próximas de nós. Fora desses atritos, nós não nos damos conta dela: vivêmo-la. E há o conflito entre ela e a formação lítero-gramatical que recebemos na escola e no livro de erudição. É o chamado problema da língua brasileira, em que a consciência da nacionalidade, o patriotismo político e o espírito objetivo das ciências positivas¹³ se debatem contra a rotina, a filologia, a gramática, e o diletantismo tais como se erradicaram em algumas cidades brasileiras” (idem:10).
- 2) Indicação da necessidade de se forjar um nível de “abstração” da língua entre o histórico e o formal – a super-língua - para melhor discutir e compreender a situação da língua brasileira e que se faz presente na discussão em torno das noções de império e imperialismo lingüístico. Retomo-a sucintamente.

Conforme o autor, a noção de império lingüístico “significa uma pluralidade de povos de nomes diversos para uma língua única e comum” mas que, para que o nome da língua seja o mesmo, é preciso, segundo ele, “que se entenda língua num sentido especial de “super-língua”, digo, de uma língua supra-nacional” (idem:144). Mas como, historicamente, em nenhum império lingüístico é admissível uma pluralidade de critérios de

a microsociologia conheceria mais recentemente nos Estados Unidos” (24). *Antes Tarde do que Nunca: Gabriel Tarde e a emergência das Ciências Sociais*. Editora Contra Capa, Fafich/UFMG, 2000.

¹³ Referência à lingüística que, para o autor, se apresenta “como ‘ciência da observação’. Seu interesse é apenas conhecer. Seu método é a indução. Seu fim, estabelecer as “leis naturais” a que as línguas estão sujeitas. Assim, nem coação nem ideal podem caber no sentido científico da linguagem” (idem: 12)

correção lingüística, essa língua supra destinada a dar conta do “uso comum, pode vir a ser convertida pelo imperialismo lingüístico: o “uso geral” passa à norma abstrata, entidade válida em si mesma.

Afirmando que “o conceito de ‘império lingüístico’ é adjacente ao conceito de ‘língua’” (idem:148), Fortes explica que “o império lingüístico significará um mínimo de conotações comuns a diferentes línguas. Estas se distinguirão d’ele pelas suas idiossincrasias, seus modismos” (idem). No entanto, logo em seguida indica a dificuldade:

“um império lingüístico terá que transcender a ordem do real. Será ‘implícito’ nas línguas, como os caracteres das classificações. Será visível apenas em esquema. Para a compreensão – não para a vida. Restará justificar, objetivamente, em que sentido êsse esquema ‘impera’ sôbre as línguas. Será ele puramente inerte, como o pedestal de um grupo estatuário? Será coercitivo da imanência lingüística particularizante? E como explicar as repugnâncias recíprocas dessas línguas? Afinal, em que uma **língua** é ela mesma? Em que é outras? Somente línguas de descendência contínua – ramificações de um tronco remoto, - possuem determinados caracteres? Não será muita coisa aí simples condição humana?” (idem: 148).

A defesa de uma língua brasileira, denominada como tal, como ele pretende, supõe desfazer essas evidências, pensar essas questões.

Articular teorias que permitissem abordar a língua na relação com a história e com o homem e ao mesmo tempo imbuíssem a reflexão de uma prática “não contaminada de valores” - como Fortes entendia ser a proposta da lingüística (apresentada como uma ciência “indicativa” por oposição ao imperativo da gramática e ao optativo da filologia) - deveria poder “sustentar” uma discussão da língua que levasse a compreendê-la “como instrumento do espírito criador e da experiência acumulada, capaz de descompassar-se do tempo, retroagindo, estagnando-se, ou precipitando o futuro... mas em tudo fiel ao homem que fala, à história que traduz, ao possível que potencializa” (idem: 154).

Mas o embate não cessa: “o império de uma língua só pode ter sentido histórico: de uma língua cultural oficial sôbre dialetos satélites, vocacionalmente inclinados para as normas e critérios da língua que os **deveria** ou **poderá absorver**” (idem: 145). Como, então, estabelecer um império lingüístico sem resvalar-se em imperialismo? pergunta-se.

Admitir um grau mais alto de comunidade lingüística, referido como imperialismo lingüístico, é, de seu ponto de vista, já um modo de fazer essa deriva. E por isso arremata: “se não lhe podemos negar a existência, contestamos-lhe, frontalmente, todo direito” (idem:145-6). Por isso não vê nenhuma possibilidade de discussão da língua a não ser pelo viés de uma tomada de posição teórico-política, como aquela em que atuou.

Sabemos hoje que a tendência defensora do nome de Língua Brasileira para a língua do Brasil, na qual Fortes se inscrevia, foi “vencida”. O encadeamento de interpretações quase sempre reduz o debate que então se passou a questões de nacionalismos, “desentendendo” as derivas entre o político e a política, como mostrei na parte I. No entanto, de meu ponto de vista, essa orientação interpretativa guarda forte ligação com uma negação da crítica que Fortes esboçava da gramática, da filologia e num sentido diferente, também da lingüística. Restabeler o debate como aqui proponho é também um modo de ir contra essa orientação. E isso me conduz a uma outra dobra, ou, direi, um segundo eixo argumentativo: o da constituição de discursos sobre o discurso do saber que historicamente suturam esses embates deslocando-os da discussão pelas questões que põem, tomando-os no desaparecimento ou de um “estágio” futuro de uma ciência pura e reconfortante, ou de um problema de incompreensão, limitação, subjetividade do autor.

A não-coincidência da língua consigo mesma se replica na construção de modelos de análise totalizantes. Dizer o que não-coincide supõe a ordem da comparação, da possibilidade de pôr em relação alguns iguais, ou de todos a um igual único, supra, onipresente. Uma operação que toma o outro e o alteriza. A operação é ela mesma o político, que nesse caso independe de qualquer outro esclarecimento sobre o conteúdo político (também dito, inocentemente, ideológico) dos sentidos enunciados, ou sobre os sujeitos que os enunciam.

“O encontro com a alteridade indígena, negra, *chicana*, portorriquenha, a partir da língua materna americana, não tem o mesmo significado que o da inscrição em um espaço de socialização ianque de um menino cuja família segue falando Yiddish cotidianamente. Questão de dominação das relações entre as línguas, questão política que separa a debilidade dos dominados da tranqüila certeza dos dominantes,

a quem “normalmente” pertence o mundo. Questão política com a normalidade, em sua forma biológico-natural e em sua forma jurídico-institucional” (Pêcheux, 1988: 218).

Falar e escrever, que figuram o acontecimento da língua em sua materialidade própria, quer dizer, que se apresentam como instâncias de realização da língua implicando necessariamente figurá-la como uma materialidade específica, são, pela varredura designativa, tomados como diferenciadores, modalidades, um exterior à língua. A pedagogia promete a boa passagem. A ciência, a boa técnica. Essa não-coincidência da língua que engendra e é recoberta pela designação, configura-se como um espaço que se abre na língua, pela língua e sobre ela, como possibilidade de simbolização do outro histórico.

Assim sendo, as designações que se erigem a partir dessa exigência serão desde sempre, e primeiramente, maneiras de significar as línguas e aqueles que as falam, distribuindo seus sentidos. Quer dizer, na medida em que a materialidade da língua “exige” ser considerada, essa consideração se dá pelo jogo da designação. Designação que é alterização dos sentidos das línguas e dos que as falam.

Não é simplesmente nos enunciados de descrição e definição da língua, suas regras, no modo como o que lhe é próprio significa, que se explicita o jogo da teoria com a política, mas no gesto que institui a língua como objeto a saber, que a toma como objeto por meio de um nome, que como tal necessita explicitá-la em seus modos de realização, e portanto, em sua diferença. É aí que se instaura já um corte, por meio do qual se separa e distribui os sentidos mesmos das práticas da língua. A evidência dos fatos – *os concretos lingüísticos* dos diferentes modos de realização das línguas - garante a validade do corte; sua relação pela história - as sociedades praticam a língua em relação às suas demais práticas culturais - lhe confere significação. Não é a negar essas evidências que dedico meu esforço, mas a desnaturalizar seus sentidos em seus deslizamentos nos espaços políticos e jurídicos de distribuição e gerenciamento do conhecimento.

Assim, é o jogo que se instala no gesto mesmo da nomeação da língua, em sua materialidade, que me interessa.

Para explorar esse fato sigo, com minha investigação, atravessando a linha que, em meio às formas de realização da língua, conduz a um aprofundamento da análise dos modos de constituição do objeto-língua como objeto de conhecimento representável, para localizar nela pontos de abertura e catalização de trajetos feitos nas andanças históricas do sujeito e dos sentidos.

Localizar a emergência das formas de designação da diferenciação da língua como fato inelutável e incontornável das ciências da linguagem significa, nesta minha proposta, perscrutar suas dobras, dando atenção às conseqüências que daí derivam não apenas sobre o conhecimento do objeto-língua, mas e principalmente, sobre a instalação de um ponto de entrada do sujeito também tomado como objeto, aí interpelado como tal.

É possível marcar essa dobra da seguinte maneira: afirmar que há língua equivale, por certo, a afirmar a existência de seres qualificáveis de falantes. Axioma sobre o qual nada se pode fazer, o que o converte em princípio para toda e qualquer teoria da linguagem. Mas se, dessa afirmação, o que se designa de fato como língua-objeto-teórico representável é sempre, e necessariamente, suas múltiplas formas de realização, diferenciadas entre si e historicamente hierarquizadas, é assim também que se designa a existência dos seres falantes, todavia múltipla e qualificável. Do axioma que afirma o real do há (língua=sujeito falante) deriva, pelo que se organiza no imaginário do conhecimento lingüístico, toda espécie de organização e classificação que, ao incidir sobre a língua, incide também e necessariamente sobre o sujeito.

O gesto que designa é histórico, supõe um sujeito histórico. E é um sujeito de uma língua histórica, nacional, oficial, que é afetado por estas designações e seus sentidos.

É preciso que se atente, portanto, para essas formas gregárias do conhecimento, perguntando sobre seus efeitos na formulação não de um sujeito psicológico, mas de uma forma histórica do sujeito, formatada pelo (seu) modo de dizer, que deslizará, como mostraremos, para uma generalização sobre o modo do sujeito “ser”, indivíduo e socialmente. Não sem que isso produza, de todo modo, um retorno ao Real. O delineamento de alguns pontos refratários desses efeitos no que toca à configuração histórica de uma posição discursiva do sujeito do conhecimento no Brasil constitui, por isso, o tema da última parte.

IV

A ESCRITA DA AUTORIA

QUANDO O CONHECIMENTO NOS TRANSPORTA

*A política está sempre torcida pela refração
da igualdade em liberdade
J. Rancière*

A trama textualizada no funcionamento das designações e definições e seu desdobramento em torno do um próprio da língua colocam em cena, como mostrei, múltiplas interferências entre ao menos três espaços discursivos que podem ser tomados como vias de interceptação possível do discurso sobre a língua, do saber sobre a língua e do saber sobre o saber:

- 1) O espaço discursivo do saber sobre a língua estabilizado pelo texto gramatical e sua articulação com teorias em voga: algumas passagens teórico-disciplinares instaladas na superfície dos processos discursivos ligam o recorte histórico-geográfico com o sócio-variacional, enquanto noutras passagens, talvez mais subterrâneas, se faz uma manutenção continuada dos sentidos dos processos de diferenciação da língua, distribuídos entre o *a língua* e o vício, assentados mais tarde na *repetição continuada do culto pelo culto* e na *alternância dispersiva do diverso*.
- 2) O espaço dos mecanismos históricos de institucionalização do saber (conjugando procedimentos de ensino, pesquisa e administração) que vão regionalizando e especializando o trabalho de pensar a língua, atingindo, no período aqui analisado, a forma básica de uma disciplinarização tripartida: gramática, filologia e lingüística. A lingüística é enunciada como aquela que fornecerá a pauta de um procedimento científico.
- 3) O espaço discursivo dos indícios de um refluxo de sentidos produzidos no jogo entre 1 e 2 acima apontados, matizado sobretudo pela demanda de cientificidade e de completude da e na produção do saber no Brasil pautada na clareza da função-autor:

indiquei deslizes de sentidos entre teoria/norma, entre o político e as práticas políticas, que desenham, em filigranas, linhas interpretativas contínuas sobre a produção do saber. A consideração destas linhas anuncia um complexo sistema de transportes de modelos/teorias vinculado aos modos de interpretação das idéias e da qualificação da autoria no Brasil.

Movimentando-me diagonalmente por estes espaços, dedico esta parte de minha tese a rastrear o movimento insurgente do equívoco da língua procurando sinais estruturantes das referidas linhas interpretativas para com eles sustentar uma leitura possível de traços que compõe a escrita da autoria no Brasil. Na junção e nos deslizamentos entre esses espaços discursivos se pode perceber a reincidência, nos textos sobre o saber produzido no Brasil, de traços enunciativos que retomam e significam o *trabalho de pensar* no Brasil, estabilizando-o em uma direção interpretativa específica, a do *comentário*. São esses momentos que procuro explicitar nesta parte, transcrevendo para o corpo desse texto alguns fragmentos nos quais esse movimento de sentidos é particularmente instigante.

Esse desdobramento leva a um recorte específico, aquele dos discursos do saber sobre o saber, permitindo abordar os processos de significação em articulação aos quais se analisa, critica e projeta o conhecimento produzido no Brasil. Configurando de modo particular o campo da historiografia do pensamento brasileiro, esses processos fundam gestos de interpretação nos quais é possível flagrar momentos em que a crítica de um trabalho em suas qualidades específicas dá lugar a considerações sobre a forma de estruturação da sociedade e sobre a forma de pensamento e raciocínio do sujeito brasileiro.

A produção da historiografia se dá sob o efeito dos sentidos que se vão estabilizando através da língua - não só por meio da língua, mas na língua (Pêcheux). São discursos que se instalam a partir de uma posição de autoria projetada no seio de relações históricas entre línguas distintas, sendo a língua a instância na qual se realizam os processos de interpelação-identificação ideológica do sujeito em relação a tal posição. Língua que por certo é real do tecido simbólico da lalange, por onde sujeito e sentido se fazem *um* face ao não-um da alteridade constitutiva: instância de significação e de constituição das subjetivações. Mas língua que, fundamentalmente, porque é tecido simbólico, faz memória, é possibilidade do sujeito se dizer, lugar da repetição e das filiações, dos deslocamentos. Quero com isso dizer que é o movimento que me interessa, de modo específico, o

movimento da língua significada no jogo designativo que sobre ela incide (ser uma variante, um dialeto ou uma língua regional) e entre os sentidos estabilizados pelas interpretações de seus fatos (o regionalismo, o popular). Movimento dialético, portanto: produz-se um sentido sobre a produção intelectual no Brasil a partir dos sentidos que já se estabilizaram pela relação com a língua na história desse saber.

Desde que vislumbro essas articulações, procuro abordar os processos de estruturação da posição do sujeito do conhecimento no Brasil, considerando que ela vai sendo discursivamente delineada e qualificada no e do interior mesmo do discurso do saber, na dobra que sobre ele faz o discurso do saber sobre o saber. Observo especificamente os momentos em que o discurso sobre a língua é qualificado, dito, mensurado¹.

No percurso de reflexão que fiz até aqui, fui indicando passagens em que esses momentos foram se apresentando em textos que tocavam diretamente nas questões que me interessam, no sentido em que apresentavam uma formulação exemplar do retorno dos sentidos de ciência sobre a prática da reflexão em si. Sendo históricos, isto é, datados, estes textos trazem a marca das tendências analíticas de sua época. No entanto, como os sentidos circulam, a hipótese aqui sustentada – pautada no trabalho com a historicidade do dizer - é que os processos de significação aí enunciados continuam funcionando no interior de muitas das práticas de conhecimento sobre a língua no Brasil. Apenas serão modulados, agora, por outras defasagens e urgências. As análises que proponho pretendem apenas contribuir para a compreensão do funcionamento discursivo dessas defasagens, pensando especificamente a figuração de uma posição que significa fortemente o dizer do brasileiro em sua prática de produção do saber. Ficará por fazer uma abordagem da historiografia atual, que poderá indicar alterações nas relações aqui indicadas.

De modo específico, proponho retornar aos textos que historio grafam a produção do conhecimento no país e que vieram compondo meu percurso de reflexão (cf. parte I), flagrando, agora de modo específico, a irrupção de formulações que tematizam a forma e o formato dessa produção e que, no mesmo movimento, delineiam e qualificam a posição do sujeito ali concernida.

¹ Essa temática vem sendo explorada por outros vieses e outros objetos. Cito, principalmente, Claudia Wanderley (*O Paradoxo da Prevenção: a Discursividade da AIDS* – dissertação de mestrado, junho/1999), Lauro Baldini (*A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada* -

Tenho em mente observar as formulações que atravessam esses textos e vão se parafraseando: descrevem sentidos e orientam sua interpretação, ao mesmo tempo em que regem o a-dizer, tornando disponíveis alguns sentidos, interditando outros. Os processos de significação aí instalados, de meu ponto de vista, organizam nossa relação com o saber e seguem produzindo seus efeitos. Justamente porque, uma vez postos em circulação, os sentidos jamais se estancam, instalando e/ou reinstalando-se em muitas e diferentes formas de linguagem.

Mas importa também esclarecer, nesse início que, se trabalhamos com discurso, sabemos que, ao repetir, se desloca. Assim, se proponho observar a paráfrase como fato de linguagem que fixa sentidos, é no movimento de discursos que vão fundando sentidos que busco compreendê-la e, sobretudo, é no movimento dos sentidos que foram me tomando ao longo dessa reflexão que uma paráfrase e outra, ao serem retomadas, nesse ponto, se significarão. Prossigo.

Ao abordar o tema da configuração de uma posição do sujeito do conhecimento no Brasil, afirmei, inicialmente, que a produção do *saber sobre* passa por mecanismos que a legitimam e a sustentam. E que os discursos sobre esse saber são uma instância legitimadora.

De acordo com as análises precedentes, a produção de um *saber sobre* coloca necessariamente em cena o processo de legitimação política da sociedade brasileira com suas diferenças internas e marcadas historicamente pela colonização. A forma das Instituições, do Estado e todas as suas aparelhagens estão intrinsecamente enredados nessa produção.

Ao mesmo tempo, notei também que a relação *produção do saber X legitimação da sociedade* se processa por uma série de eventos que conduz a legitimar um saber, significando-o numa forma e formato particulares. Falo das filiações teóricas, dos modos de produção que as envolve, da memória que passa a funcionar pela própria ocorrência de uma terminologia, e não outra. Falo de objetos e sujeitos concernidos nessas filiações, sendo a língua o lugar específico de simbolização dos processos que os estruturam.

dissertação de mestrado, fev./1999); e Eni Orlandi, que já em 1990, no livro *Terra à Vista*, abordava o discurso do saber sobre o Brasil instalado com o Discurso da Descoberta.

A materialidade (conceitos, técnicas e instrumentos) do conhecimento significa, por tudo isso, espaço de legitimação do saber e de uma posição para o sujeito dizer-se em seu saber. É por esse vínculo que o sentido de autoria se modaliza. Autoria que, dissemos, se apresenta como uma função-sujeito específica que produz o efeito de unidade do texto, porque responde por sua completude e fechamento (Orlandi:1987; Orlandi e Guimarães:1988). Tomada em relação aos *discursos do saber sobre*, é possível dizer que essa autoria se refere à função-autor modalizada por uma relação de determinação recíproca com uma memória discursiva de conhecimento. Explico.

No intercurso da história das idéias e seus processos de legitimação antes considerados, se projeta um modo particular de significação dos saberes produzidos no Brasil e seus sujeitos, discursivamente constituído. Ou seja, produzem-se discursividades que significarão, por meio das evidências ideológicas materializadas na língua, a história das idéias em seus confrontos e em sua relação com o país. Quero com isso dizer que a significação das idéias no Brasil, com sua forma e sujeitos, está atravessada por uma contradição fundamental resultante do fato dessas idéias se produzirem historicamente num enfrentamento teórico político decorrente da necessidade de se compreender fatos da língua não imediatamente contemplados pelas teorias estabilizadas. O trabalho de Fortes explicita esse aspecto. No entanto, essas idéias recebem, de modo predominante, nos textos analisados, uma qualificação que justamente as des-historiciza, porque as coloca numa relação com um saber já constituído alhures e numa demanda específica com um ideal científico jamais atingido. Para tornar clara essa nossa colocação, vamos aqui retomar brevemente alguns pontos que estruturam essa contradição, aprofundando a análise esboçada na parte I.

A partir dos anos 1800, uma série de acontecimentos desencadeia um processo de individualização do espaço de significação do Brasil (Orlandi, 1998) enquanto nação ocidentalizada, com suas próprias instituições, seu saber, e sua forma de poder político (a República): vinda da Família Real para o Brasil e abertura dos Portos Brasileiros ao comércio com outros países, sobretudo Inglaterra (1808); Independência do Brasil (1822); Abolição do tráfico de Africanos (1850); Abolição da Escravatura (1888); Proclamação da República (1889); Primeira Constituição Republicana (1891).

No campo das idéias, o tráfico com teorias evolucionistas das línguas, produzida principalmente na Inglaterra e Alemanha, e com o Positivismo, marcadamente o Francês, desemboca na gramatização brasileira do Português implicando uma tomada de posição na produção do saber lingüístico não mais filiada diretamente a Portugal. A busca pelo alinhamento aos ideais mobilizados pelo positivismo evolucionista e suas diferentes interpretações engendram os acontecimentos políticos, dão rumo. (Cf. Orlandi, E. “Um sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro”)².

Os acontecimentos políticos que marcam esse processo, em finais de 1800 e nas primeiras décadas de 1900, se apresentam estreitamente articulados ao trabalho intelectual, fazendo com que este adquira uma feição particular. Em todas as áreas então emergentes - medicina, direito, filosofia, lingüística - esse trabalho se traduz por pensar o país, sua identidade e seus modos de organização política (Cf. *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*, 1996). Entre os efeitos mais visíveis dessa prática estão a criação e o fortalecimento de instituições de ensino e pesquisa, principalmente as de nível superior, a partir da década de 1930. No campo dos estudos lingüísticos, a persistência da questão do nome da língua do Brasil vai dando os contornos dos sentidos dessa língua, interferindo nos modos de sua institucionalização.

São muitos os modos pelos quais esse conjunto de fatos se liga à constituição de uma posição de autoria. Para os objetivos de minha discussão, interessa-me o fato de que *atuar intelectualmente, posicionar-se frente ao processo de constituição da “nação e da nacionalidade brasileira” e produzir um conhecimento cientificamente reconhecido* comparecem, de acordo com o que antes disse, como três eixos que entrecem o processo de constituição do saber no Brasil funcionando como matrizes de sentidos que tocam, de modo particular, a posição do sujeito do conhecimento em sua função autor.

Para aprofundamento da análise, vou me deter na situação discursiva que tomei do texto *Contribuição à História das Idéias no Brasil* (1956) de Cruz Costa, antes apresentada. Faço, no entanto, antes de passar à análise propriamente dita, um curto desvio para situar, ainda que sucintamente, este trabalho do autor.

Assumindo uma posição crítica em relação às interpretações das idéias brasileiras que, de um lado “costumam denunciar a *imitação* como a fonte de nossos defeitos e erros”

² Em Lajolo, M.; Orlandi, E.; e Ianni, O. *Linguagem e Sociedade*, Editora da Unicamp, 1997.

(16), e que, de outro, “obstinam-se em crer que é possível dar-lhe uma civilização, uma cultura *ex-nihilo*, de acôrdo com uma realidade puramente brasileira” (17), C. Costa propõe “encarar o problema das vicissitudes da filosofia européia no Brasil em função do conjunto das condições de nossa vida histórica” (17). Segundo o autor, é preciso lembrar que “todo *processo de identificação* – e a filosofia no evolver da nossa história incorreu num desses processos – é parcial e toma formas particulares que caracterizam o indivíduo ou o povo que passa por ele” (19). Dessa posição, toma a filosofia como *não exterior* ao mundo, como uma *aventura humana* (e não *do espírito* que, diz ele, é a proposta do romantismo alemão), porque “torna-se impossível um conhecimento teórico que não atenda às condições históricas” (24). Por tudo isso, o texto de C. Costa se marca por uma tensão específica entre a necessidade histórica de contrapor-se à filosofia especulativa – “para nós, a filosofia autêntica sempre esteve ligada à ação” (442) – e a necessidade de interpretar historicamente os traços da filosofia no Brasil. É nessa contradição que vejo funcionando os recortes que analiso a seguir. São formulações que retomam o já-dito e abrem novas interpretações. Quando colocado em relação a outros textos historiográficos, é possível notar aquilo que o de Cruz Costa *repete* sobre as idéias brasileiras. Isso é o que me interessa. Feitas essas explicações, passo à análise.

Voltemos ao recorte apresentado na parte I.

“Ao transoceanismo saudosista de uns e ao nacionalismo afoito e ingênuo de outros, sucederia uma geração na qual aparecem alguns homens dotados de uma formação nova e de uma técnica intelectual mais adequada à compreensão da cultura e, talvez, por isso mesmo, dotados também de uma compreensão mais exata dos país e de nossa história. No entanto, apesar do sensível progresso de consciência verificado em alguns, a história das idéias no Brasil - e o seu aspecto filosófico - ainda reproduz os traços indicados por Mário de Andrade em Macunaíma, a personagem da canção de gesta da terra brasileira”.

Citando Andrade Muricy, escreve: “Macunaíma trata de faltar-se de tôdas as comezainas, de tôdas as frutas. Fala de indumentária, mas veste-se pouco [...] canta tôdas as canções e dança tôdas as músicas. É o herdeiro ladino mas ignorante de tôdas as culturas, de todos os instintos” (Cruz Costa, 1956: 441).

Escritos na parte de conclusão do livro, capítulo I “As idéias no século XX” da 3ª. Parte, ou seja, quando tematiza o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a “evolução” histórica nacional, os alinhamentos de sentidos nesse recorte do texto retomam e re-produzem os eixos antes mencionados - *atuar intelectualmente, posicionar-se frente ao processo de constituição da “nação e da nacionalidade brasileira” e produzir um conhecimento cientificamente reconhecido* - e orientam sua interpretação. O que caracteriza fortemente esses alinhamentos são as oposições sobre as quais os sentidos do trabalho intelectual são organizados:

De um lado:	De outro:
Geração com nova formação e técnica intelectual mais adequada	Transoceanismo saudosista e nacionalismo afoito e ingênuo
Sensível progresso da consciência	Ignorância de todas as culturas
Aplicação de técnicas	Usofruto dos bens da natureza pouco ou nada tecnificados

Ao operar com essas transposições, embora apresente “os progressos” no modo de pensar dos intelectuais brasileiros, o texto orienta a argumentação no sentido de qualificar a produção do Brasil como estando “ainda” marcada pelo que, acima, ficou alinhado à direita. Essa orientação vem marcada, na seqüência lingüística, por *no entanto, apesar do*, com que o autor retoma sua análise: “No entanto, apesar do *sensível progresso de consciência verificado em alguns, a história das idéias no Brasil - e o seu aspecto filosófico - ainda reproduz os traços...*”. E marca-se também por remeter à figura de Macunaíma. Sobre esse ponto específico, vou me deter mais detalhadamente.

Vemos que o autor contrapõe:

De um lado:	De outro:
Sujeito dotado de compreensão mais exata, formação nova e nova técnica intelectual, adequada à compreensão da cultura. Progresso da consciência	A figura de Macunaíma descrita como: Herdeiro ladino mais ignorante de todas as culturas, de todos os instintos

Ao re-produzir essa oposição, o texto de Cruz Costa faz funcionar, ainda que disso o autor não tenha “consciência”, uma série de paráfrases recorrentes na historiografia brasileira e que mobilizam sentidos para a produção do saber no Brasil derivados de uma “certa” análise da sociedade brasileira e seus sujeitos. São paráfrases que, de modo geral, se conjugam fazendo seus sentidos deslizarem para categorizações genéricas que reincidem ora sobre a forma do pensamento brasileiro, ora sobre a “índole” do brasileiro como indivíduo. Os sentidos sobre a produção do saber são reconduzidos ao plano da subjetividade do sujeito significada em relação direta com uma sociedade “jamais pronta”. Esses deslizamentos são recorrentes nos textos analisados. Em diferentes momentos de minha reflexão, trouxe para meu texto pontos do trabalho de E. P. Pinto que retomavam analiticamente as *atitudes impressionistas, imprecisas* ou de *indefinição na posição* de uma grande parte da produção de conhecimento sobre a língua no Brasil.

Outros recortes ajudam a compor o quadro desta minha análise:

Ao abordar o trabalho literário de José de Alencar e as polêmicas em que esteve envolvido, E. P. Pinto salienta a personalidade romântica, egocêntrica e o espírito polêmico, ao que acrescenta:

“Apesar de alguns conceitos então de grande atualidade, Alencar apresenta, a respeito da língua do Brasil, dadas as suas escassas luzes lingüísticas, uma *linha de pensamento lacunosa e parcialmente contraditória*” (E. P. Pinto, 1979, XXVII).

Em sua discussão sobre o problema da língua brasileira, S. Elia escreve:

“*Os brasileiros, bem o sabemos, somos mal dotados filosoficamente. A filosofia é própria dos povos já maduros, afeitos á reflexão, e nós, impulsivos e sentimentais, pouca dose de paciência possuímos para as indagações metafísicas.*” (Sílvio Edmundo Elia, 1961: 62)

E mais uma vez, Cruz Costa:

“É o positivismo que vai encaminhar, pois, a *inteligência brasileira* para as preocupações que mais parecem adequadas à sua *índole*, como são as sociológicas. Uma vez ainda verifica-se que a inteligência brasileira se dá melhor, se assim podemos dizer, melhor condiz, com o *trato de problemas concretos*. Isto é assim,

porque as *questões mais gerais estão contidas em problemas concretos e vivos*, porque tal tarefa se nos impõe com insistência, antes de nos lançarmos a *elocubrações mais largas e profundas...*” (João Cruz Costa: 1956:371)

Certamente essas situações abrem para muitos questionamentos, principalmente se forem tomadas a partir da temática. Delas reterei, no entanto, para os objetivos que propus, os pontos que incidem diretamente sobre a escrita da autoria brasileira. Esses pontos se organizam, de meu ponto de vista, na articulação de três eixos que engendram uma série de oposições em função da qual se estrutura uma discursividade particular sobre as práticas de saber e seus sujeitos no Brasil. Torna-se possível separar analiticamente:

Eixo 1: forma do conhecimento

A formulação do conhecimento no Brasil - generalizada como sendo a *dos brasileiros, a inteligência brasileira* - significa na oposição à *indagações metafísicas, largas e profundas*, próprias a *povos já maduros*. Pensar *problemas concretos e vivos* é a demanda específica do saber nas novas terras, ao qual corresponde o empirismo e o pragmatismo.

Eixo 2: forma de pensamento (ou inteligência)

A inteligência do brasileiro *melhor condiz, com o trato de problemas concretos*. *porque tal tarefa se nos impõe com insistência, antes de nos lançarmos a elocubrações mais largas e profundas*. Comparece como *uma linha de pensamento lacunosa e parcialmente contraditória*.

Eixo 3: forma de subjetividade do sujeito

Impulsividade, sentimentalismo, ingenuidade ou afoiteza: tanto a forma do conhecimento (mais empírica) quanto a forma do pensamento (concreto e lacunoso) vão se coadunar com a *índole* do sujeito brasileiro. Impulsivos, sentimentais – e, porque não?, superficiais - : *pouca dose de paciência possuímos para as indagações metafísicas...*

Observamos que estes eixos se conjugam de modo complexo, se misturam e se separam, reunindo argumentos em torno da apreciação sobre a produção (*linha de pensamento lacunosa e parcialmente contraditória/ elocubrações mais largas/ indagações metafísicas*); da descrição sociológica de formas de pensamento (*mal dotados filosoficamente/ problemas concretos e vivos...*) e de uma análise de formas sociais de subjetivação (*impulsivos e sentimentais/mal dotados/índole...*).

Sobrepostos, esses recortes possibilitam análises. No entanto, mais do que isso, denunciam os pontos falhos de uma costura historiograficamente bem posta da historicidade do conhecimento no Brasil. A sobreposição escamoteia e ordena os conflitos que dão forma às práticas de saber, pondo-lhes uma direção.

Por meio dessa costura, a prática de pensar questões brasileiras nas mais diversas áreas, investida a partir de uma posição em que se pensa o país, passa a significar, em nossa história, a partir de um torneio com um saber “de sociedades maduras”, feito de abstração e de metafísica, demandando um tipo-sujeito específico. Ficando sob o efeito dessa distinção ideológica, lugar específico de funcionamento do político na língua, esses modos de significar as práticas de produção do saber no Brasil interdita sentidos sobre a história particular do país, com suas contradições e seus desafios.

Essa interdição é tanto mais eficiente na medida em que se realiza “transvestindo-se” de “verdades sociológicas”. Pelo jogo dos sentidos evidentes que passa a funcionar no imaginário social, estrutura-se um processo de significação sobre a produção do saber enquanto responsabilidade do sujeito individual que se qualifica a partir “do grau de evolução da sociedade”. Nos textos analisados, o Brasil é tomado como uma sociedade ainda não pronta, não evoluída em suas idéias. O saber que aí se produz remete a uma espécie de *pensamento concreto* correspondente a um *sujeito “ignorante”*. Nada do que realiza abstrações, formalizações, lhe é destinado, porque as urgências históricas o impedem, e o tipo de sua subjetividade não suporta.

Entre os efeitos de sentido que se vão produzir nesses deslizamentos, se explicitam os traços de um imaginário, “assumido” discursivamente nestes textos, de *defasagem* do conhecimento produzido no Brasil face a um imaginário de ciência e de tradição científica.

Como não ver, nessa assunção, o preenchimento do vácuo deixado pelo eterno relançar do conhecimento a uma forma “mais científica” como anteriormente mostrei?

Se consideramos que os modos de *assunção dessa defasagem se naturalizam*, funcionando internamente, como evidência, nas práticas de produção do conhecimento, é na injunção a um modo de dizer *que explica e experimenta* que aos poucos se vão naturalizando sentidos sobre e da produção do conhecimento lingüístico no Brasil. O saber do sujeito brasileiro passa, num sentido genérico, a funcionar, nessa relação, como um comentário, uma explicação, um experimento. Esse eixo discursivo ou discursividade - entendida, a partir das afirmações de Pêcheux e Orlandi, como regiões de formação e regulação de sentidos que entretecem e distribuem os sentidos dos enunciados derivados de diferentes formações discursivas -, determina fortemente, em meu entender, os sentidos que configuram a posição do sujeito de conhecimento no Brasil. Ela se configura como uma discursividade do comentário. A partir dos textos analisados, é possível retomar alguns fios que a caracterizam.

Conhecer, pensar, comentar, formalizar

Parafraçando-se, as formulações aqui consideradas organizam-se significativamente em função de dois eixos discursivos, e assim interferem na significação da posição brasileira do sujeito do conhecimento. Esses eixos podem ser enunciados em correspondência a duas figuras: o pensador e o comentarista. As declinações entre alguns sentidos formulados nos textos, e na medida em que encontrando o ponto, se pode prever o seu contraponto, podem ser organizadas como segue:

Comentador	Pensador
<i>Conhecimento superficial</i>	Conhecimento profundo
Problemas concretos locais	Questões metafísicas gerais
Experimentação e demonstração	Abstração e generalização
Análise	Síntese
Sociedades novas	Povos maduros
Índole Indolência (sibaritismo)	-

Mas, uma vez em andamento, os sentidos não param; vão se filiando, derivando. Ou, como diz Orlandi (1990), “os sentidos funcionam pelo fato mesmo de circularem”. No domínio das formas históricas que engendram o conhecimento, nas oposições que o atravessam internamente, as divisões se repõem. Vemos enunciados:

De um lado (o de cá):	De outro:
Aplicação: empréstimo de doutrinas	Criação/invenção: doutrina própria
Ecletismo	Rigor
Empirismo	Racionalismo

Vale notar que estas oposições, constitutivas da história do saber - empirismo/formalismo; natureza/convenção, etc. são as formas pelas quais a lingüística se faz, como antes mostrei -, quando passam a qualificar o saber brasileiro, se redividem a partir das relações de colonização. São traduzidas na desigualdade ideológica que garante o sistema colonizador: sociedade racional, evoluída, estável = européia. A eficácia está em que, ao se traduzirem e se qualificarem como um saber, uma sociedade, um sujeito, resultando em *o Brasil e o brasileiro enquanto* pensamento concreto, sociedade não pronta, sujeito não afeito à reflexão, tanto ganham corpo social, quanto legitimam processos de subjetivação.

É no religamento desses pontos que se instala o *comentário* como uma discursividade específica, que trabalha interpretativamente a filiação do sujeito do conhecimento no Brasil à figura do *comentador*, ideologicamente contraposta à do *pensador*.

Se nessa filiação se definem sentidos para a autoria, a discursividade do comentário configura *uma escrita da autoria*.

De fato, a *escrita da autoria* supõe que, em condições históricas particulares e em dada formação social como as observadas no período aqui analisado - do final do século XIX até a década de 1960, no Brasil - há interpretações que se repetem historicamente na evidência delas mesmas, estabilizando sentidos que interpelam os sujeitos em suas práticas de produção do saber e em sua função autor.

“O autor responde pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem de fora” afirma Orlandi (1996:67). As diretrizes desse “de fora” que se mostram na repetição histórica de sentidos - interpretados, historiografados e tomados

como evidentes – e interferem na relação do sujeito com a autoria, prescrevendo-lhes sentidos: assim penso essa escrita. A escrita da autoria é, por isso, não a grafia, mas um imaginário de escrita e de autor que antecede, produz evidência, firma sentidos, antecipa modelos e paira por sobre as práticas de produção do saber. Tem a ver com os modos de institucionalização do saber e com todo o aparato que intercambia a norma e a teoria, a ciência e o estado, como indiquei na parte I. É escrita porque se perfaz através de discursos legitimados. Se consideramos os processos de autorização de que fala Pfeiffer, é possível dizer que a escrita da autoria, tal como aqui proponho, determina esses processos. Se pensamos a alterização, torna-se possível dizer que o comentário se apresenta como uma discursividade pela qual o *discurso do saber* se alteriza.

Quando analisa relatos dos missionários e dos viajantes europeus ao Brasil nos séculos XVI e XVII, observando como significativas suas várias reimpressões no século XIX, Orlandi (1990) tematiza as notas e os prefácios de diferentes edições do *Singularités*³ que são “acrescentados” ao texto do século XVI. Por seu modo de aparição, prefácios e notas se alinham, para a autora, ao *comentário* como “repetição mascarada”, de Foucault (1971); ou seja, aquilo que “conjura o acaso do discurso, manifestando-o: ele permite dizer outra coisa que não é o texto, mas sob a condição que seja o próprio texto que seja dito, e, de certa forma, concluído”. Considerando que, para Foucault, o novo não está no que é dito no comentário, mas no acontecimento de seu “retorno”, Orlandi pergunta:

“O que é esse “mesmo” que se repete na reedição das *Singularidades*? Por outro lado, que “diferença” aí se instala?”

O *comentário* como discursividade, como o estou considerando, reinstala sentidos nos textos, para os textos e seus autores brasileiros, pela repetição histórica de um sentido que é apresentado sempre igual a si mesmo, parafrasticamente. Por isso, não corresponde às formas da nota, do prefácio ou do comentário analisados por Orlandi e por Foucault, embora possa engendrá-las. Deixo em suspenso a possibilidade de um aprofundamento nessa direção. No entanto, não foi para marcar uma distância que trouxe essas considerações ao meu texto, e sim porque, justamente por se perguntar sobre aquilo que se repete e se diferencia nos textos analisados, Orlandi esclarece que as notas e os prefácios,

³ O texto em questão é o *Singularidades da França Antártica*, de André Thevet. Para maiores detalhes, cf. “Reimpressão do Singular: Um Olhar Francês sobre o Brasil”, *Terra à Vista*, Orlandi (1990).

enquanto trabalham os limites dos textos, o fazem em direção da formação discursiva constituída pelo discurso sobre as descobertas. Desse modo, para a autora, dada a mudança das condições de produção, os comentários, “através da acomodação científica, restabelecem o equilíbrio (o mesmo), produzindo uma correção de perspectiva”, e assim vão:

“*fixar* as mesmas relações com o discurso: manter as mesmas posições dos sujeitos, isto é, as mesmas posições relativas dos locutores e dos interlocutores. Como? Pela cristalização das identidades: mantendo o movimento das identidades nos mesmos *lugares*,, lhes fazendo corresponder as mesmas *posições* (no caso, as do século XVI, que são os lugares da relação colonial)” (Orlandi, 1990:116).

É mesmo assim que funciona a escrita da autoria: processo discursivo – por isso histórico e ideológico - que significa a historicidade do conhecimento brasileiro numa diferença naturalizada e assim remete os sentidos do que historicamente se produz a *um mesmo*.

Esse *mesmo* a que se retorna através do comentário, isto é, da *figura do comentador*, nos textos analisados, é corolário da eternalização de um imaginário de *defasagem*. Mais especificamente, no que diz respeito à produção do conhecimento lingüístico no Brasil, em sua relação aos momentos e textos analisados, esse imaginário preenche o vácuo da diferença histórica das línguas portuguesas, em suas demandas por significação histórica, social, política e teórica, no Brasil, significando os gestos que interpretam essa diferença a partir de uma linha interpretativa que combina um duplo modo de enunciação:

- 1) considera que nesses gestos se discute *política* em vez de *teoria*, opondo-as. Fica-se sob o efeito do imaginário da neutralidade e objetividade da ciência e seu sujeito universal.
- 2) considera que neles *a teoria* pode estar sendo “mal” discutida ou compreendida e não que os fatos da língua (porque históricos) demandam sentido. Fica-se sob o imaginário da completude do saber. A falta está no sujeito. Ou então, no método.

Silencia-se, desse modo, que considerar *o próprio da língua no Brasil* implica uma tomada de posição engendrada por condições de produção (imediatas e históricas) do saber lingüístico brasileiro. E que essas condições implicam uma divisão de fundo:

De um lado, “dizer-se de uma posição” interna ao discurso que une a língua brasileira à Europa não coloca problemas, nem de legitimidade do saber, nem “de política”, já que a tradição européia, ocidental, civilizada regulariza o igual e o impróprio. A questão será tão somente de recolocação das fronteiras, que podem *variar* horizontalmente (no território geograficamente visível) e/ou verticalmente (conforme as hierarquias, os grupos, os níveis de fala...).

De outro, “dizer-se de uma posição” interna ao discurso que diferencia coloca problemas, porque discutir o próprio da língua brasileira implica necessariamente discutir as *organizações* das práticas que legitimam e normatizam *o saber sobre* (instituições, disciplinas, leis...) e as diferentes relações entre línguas e suas tradições.

A escrita da autoria, em suas muitas formas de ocorrência e em seus efeitos sobre o sujeito da linguagem, se escreve, por isso, no próprio gesto de significação da língua tal como ela vai teoricamente se repartir sob os auspícios da ciência e no embate do próprio-impróprio da língua portuguesa brasileira face à portuguesa. Seu alinhamento à e pela discursividade do comentário apaga essa divisão de fundo, reorganizando seus sentidos, e conjugando-os: ora no nível da relação pragmática (de escolha, esclarecimento) do sujeito com a língua, seus sentidos e suas possíveis análises; ora no estágio de “subjetivação” (imprecisão, índole, impaciência, impulso) de uma razão pelo sujeito; ora no grau de “evolução” da sociedade (ainda não pronta, não madura). Reorganização político-simbólica. Dessa reorganização se nutrem, de modo *vário*, muitas práticas discursivas (na escola, por exemplo) que habitam *a região* de produção de sentidos sobre o saber, na qual vão se cruzando os discursos sobre a língua, sobre o saber sobre a língua, e os discursos sobre o saber sobre.

Nesse processo, vínculos se estreitam, sentidos se excluem.

E OS SENTIDOS REFLUEM

“O encontro com a alteridade indígena, negra, *chicana*, portorriquenha, a partir da língua materna americana, não tem o mesmo significado que o da inscrição em um espaço de socialização ianque de um menino cuja família segue falando Yiddish cotidianamente. Questão de dominação das relações entre as línguas, questão política que separa a debilidade dos dominados da tranqüila certeza dos dominantes, a quem “normalmente” pertence o mundo. Questão política com a normalidade, em sua forma biologicoinatural e em sua forma juridicoinstitucional (Pêcheux, 1984: 218)

Que as condições particulares de produção da história do Brasil determinam o movimento das idéias é fato incontestável. Em diversos pontos ao longo desse trabalho ficou indicada essa determinação. Mas a questão recolocada foi: se determina, determina como?

Devendo, de algum modo, estabilizar uma compreensão possível dessa questão, deixo aqui indicado dois pontos de religamento da discussão feita.

De acordo com as análises propostas, regionalismos, brasileirismos, regional, culto etc. são nomes que organizam uma memória sobre a língua portuguesa pelo Brasil e que significam uma alterização da língua.

Afirmar a língua através dessas designações produz como efeito principal a evidência de uma língua sempre em outro lugar. Afirma-se, pela emergência da designação, uma não-coincidência da língua, instalando, discursivamente, uma ausência a ser simbolizada. Aí o ponto cego, nó que faz com que uma das presenças venha a recobrir, por meio de um trajeto que apaga a não-coincidência estruturante da língua consigo mesma, enquanto objeto de teoria, o ponto da ausência. Podemos considerar nessa relação a *repetição continuada* do culto: forma de fechamento dos sentidos da língua objeto.

Face a esse fechamento, alimentando-se dele, podemos então reencontrar todo o interesse, num movimento retroativo, pelas dialeto-logias. A lógica do dialeto é uma lógica de variante, tomada em função de um centro (o culto).

Outro ponto que atravessa os textos analisados é o que estabelece uma relação sintomática entre ciência e não ciência.

Procurei mostrar que as idéias se movimentam discursivamente e que nesse movimento se constitui uma posição mais ou menos “evidente” que interpela o sujeito do conhecimento do Brasil e formata seus modos de significação na história dessas idéias. Essa interpelação assume a forma de um posicionamento a partir do qual o sujeito procura construir seu saber, e que se reinscreve em seu discurso. No entanto, o lugar próprio de sua enunciação é significado pelo lugar do outro. Seu dizer é predominantemente tomado como um *comentário*. Discursividade particular que engendra uma escrita da autoria.

Considerada em relação à questão geral investigada nessa tese - a saber: a dos discursos sobre a língua que a tomam a partir dos processos de sua diferenciação, dos impasses que marcam a delimitação do próprio e do não-próprio da língua portuguesa no Brasil, os paradoxos na busca pela resolução desse impasse como problema teórico, e os trajetos de polêmicas e suas resoluções encavaladas entre teoria e norma ou ciência e Estado - a escrita da autoria, na forma de comentário, se restabelece multiplamente, estando na base do modo pelo qual o discurso sobre a língua no Brasil estruturará os sentidos sobre o próprio da língua brasileira e, portanto, do sujeito brasileiro.

Na verticalidade dos sentidos, daquilo que atualizam pela relação com o interdiscurso, proponho reter, a partir das análises feitas, e para finalizar essa escrita, alguns pontos de articulações de sentidos que sustentam as observações feitas e que, de meu ponto de vista, se encontram naturalizados em muitas e variadas práticas discursivas.

Um desses pontos diz respeito a uma distinção primária entre sistemas de pensamento ideologicamente opostos: experimentação e dispersão, de um lado, e abstração e formalização, de outro. Sobre ele um outro parece se articular: o da disjunção das idéias de civilização e cultura¹.

¹ Queremos remeter aqui especialmente aos trabalhos de Carolina Rodríguez (2000) que tematiza o funcionamento dessa disjunção no estabelecimento de uma saber sobre a língua Guaraní em relação ao Estado Paraguaio e de Orlandi (1990), que evidencia, por meio dessa dicotomia, a permanência do discurso da

De acordo com Orlandi (1990: 15):

“O princípio talvez mais forte do discurso colonial, que é o produto mais eficaz das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam com seres culturais (singulares), a-históricos. [...] Como efeito desse apagamento, a cultura resulta como ‘exotismo’. Paralelamente, se apagam as razões políticas que se apresentam então como um discurso moral, de apreciação: o brasileiro é julgado por suas ‘qualidades’; ele aparece como superficial e, lógico, alegre, folgazão, indolente e sensual. Também se diz que ele é dotado de inteligência que, infelizmente, ele desperdiça sem objetividade (razão)”.

De fato, e ainda com Orlandi, vemos que a prática ideológica das descobertas é cúmplice de um discurso de ciência. E que, se parece ser banal concluir que esses ditos são clichês, menos banal é pensar seus múltiplos desdobramentos na história de nossas relações com os saberes que se vão produzindo, com os mecanismos de sua institucionalização, com o político implicado na trama das políticas.

O domínio da lógica formal e do pensamento abstrato, ressoando numa gestualidade co-medida (afeita à reflexão) e emoções con-tidas (não impulsivas), vai se coadunar argumentativamente com o imaginário de maturidade (sociedades maduras! o evolucionismo histórico tem raízes profundas) de uma sociedade: quesitos básicos para se “ter/ser uma civilização” e nela inscrever a língua brasileira. Por essa filiação se alija, desde o princípio, as línguas de tradição oral. Que seguirão, no entanto, demandando sentido. Sobre essa demanda se estende, nos dias de hoje, o olhar voraz (piedoso?) das propostas de diversidade civilizada, das diferenças – ao menos as culturais - combinadas.

Na ordenação ideologicamente determinada dos sentidos de conhecimento em terras brasileiras, e na evidência das oposições que a alimenta - e que, em minhas análises, procurei explicitar -, a idéia de cultura re-cobre o experimental e o disperso, em filiação,

descoberta e da colonização como espaço de significação que elide justamente a história particular dos países colonizados.

portanto, ao comentário. Assim estruturados, os sentidos de cultura e civilização não deixam, por certo, de se tocar, se recobrir, deslocar. Mas a convivência entre as ordens de sentidos que em cada eixo se organiza não é, como nunca foi, pacífica.

A materialidade dos sentidos que organiza a relação do sujeito com suas práticas lingüísticas, de saber, simbólicas, tem, portanto, a espessura das disjunções que se costuram pelo dizer, em sua memória. Por se tratar de filiação histórica, e não aprendizagem (no sentido que Pêcheux dá a esses termos) essa relação não é jamais e puramente da ordem da formação e da informação. Nem só dependente dos objetivos científicos ou não que orientam as políticas de produção do saber.

Por fim, resta reconhecer que este meu texto se fez, ele também, de muitos retornos. Necessariamente, direi, porque nenhum dizer nasce do nada. E também não se contém em si mesmo. Fica a ilusão de ter, além de interpretado os textos com e sobre os quais trabalhei, deslocado algumas de suas/minhas evidências.

SUMMARY

Composing a discourse on what is known of the Portuguese language of Brazil and within Brazil, to my way of thinking, prove to be inseparable from the modes of understanding and denominating the historical process of their differentiation. But how are we to signify this difference, as such, or relating to what unit of language? This is the subject of this thesis.

From the body of grammatical texts, monographs and pictographic works on the Portuguese language in Brazil, I have approached a group of terms that organize in good measure the meanings of the differentiation of and within the language - "brasileirismos, regionalismos, provincianismos, popular, culto, regional... observing their articulation to discursive mechanisms that on being formulated in relation to the linguistic processes of differentiation, form a basis for the production of meaning for linguistic knowledge and for what produces it, that is the subject of knowledge in Brazil.

I shall then show in my analysis, the conclusiveness with which the historic and ideological ties between Brazilian Portuguese and the language of Portugal affect the constitution of our knowledge of the language and the setting up of authors' positions. The difference/equality relationship with the Portuguese of Portugal implies a precept ordering a double interpretation of the sense of unity for the language of Brazil, which may obligate the author and his ways of giving meaning within this difference. This feature will be particularly visible in the construction of the normative text. But at the same time it will determine the meanings marshaled in polemics defending or no the Brazilian language, as well as interweaving evidence from which historiography of linguistic ideas will be produced. We will witness the potentiation in this trajectory of meaning, discourses which deny the legitimacy of the Brazilian knowledge (numen) putting it in a lower level in the face of an ideal science brought up-to-date in discourses processes which regularly oppose the mental images of a Brazilian "knowledge" which is imprecise and in the making, to another, which is established, finished. By means of such relating of meaning I glimpse the configuration of specific mode of discourse, - or commentary -, which will constitute the meanings of knowledge about the language in Brazil, qualifying and objectivating the position of the subject producing it. I call this discursive method "escrita da autoria"

Key words: grammar, linguistics; history; authorship; discourse.

BIBLIOGRAFIA

- ALI, E. S. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Melhoramentos, SP, 1964.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, Saraiva, SP, 1969.
- ALTMAN, M. C. F.S. “Trinta Anos de Lingüística Brasileira: Movimentos de Afirmação e Auto-afirmação Profissional”, *DELTA*, Vol. 10, n.º. 2, 1994.
- AUROUX, S. *La Philosophie du Langage*, Presses Universitaire de France, Paris, 1996.
- “La grammaire générale et les fondements philosophiques des classements de mots”, *Langage* 92:79-91, 1988.
- *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Ed. da Unicamp, 1992.
- *Histoire des Idées Linguistiques*, tomo I, Pierre Mardaga, Paris, 1989.
- “A Hiperlíngua e a Externalidade da Referência”, *Gestos de Leitura*. Unicamp, 1994.
- “Lois, normes et règles”, *Histoire, Epistémologie, Langage*, 13/I, 77-107, Paris, 1991.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Les nos-coïncidences du dire et leur représentation méta-énontiative*, Thèse du Doctorat d’État, 1992.
- *Palavras Incertas: as Não-Coincidências do Dizer* (org. M. Onice Payer), Unicamp, 1998.
- BALDINI, Lauro. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*, Dissertação de Mestrado DL/IEL/UNICAMP, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa: usos de 1º e 2º graus*. Ed. Nacional 1975.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*, Ed. Pontes, Campinas, SP, 1988.
- *Problemas de Lingüística Geral II*, Ed. Pontes, Campinas, SP, 1989.
- BOUVIER, N. *L’usage du Monde*, PUF, 1985.
- BUENO, F. da S. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Saraiva, RJ, 1958.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, 14ª Ed., Vozes, 1988.
- “Nomenclatura Gramatical” (1960), em *Dispersos*, 2ª Ed., Editora FGV, 1975.
- “Línguas Européias de Ultramar: o Português do Brasil” (1963), em *Dispersos*, 2ª Ed. Editora FGV, 1975.
- “Os estudos de Português no Brasil” (1968), em *Dispersos*, 2ª Ed. Editora FGV, 1975.

- “Língua e Cultura” (1955), em *Dispersos*, 2ª Ed. Editora FGV, 1975.
- CASTELLS, M. *Le Pouvoir de L'Identité - L'ère de l'information*, Fayard, França, 1998.
- CEGALLA, D. P: *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, Ed. Nacional, São Paulo, 1962.
- COSTA, J. C. *Contribuição à História da Idéias no Brasil (o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. José Olympio Editôra. RJ, 1956.
- CUNHA, C. “Em torno do conceito de brasileiro”, em *Homenagem a Paul Teyssier*: Arquivos do Centro Cultural Português, Vol. XXIII, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 1987.
- *Gramática da Língua Portuguesa*, MEC/FENAME, 1975.
- DIAS, L. F. *Os Sentidos do Idioma Nacional*. Pontes, SP, 1996.
- ELIA, S. *O Problema da Língua Brasileira*, Instituto Nacional do Livro, MEC. 1961.
- FORTES, H. P. *A Questão da Língua Brasileira*. Editora G.R.D., RJ, 1957.
- GALLO, S. *Discurso da Escrita e Encino*. Editora da Unicamp, Campinas, 1993.
- GOES, C. *Método de Análise (léxica e lógica) ou Sintaxe das Relações*. Ed. Nacional, 1956
- GUIMARÃES, E. R. “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira”. *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Pontes, SP, 1996a.
- “Língua de Civilização e Línguas de Cultura: a Língua Nacional do Brasil” (texto inédito).
- & ORLANDI, E.P. “Identidade Lingüística”. *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Pontes, SP, 1996.
- LAJOLO, M. “Literatura e História da Literatura: Senhoras muito Intrigantes”, em *História da Literatura: Ensaio*, Editora da Unicamp, 1994.
- Langage*, 130: L'hyperlangue brésilienne, Larousse, 1998.
- HAROCHE, C. *Faire dire, vouloir dire*, PUF, 1984
- HOUAISS, A. *Sugestões para uma Política da Língua*, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, RJ, 1960.
- LAGAZZI, S. *O Desafio de Dizer Não*, Pontes, Campinas, 1988.

- *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*, Tese de Doutorado, DL/IEL/UNICAMP, 1998.
- LIMA, C. H. R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, José Olímpio, RJ, 1973
- LINS, I. *História do Positivismo no Brasil*. Companhia Editora Nacional, SP, 1964.
- MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*, Francisco Alves e Cia., RJ, SP, 1918.
- MARIANI, B. “As Academias do Século XVIII – um Certo Discurso sobre a História e sobre a Língua do Brasil”, *Língua e Cidadania: o Português no Brasil*, Pontes, 1996.
- MENDONÇA, Renato. *O Português do Brasil*, RJ, 1936.
- MELO, G. C.de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, Ao Livro Técnico s/a, RJ, 1978.
- MILNER, J-C. *L'amour de la langue*, Éditions du Seuil, Paris, 1978.
- *Les Noms Indistincts*. Éditions du Seuil, Paris, 1983.
- MORELLO, R. *Os Meandros da Alteridade: marcas de dizer e indistinção de vozes no Discurso*. Dissertação de Mestrado, DL/IEL/UNICAMP, 1995.
- “Do Cultural ao Civilizado: quando o conhecimento nos transporta”. Texto apresentado no Simpósio *Discurso, Sociedade, Identidade*, RJ, 2001 (inédito).
- MOTA, O. *Lições de Português 1915*,
 — *Meu Idioma*, 1916.
- NUNES, J. H. *Discursos e Instrumentos Lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*, Tese de Doutorado DL/IEL/UNICAMP, 1996.
- “Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade”, *A Leitura e os Leitores*, Pontes, Campinas, 1998.
- OITICICA, J. *Manual de Análise (Léxica e sintática)*, 1955.
- ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: Princípios e Fundamentos*, Pontes, Campinas, 2000
- *A Leitura e os Leitores (org.)*, Pontes, Campinas, 1998.
- “Um sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro”, em Lajolo, M.; Orlandi, E.; e Ianni, O. *Linguagem e Sociedade*, Editora da Unicamp, 1997.
- *Interpretação*, Vozes, RJ, 1996a.
- “O saber, a Língua e a História”. Colóquio da ANPOLL, João Pessoa, PB, 1996.

- ___ “A Língua Brasileira” .*Trabalhos em Lingüística Aplicada*, 23: 29-36, 1994.
- ___ “Vão surgindo sentidos”, em *Discurso Fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes, 1993.
- ___ *As Formas do Silêncio: No movimento dos sentidos*, Ed.Unicamp, SP, 1992.
- ___ *Discurso Indígena: a materialidade da língua e o movimento da identidade* (org.) Ed. da Unicamp, Campinas, 1991.
- ___ *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Cortez editora, Campinas, 1990.
- ___ *Política Lingüística na América Latina* (org.), Pontes, Campinas, SP, 1988.
- ___ *Discurso e Leitura*. Editora da Unicamp, 1987.
- ___ & GUIMARÃES, “La formation d’un espace de production linguistique. La grammaire au Brésil”, *Langage*, 130, 1998.
- ___ & GUIMARÃES, E. “Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito”, *Sujeito e Texto*, EDUC, SP, 1988.
- PECHÊUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. E. Pontes, Campinas, SP, 1990.
- ___ *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Ed. Unicamp, SP, 1988.
- ___ & GADET, F. *La Langue Introuvable* (1981). Trad. Espanhol: *La Lengua de Nunca Acabar*, Fondo de Cultura Económica, México, 1984.
- ___ “Rôle da la Mémoire”, em *Histoire et Memoire*, P. Achard, M-P. Gruenais, D. Jaulin (orgs), Actes de la Tables Ronde “Langage et Societé”, ENS-Paris, Avril/1983. Trad. Bras. de NUNES, J.H. *Papel da Memória*, Pontes, 1999.
- ___ “Sur la (dé-)construction des théories linguistiques”, *DRLAV*, 27 (1-24), Paris, 1978.
- ___ & GADET, F. “Y a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme?”, *Equivalences*, (133-146), Paris, 1977.
- PEREIRA, E. Carlos. *Gramática Expositiva*. Companhia Editora Nacional, SP, 1909.
- PFEIFFER, C. C., *Que autor é Este?*, Dissertação de Mestrado, IEL/Unicamp, 1996.
- PINTO, Edith P. *O Português do Brasil; textos críticos e teóricos I, 1820-1920*. LTC/Edusp, RJ, 1979.
- ___ *O Português do Brasil; textos críticos e teóricos II, 1920-1945*. LTC/Edusp, RJ, 1981.
- ___ *A Língua Escrita no Brasil*, Ed. Ática, SP, 1986.

- RIBEIRO, E. C., *Seroes Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, Estabelecimento dos Dois Mundos, 1915.
- RIBEIRO, J. *Gramática Portugueza*, J. Seckler, SP, 1919.
- SILVEIRA, S. *A Língua Nacional e seu Estudo*, 1920.
- “Denominação do Idioma Nacional do Brasil”, *Lições de Português*, Livros de Portugal, 1960.
- SOUZA, T. C. *Discurso e Oralidade -Um Estudo em Língua Indígena*, Tese de Doutorado DL/IEL/UNICAMP, 1994.
- TABOURET-KELLER, A. (ed.) *Le nom des Langues I: Les Enjeux de Nominations des Langues*. Peeters, Louvain-la-Neuve, 1997.
- WANDERLEY, C. *O Paradoxo da Prevenção: a Discursividade da AIDS*, Dissertação de Mestrado DL/IEL/UNICAMP, 1999.
- “O Corpo, a Cidade: Repetição”, *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*, Orlandi, E. (org.), Labeurb/CNPq/Pontes, Campinas, 2001.
- ZUCOLLILLO, C. R. *Língua, Cultura e Nacionalismo: um estudo do Guarani no Paraguai*. Tese de Doutorado, IEL/Unicamp, 2000.